

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DE FRANCA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FABIANA DE OLIVEIRA ANDRADE

**A Escola Nacional de Informações:** a formação dos agentes para a  
inteligência brasileira durante o regime militar

FRANCA

2014

FABIANA DE OLIVEIRA ANDRADE

**A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista - UNESP, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História e Culturas Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Alves Soares

FRANCA

2014

Andrade, Fabiana de Oliveira

A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes  
para a inteligência brasileira durante o regime militar / Fabiana  
de Oliveira Andrade. – Franca : [s.n.], 2014

139 f.

Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual  
Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Samuel Alves Soares (Orientador)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Pereira da Silva

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Priscila Carlos Brandão Antunes

### **Suplentes**

---

Prof<sup>a</sup>. Márcia Naxara

---

Prof. Paulo Roberto Cunha

Franca

2014

*“Eu agradeço à nossa mãe e ao nosso pai, e aos meus irmãos, por todos me ajudar.*

*A minha glória para todos eu entrego, porque nós todos somos um nesta união”.*

*Ao Rafael Gugelmin, por todas as batalhas*

*Ao meu amigo e orientador Prof. Dr. Samuel Alves Soares e à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Suzeley Kalil Mathias, pela enorme paciência e pelas sugestões que me aprouveram ao longo destes anos.*

*À CNPq, pelo apoio institucional, sob a forma de bolsa de estudos.*

*A estes, a minha sincera homenagem e gratidão.*

## Resumo

ANDRADE, Fabiana de Oliveira. **A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar.** Orientador: Samuel Alves Soares. Franca: UNESP/FCHS/PPGH, 2014. Dissertação (Mestrado em História)

O objeto desta pesquisa compreende a formação dos agentes de informações no Brasil durante o período militar, mais especificamente, a partir da inauguração da Escola Nacional de Informações (EsNI), em 1972. A análise curricular da Escola permitiu verificar a) se a Doutrina de Segurança Nacional, desenvolvida pela Escola Superior de Guerra, a partir de sua criação em 1958, foi o principal substrato doutrinário da EsNI e; b) em que medida é possível identificar a incorporação da Doutrina de Segurança Nacional na educação dos agentes de informações. Para tanto, foram analisadas as conjunturas regionais, nacionais e internacionais da época, assim como estabelecida uma comparação entre os conceitos estabelecidos pela DSN e as instruções presentes nos manuais, apostilas e sínteses de aulas da EsNI. Desta forma, ao compreendermos os principais aspectos da Doutrina de Segurança Nacional, bem como sua presença como base doutrinária principal da Escola Nacional de Informações, foi possível estabelecer uma análise capaz de indicar a maneira pela qual os preceitos desta foram adaptados e adotados na formação dos agentes de informações formados pela Escola Nacional de Informações –EsNI.

**Palavras-chave:** Escola Nacional de Informações; Serviço Nacional de Informações; Ditadura Militar; Doutrina de Segurança Nacional.

## **Abstract**

ANDRADE, Fabiana de Oliveira. **A Escola Nacional de Informações: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar.** Orientador: Samuel Alves Soares. Franca: UNESP/FCHS/PPGH, 2014. Dissertação (Mestrado em História)

The object of this research includes the training of information in Brazil during the military period, more specifically, since the inauguration of the National School of Informations ( NSI ) in 1972. The academic analysis of the School will seek to analyze a) the National Security Doctrin (USD) , developed by the National War College from its inception in 1958 , became the main doctrinal NSI substrate and b) to what extent it is possible to identify the incorporation of the National Security Doctrine in the education of information agents. For this, we analyzed the regional, national and international contexts of thIS time, as well as a comparison between the concepts established by the USD and the instructions given in the manuals, handouts and summaries of classes NSI was established. Thus, to understand the main aspects of the National Security Doctrine and its presence as a major doctrinal basis of the National Information School, will be possible to establish an analysis that is capable of indicating the manner in which the precepts have been adapted and adopted in the formation of intelligence officers formed at the National School of Informations - ESNI .

**Keywords:** National School of Information, National Information Service, Military Dictatorship; National Security Doctrine.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>2ª Seção</b>	<i>Seção de Informações das Forças Armadas, respectivamente.</i>
<b>AI</b>	<i>Ato Institucional</i>
<b>ASI</b>	<i>Assessoria de Segurança Interna</i>
<b>Cenimar</b>	<i>Centro de Informações da Marinha</i>
<b>CEP</b>	<i>Centro de Estudos e Pessoal do Exército</i>
<b>CIA</b>	<i>Central Intelligence Agency</i>
<b>CIE</b>	<i>Centro de Informações do Exército</i>
<b>CISA</b>	<i>Centro de Informações da Aeronáutica</i>
<b>CODI</b>	<i>Centro de Operações de Defesa Interna</i>
<b>DOI</b>	<i>Destacamento de Operações de Informações</i>
<b>DOPS</b>	<i>Departamento de Ordem Política e Social</i>
<b>DSI</b>	<i>Divisão de Segurança Interna</i>
<b>EMFA</b>	<i>Estado-Maior das Forças Armadas</i>
<b>ESAO</b>	<i>Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais</i>
<b>ESG</b>	<i>Escola Superior de Guerra</i>
<b>EsNI</b>	<i>Escola Nacional de Informações</i>
<b>FAB</b>	<i>Força Aérea Brasileira</i>
<b>IPM</b>	<i>Inquérito Policial-militar</i>
<b>PNI</b>	<i>Plano Nacional de Informações</i>
<b>SFICI</b>	<i>Serviço Federal de Informações e Contra-Informações</i>
<b>SNI</b>	<i>Serviço Nacional de Informações</i>



## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO I</b> .....	18
<b>A inteligência governamental civil no Brasil</b> .....	18
Uma nova forma de organização militar: a criação da Escola Superior de Guerra ....	21
Elementos da Doutrina de Segurança Nacional .....	26
A necessidade de um órgão de informações estruturado se intensifica: a criação do Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência – SFICI.....	31
O nascimento de um novo Sistema .....	46
<b>CAPÍTULO II</b> .....	58
<b>A atividade de informações e o governo militar – o papel do SNI dentro do contexto político brasileiro, a formação dos agentes de informações e a criação da Escola Nacional de Informações</b> .....	58
O Sistema de Segurança e a comunidade de informações: a fusão entre as informações e a repressão .....	65
A base teórica-doutrinária anterior à criação da Escola Nacional de Informações.....	73
Escola Nacional de Informações: a solução para a inteligência brasileira .....	77
<b>CAPÍTULO III</b> .....	90
<b>Da teoria à prática das informações – Análise dos materiais da Escola Nacional de Informações</b> .....	90
Fichas de resumos para as aulas do curso modalidade “A” da Escola Nacional de Informações.....	98
Apostilas do Curso modalidade “B” da Escola Nacional de Informações, 1972 .....	108
Informações a respeito do Curso “C” da Escola Nacional de Informações .....	127
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	129
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	135

## INTRODUÇÃO

Sem dúvida, no entanto, o avanço democrático tem muito a ganhar com o esclarecimento fiel do passado histórico<sup>1</sup>. (Jacob Gorender)

As palavras de Jacob Gorender indicam, em grande parte, os princípios desta pesquisa. É grande a importância de devassar tema tão amplo e contraditório como as atividades de informações e inteligência no Brasil, considerando a fragilidade da tradição democrática no país e as permanências durante o período de transição entre o regime militar e democrático dentre os anos de 1978 e 1988.

Isto posto, o presente trabalho pretende abordar a estruturação e o ensino da Escola Nacional de Informações e compará-los com os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, através de uma pesquisa que esclareça de qual forma a ideologia segurança nacional - em especial a Doutrina de Segurança Nacional - foi aplicada pelo regime militar brasileiro, no tocante às áreas de informações. Para tanto, ao longo do trabalho, será apontado o caminho percorrido pela atividade de informações no Brasil desde 1927, quando efetivamente foi criada uma instituição responsável pela coleta de informações. Após a compreensão dos percalços da atividade de informações no Brasil, foi averiguado como a Escola Nacional de Informações e, subsidiariamente o Serviço Nacional de Informações - SNI, representaram a prática dos conceitos expostos pela Doutrina de Segurança Nacional.

A fim de auxiliar a compreensão do objetivo, foi elucidado o processo político instalado pelas Forças Armadas após a queda de João Goulart em 1964, considerando o contexto em que a ideologia da segurança nacional foi elaborada e incorporada pelo governo militar brasileiro. Poderá ser observado, ademais, a influência norte-americana na instalação, montagem e estruturação da Escola, e a formação de seu corpo discente, docente e de seus cursos. Para tanto, foram analisadas apostilas e

---

<sup>1</sup> Introdução de Jacob Gorender IN: FICO, Carlos. *Como eles agem: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e policia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001. P. 13.

sínteses de aulas em que foi possível se deparar com as prerrogativas e as finalidades da DSN dentro do próprio sistema de ensino da EsNI. Buscou-se compreender, portanto, o substrato ideológico que direcionou a formação dos agentes de informações neste período. Sendo assim, na pesquisa foi analisado se a Doutrina de Segurança Nacional representou a base doutrinária principal da EsNI, por meio de fontes que esclareçam se a influência marcante da DSN na Escola tem o caráter de continuidade ou convergência às instituições anteriores responsáveis pela formação de agentes de informações. Ademais, buscou-se identificar a presença e a intensidade da incorporação da ideologia da segurança nacional na educação dos agentes, partindo, então, do pressuposto de que a DSN, de fato, constituiu-se no principal substrato ideológico da EsNI.

É objetivo, portanto, apreender se a montagem e o funcionamento do novo órgão estariam adequados às premissas presentes na DSN, permitindo assim a união entre a teoria que se aprendia nos quartéis e na escola de informações, após 1972, e a prática verificada no cotidiano.

Na bibliografia dedicada ao período militar, compreendido entre 1964 a 1985, há uma larga predominância de produções de caráter memorialístico e analítico. Não obstante, dentre estas, as abordagens acadêmicas a respeito de órgãos de informações são escassas. As instituições de informações no Brasil e suas ramificações na sociedade brasileira, como a formação dos agentes de informações, apesar de constituírem uma questão importante, não são satisfatoriamente estudadas. Ademais, a historiografia dos regimes instalados na América Latina pós-1964 está mais voltada a discutir a repressão e violência do regime sem considerar, muitas vezes, seus fatores estruturais. Porém, é indispensável o estudo do regime militar através de outro viés, a fim de favorecer a compreensão dos fatos.

A referida escassez reflete-se no estudo das instituições criadas para sustentar, de distintas formas, o regime de exceção que foi sendo instaurado. É o caso da Escola Nacional de Informações, que foi muito pouco analisada e estudada em abordagens historiográficas. Por ser sempre uma temática coberta de sigilo, os estudos produzidos a seu respeito foram elaborados, em grande maioria, por pessoas relacionadas às Forças

Armadas. Conquanto, o estudo da Escola tem muito a contribuir sobre o que sabemos sobre Informações e Inteligência nos dias de hoje e para uma compreensão mais acurada do próprio regime autoritário. Pesquisar a Escola Nacional de Informações representa, portanto, um campo bastante vasto e inovador a ser explorado, cujas possibilidades se expandem a partir da Lei do Acesso à Informação.

A pesquisa tornou-se mais viável, a par as limitações existentes, devido exatamente à referida Lei, de 2011, que permitiu o acesso de inúmeros materiais que ainda estavam sob grau de sigilo desde a época do regime militar. O material coletado para a pesquisa esteve, em grande parte, locado na sede do Arquivo Nacional do Distrito Federal, visitado cinco vezes, que passou a gerenciar o material e arquivos concernentes à época posterior ao golpe militar em 1964. Os materiais disponíveis eram diversos, com enorme variedade de temáticas, abordagens e, principalmente, de períodos. Grande parte do material de que se obteve acesso aborda o período posterior ao definido para a presente pesquisa e será analisado em momento mais oportuno. Além do Arquivo Nacional de Brasília, também foram visitados o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, o Arquivo Ana Lagoa, em São Carlos, a Biblioteca Nacional, locada também na capital federal, e a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, em busca de documentos e informações.

Entre os arquivos pertinentes a esta pesquisa foram analisados materiais de cursos oferecidos pela Escola Superior de Guerra e pelo Estado-Maior das Forças Armadas, inúmeros planos e sínteses de aula, escritos à mão, conferências da Escola Superior de Guerra realizadas na Escola Nacional de Informações, instruções para preenchimento das fichas de Levantamentos de Dados Biográficos e apostilas fornecidas ao curso “B” da EsNI. Entretanto, após a itinerância de historiador, não obstante, existem lacunas nas fontes que continuam pendentes e, por ora, não foi possível solucioná-las. Embora sejam inúmeras páginas, extensas, com conteúdos diversos, ainda persistem ausências a serem preenchidas – por exemplo, as apostilas oficiais dos Cursos A e C, o Plano Geral de Ensino – que dificultam uma análise mais completa na presente pesquisa.

A chegada dos militares ao poder, em 1964, não marca o surgimento de um órgão destinado à coleta e análise de informações no Brasil. Suas origens remontam à República Velha, com a criação do Conselho Nacional de Defesa em 1927, durante o governo de Washington Luís. Outros nomes foram atribuídos, com o passar dos governos, à mesma instituição: Conselho de Segurança Nacional, com Getúlio Vargas, e o Serviço Federal de Informação e Contra-Inteligências – SFICI, durante o governo JK.

Considerando o conturbado cenário brasileiro no período anterior a 1964, com graves agitações e manifestações de inúmeros setores nacionais, contrários à ordem estabelecida, o grupo social conservador, vinculado ao autoritarismo e à preservação da ordem, opta por uma intervenção militar visando à condução da política nacional. Os militares, participantes deste grupo, ao analisarem tais fatos, deliberaram que era necessária uma nova estruturação das atividades de Informações e Contra-Inteligências, visto que a estrutura responsável por tais atividades, o Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligências, já contava com dúvidas a respeito de seu funcionamento e eficácia, devido ao golpe que derrubara o presidente João Goulart<sup>2</sup>.

Os militares, ao tentarem aparecer como restauradores da ordem, durante o golpe de 1964, estruturaram uma grande rede de informações durante o regime militar. O primeiro presidente do regime militar recém-instalado no Brasil, o general Humberto Castelo Branco, instituiu, em junho de 1964, o Serviço Nacional de Informações – SNI, cujo principal objetivo era "superintender e coordenar as atividades de Informações e Contra-Inteligências, em particular as que interessem à Segurança Nacional"<sup>3</sup>. Assim sendo, será possível observar a construção do Estado de Segurança Nacional que está atrelado à criação e estruturação do órgão central do Sistema Nacional de Informações, o Serviço Nacional de Informações – SNI.

O primeiro capítulo da dissertação será dedicado, portanto, não somente à história do Serviço Nacional de Informações, mas à história dos serviços de inteligência no Brasil desde 1927, perpassando pelas crises governamentais, pela instalação do regime militar e pela experiência do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Como produto desta experiência, será visitada a criação da Escola Superior de Guerra, o desenvolvimento de sua ideologia e de que forma seus ideais interagiram e, até mesmo, nortearam a área de informações no pós-1964.

---

<sup>2</sup>Para tanto, observa-se as discussões elaboradas por Priscila Antunes Brandão em sua tese de doutorado e por Lucas Figueiredo, em seu livro "Ministério do Silêncio".

<sup>3</sup>Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964.

Uma análise da formação da Escola Superior de Guerra e a forma como esta instituição integrou e nacionalizou a ideologia da segurança nacional é oportuno nesta fase do trabalho, uma vez que a incorporação do Brasil ao cenário mundial e a partilha dos valores ocidentais se configuram como algumas das principais crenças da ESG. Para tanto, é necessário apreender a forma pela qual a DSN condensava certos conceitos como “Nação”, “Objetivos Nacionais”, “Estratégia Nacional”, “Poder Nacional”, “Segurança Nacional”, termos estes que são desenvolvidos nos Manuais da Escola Superior de Guerra.

A relação entre repressão e atividade de informações será visitada no segundo capítulo desta dissertação. Possíveis relações entre a DSN e o uso da violência no regime serão postas em evidência e problematizadas.

Será possível observar, nesta parte da dissertação, a internalização do conceito de inimigo interno e sua retomada desde os anos 1920, quando já é possível antever a mentalidade anticomunista no país, o processo de profissionalização das Forças Armadas, com a fundação de escolas especializadas e a influência da Escola do Panamá – USARSA. Houve uma enorme diversidade de escolas e cursos, em que os aspectos teóricos eram semelhantes diferenciando-se, apenas, a ênfase dada à teoria ou à prática. Isto indica que nem todos os que atuavam na repressão ou nas informações tiveram a mesma formação, mas suas principais bases foram muito semelhantes. Para compreender tais aspectos será analisada a formação dos agentes de segurança e informações, contemplando cursos no Brasil e a formação oferecida por Forças Armadas e governos estrangeiros, bem como cursos preparatórios para a promoção militar com a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. No campo externo, as Forças Armadas tiveram seus cursos de formação no Panamá ou nos Estados Unidos em que um contingente considerável de oficiais foi enviados para estas localidades. Ademais, era notável a vinda de militares norte-americanos ao Brasil a fim de oferecer treinamento à parte da corporação.

Apesar da diversidade de formação, será possível observar, nestes cursos, uma tentativa de uniformizar os conceitos e as linguagens adotadas. Isto contribuiu com o alinhamento com a ideologia da segurança nacional norte-americana, que viria a ser corporificada no Brasil sob o nome de Doutrina de Segurança Nacional pela ESG.

A solução encontrada para o aperfeiçoamento da atividade de informações no Brasil, pelo General Médici, foi a criação da Escola Nacional de Informações, tendo em vista a qualificação do quadro humano e da formulação da Doutrina Nacional de Informações. Para que se compreenda o surgimento da EsNI é forçoso debruçar-se sobre o principal objetivo da Escola que consistia na formação de agentes e no aperfeiçoamento do desempenho dos serviços de informações brasileiros. Assim, a compreensão dos ideais ministrados por esta Escola será fundamental para avaliar a formação dos agentes e a incorporação da DSN como orientadora de suas ações.

Os indicativos apontam, também, que a escola brasileira foi baseada, no tocante à sua estrutura e ao seu funcionamento, nos modelos americano, alemão e inglês, como declara seu primeiro diretor, o General Ênio Santos Pinheiro. Isto pode ser atribuído ao fato de o governo norte-americano tê-lo convidado a participar de cursos oferecidos pela CIA e, também, através do fornecimento de inúmeros documentos que o auxiliaram na montagem do material da escola. Será dedicada, portanto, no segundo capítulo, uma parte especial à criação da Escola Nacional de Informações, um antigo projeto, já pensado desde o início do governo militar que se concretiza em 1972.

Esta parte do capítulo compreende discussões sobre a criação de uma escola especializada, a formação de seu grupo fundador baseada, em grande parte, em cursos no exterior. A formação do seu quadro de funcionários, de discentes e docentes, e também de sua administração bem como a diferenciação entre Escola Superior de Guerra e Escola Nacional de Informações também fará parte da composição deste capítulo. A investigação prosseguirá, a seguir, pela análise da organização estrutural física e humana da Escola Nacional de Informações, seus currículos escolares e a formulação de seu material de ensino.

O processo de instalação da Escola Nacional de Informações em Brasília também merecerá destaque no trabalho, pois a montagem e a estruturação da EsNI seguiram todos os processos de compartimentação de informações, visando à proteção e a preservação de possíveis espões. Será descrito o perfil das instalações da EsNI, a organização de sua diretoria, de seu departamento de Ensino, de Pesquisa, Doutrina e de Administração, além do Departamento de Informática do SNI.

Por fim, o último capítulo contemplará os inúmeros cursos oferecidos pela EsNI, realçando seus cursos fixos como o curso “A” e “B” – este último recebido do Centro de Estudos de Pessoal do Exército – CEP, que era o Curso de Informações ministrado até então nesta instituição, responsável outrora pela formação dos agentes de informações no Brasil. Já o Curso “A” foi uma herança da Escola Superior de Guerra<sup>4</sup>, responsável pela habilitação de analistas de informações em nível nacional.

Também será evidenciado o planejamento de inúmeros outros cursos, responsáveis pelas Operações (C1 e C2), para a preparação dos ministros, além da realização de diversos programas de treinamento e eventos esporádicos e especiais – tais como seminários e painéis - que a EsNI forneceu ao longo de sua trajetória histórica em busca do aprimoramento da Doutrina Nacional de Informações.

Serão analisados, de forma comparativa, o material utilizado no Curso de Informações da Escola Superior de Guerra<sup>5</sup> e as aulas oferecidas ao Curso “A” da EsNI, de forma a compreender as continuidades doutrinárias na formação dos agentes de informações, considerando a incorporação do acervo dos cursos ministrados na Escola Superior de Guerra pela EsNI.

Neste capítulo são analisadas as fontes e decorrentes interpretações, dentre as disponibilizadas, pertinentes ao objeto desta pesquisa, que são: Planos de Aula manuscritos e Apostilas do Curso “B” da EsNI datada de 1972. De forma complementar a esses documentos, serão analisadas de forma comparativa e analítica alguns documentos obtidos no Arquivo Ana Lagoa em São Carlos – SP. Entre esses materiais é possível citar *Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária*, conferência de Augusto Fragoso, produzido pelo Estado-Maior das Forças Armadas em 1959, as apostilas *Conceituação de Guerra Insurrecional, datada de 1961, e Aspectos da Guerra Contemporânea: Guerra Revolucionária (C-20-69) de 1969*, ambas produzidas pelo mesmo órgão. Além destas, serão utilizadas as instruções provisórias do Ministério do Exército, de 1969, denominadas de *O Pequeno Escalão nas Operações de Contraguerrilha*.

---

<sup>4</sup>O Curso de Informações da ESG foi instituído em 23 de fevereiro de 1965, "com a finalidade de cooperar no estudo e desenvolvimento de uma doutrina de Segurança Nacional e preparar civis e militares para funções relacionadas com as Informações".

<sup>5</sup>Este curso posteriormente foi incorporado pela Escola Nacional de Informações, transformando-se no curso “A”.



Inicialmente, foram analisadas as sínteses de aulas ministradas no curso modalidade “A” da EsNI, cujas principais temáticas buscam demonstrar os aspectos da Guerra Contemporânea, bem como sua caracterização. Ademais, tratam dos movimentos revolucionários, as características do processo violentos como a guerrilha, perpassando pelo Movimento Comunista Brasileiro, em que serão explanados seus conflitos ideológicos internos, a busca de apoio externo e suas organizações revolucionárias. Serão abordadas, ademais, nas sínteses do curso “A”, as técnicas de espionagem, recrutamento de agentes, contraespionagem ofensiva e defensiva, bem como os processos de desinformação.

Posteriormente, foram analisadas as apostilas do curso modalidade “B” da EsNI, todas datadas do ano de 1972. Entre as principais temáticas abordadas estão os princípios para a produção de documentos, os procedimentos para o processamento de informações internas, externas e os procedimentos de segurança externa. Também é perceptível a intenção de promover uma segurança das comunicações, bem como o estabelecimento de um plano de busca, o planejamento, processamento e difusão dos informes.

A apreensão dos conceitos estudados nos capítulos anteriores, provindos, principalmente, da Doutrina de Segurança Nacional, se fará em conjunto com os ensinamentos passados pela Escola Nacional de Informações, tendo como base as suas apostilas e de suas sínteses de aulas<sup>6</sup>. Será possível compreender, a partir disso, como os agentes do Sistema Nacional de Informações e, especificamente, do Serviço Nacional de Informações, passaram a incorporar a DSN. Desta forma, o principal ponto da análise deste estudo estará focado no caráter ideológico da segurança nacional, em que será analisada a presença da Doutrina de Segurança Nacional e dos preceitos da Escola Superior de Guerra dentro do aparato legal de criação e ensino da EsNI. Com a análise do nível e do formato da educação oferecida pela Escola será possível elucidar em que medida essa ideologia extrapolou as salas de aula e influenciou na burocracia como um todo, nos órgãos de informações, nos atos governamentais e nos sistemas de segurança do governo militar.

---

<sup>6</sup>As sínteses de aulas constam nos documentos obtidos no Arquivo Nacional em Brasília-DF.

## CAPÍTULO I

### A inteligência governamental civil no Brasil

O Brasil somente teve contanto com concepções formais sobre a atividade de informações e inteligência no final da República Velha, momento em que houve a criação do Conselho de Defesa Nacional, durante o governo de Washington Luís Pereira de Souza, em 29 de novembro de 1927<sup>7</sup>. De fato, é possível afirmar que esta foi a primeira instituição pública do país destinada, exclusivamente, ao levantamento e processamento de informações para embasar às ações estratégicas do Poder Executivo.

A conjuntura mundial, preponderante em fins da década de 1920, era palco de diversidades econômicas e sociais tendo em vista a vitória do sistema econômico comunista na Revolução Russa, o final da Primeira Guerra Mundial e a Quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929. No contexto brasileiro, o cenário tampouco se mostrava estável com o surgimento do movimento tenentista<sup>8</sup>, da Coluna Prestes e de inúmeras greves de operários. A instabilidade nacional foi atribuída ao controle oligárquico, ao descontentamento social e ao crescimento urbano que colocavam em xeque os últimos anos da política do café-com-leite e a supremacia da oligarquia cafeeicultora brasileira. Ademais, no início da década de 1920, com forte inspiração nos acontecimentos bolcheviques de 1917 na Rússia, foi criado o Partido Comunista do Brasil em 1922.

O Conselho de Defesa Nacional foi criado, assim, diante de adversidades nacionais e globais, com o objetivo de acompanhar as mudanças de conjunturas e compreender suas possíveis influências no Brasil. O Conselho constituiu-se, por excelência, em um local de discussões e troca de informações de “todas as questões de

---

<sup>7</sup>Decreto nº 17.999, de 29 de novembro de 1927. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17999-29-novembro-1927-503528-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 15 de dezembro de 2010.

<sup>8</sup>Na ocasião é possível observar inúmeras manifestações contestatórias que pregavam mudanças na estrutura política do País, como os revoltosos do Forte de Copacabana em 1922 e o levante de São Paulo em 1924.

ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da Pátria”<sup>9</sup>, cujas reuniões eram restritas a duas vezes por ano apenas, sendo considerado, desta forma, como um simples órgão de consultoria da Presidência da República.

O Conselho eram composto de dez membros em regime permanente, respectivamente: Presidente da República, Ministro de Guerra, Ministro da Marinha, Ministro da Fazenda, Ministro da Viação, Ministro da Agricultura, Ministro do Interior, Ministro do Exterior, Chefe do Estado-Maior do Exército e o Chefe do Estado-Maior da Armada. Já entre os membros eventuais destacam-se "quaesquer outras autoridades especialmente convocadas pelo Presidente da Republica e presidentes ou agentes executivos de sociedades, sindicatos directores de empresas ou firmas, convidados pelo Presidente da Republica."

A documentação coletada e analisada pelo Conselho de Defesa Nacional ficava sob a tutela do Estado-Maior do Exército, a quem cabia também a responsabilidade pela classificação de tais documentos a partir de critérios diversos. Desta forma, com o Decreto nº 17.999 de novembro de 1927, foi a primeira vez em que foi garantida a salvaguarda dos assuntos sigilosos a partir de uma referência oficial no Brasil, diante das urgências do contexto interno e externo.

As crises econômicas do final da década de 1920, dificultaram a conciliar a própria manutenção do governo com os movimentos sociais emergentes. Assim, a partir do rompimento da política café-com-leite e a eclosão do movimento de 1930, Getúlio Dornelles Vargas assume a presidência da República em 3 de novembro deste mesmo ano<sup>10</sup>. O governo tem início em meio a inúmeras dificuldades de âmbito interno e externo ao país. O fim do governo oligárquico caracterizado pelo domínio dos cafeicultores, juntamente com a posse de Vargas conduzido pela Junta Militar, abre

---

<sup>9</sup>Revista da ABIN. Disponível em: [http://www.abin.gov.br/modules/mastop\\_publish/files/files\\_48581dbdd7d04.pdf](http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/files/files_48581dbdd7d04.pdf), p. 148. Acessado em 16 de dezembro de 2010

<sup>10</sup>Alguns dos livros clássicos usados para compreender o desenvolvimento político deste período são: BORIS, Fausto. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1972, BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1995 e MURAKAMI, Ana Maria Brandão. *A Revolução de 1930 e seus antecedentes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

precedentes para que se compreendesse os empecilhos de iniciar uma nova política no Brasil.

Com Getúlio Vargas, o serviço de informações brasileiro não sofreu alterações durante os primeiros anos de governo. Não obstante, o presidente, ciente da precariedade do órgão de informações, reorganizou o Conselho de Defesa Nacional, alterando sua nomenclatura para Conselho Superior de Segurança Nacional<sup>11</sup>. Para complementar as funcionalidades do órgão, foi introduzida uma assessoria técnica, responsável pelo estudo de temas, que posteriormente integrariam discussões no Palácio. Ademais, de forma a prezar pela melhoria da coordenação das atividades, foram instituídas a Comissão de Estudos da Defesa Nacional e a Secretaria de Defesa Nacional. Com subordinação direta ao Conselho, as Seções de Defesa Nacional, instaladas dentro de cada ministério civil, funcionavam como um intermédio entre estes e a Secretaria Geral de Defesa Nacional, centralizando, desta forma, questões concernentes à Defesa Nacional<sup>12</sup>. Priscila Antunes esclarece que esta Secretaria era “subordinada diretamente à presidência da República e tinha a importância de canalizar questões referentes ao Conselho e à comissão de estudos, além de servir de ligação com as demais seções de segurança dos ministérios civis”<sup>13</sup>.

Após o fim do mandato constitucional de Getúlio Vargas, que durou até 1937, foi promulgada uma nova Constituição Federal que acompanhou a instalação do Estado Novo. De caráter autoritário, esta nova situação política conferiu plenos poderes para a gestão de inúmeros aspectos da vida nacional. Neste ambiente de absolutismo político, o Conselho de Segurança Nacional tem novamente alterada sua nomenclatura<sup>14</sup> e suas responsabilidades passam a estar relacionadas às questões relativas à segurança nacional. O Decreto-lei nº 4.783 de 1942, responsável pela regulamentação do Conselho, inseriu e regulamentou órgãos complementares ao Conselho, como a Comissão de Estudos, a Secretaria Geral, as Seções de Segurança dos Ministérios Civil e, por fim, a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. O Conselho de Segurança Nacional era composto pelos Ministros de Estado e Chefes de Estado Maior do Exército

---

<sup>11</sup> Decreto nº 7 de 03 de agosto de 1934

<sup>12</sup> Decreto nº 23.873 de 15 de fevereiro de 1934.

<sup>13</sup> ANTUNES, Priscila. *SNI e ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 44

<sup>14</sup> A nomenclatura do Conselho de Segurança Nacional é alterada de acordo com o artigo nº 165 da Constituição Federal de 1937.

e da Marinha e, posteriormente, com o surgimento da Força Aérea, incorporou-se, também, o Chefe da Aeronáutica.

Como a política de desenvolvimento era considerada parte da segurança nacional, uma das primeiras questões sobre a qual o Conselho foi suscitado a se manifestar esteve relacionada à implantação da siderurgia no Brasil, já discutida desde meados de 1930. O parecer positivo do Conselho foi dado em 1939, e defendia o monopólio do Estado na indústria siderúrgica e na exportação de ferro e de manganês. Simultaneamente com as tendências centralizadoras estadonovistas, em 1944, o Decreto-lei nº 6.476 criou a Comissão de Planejamento Econômico, como um órgão complementar que auxiliaria a presidência a refletir e decidir sobre aspectos também econômicos da conjuntura nacional.

Mais uma vez, embora alterações estruturais e organizacionais na atividade de informações, não houveram mudanças significativas e, tampouco, profundas. Assim sendo, indo ao encontro das afirmações que Lúcio Sérgio Oliveira estabelece em sua coletânea, as atividades de informações permaneceram focadas nas questões relativas à defesa da Pátria, tal como previsto no texto legal que marca sua origem, em 1927<sup>15</sup>.

### ***Uma nova forma de organização militar: a criação da Escola Superior de Guerra***

A experiência da Segunda Guerra Mundial foi muito significativa para o Brasil, devido ao contato da Força Expedicionária Brasileira (FEB) com o exército norte-americano, na Itália, e repercutiu em inúmeras consequências sobre aparelho militar brasileiro. Subordinados ao V Exército dos Estados Unidos, em 1944 e 1945, sob o comando do General Mark Clark, os oficiais brasileiros sentiram a precariedade humana, material e econômica que os distinguiu perante os norte-americanos, como pôde ser notada, por exemplo, pela dependência quanto ao fornecimento de materiais, armamentos, equipamentos<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup>OLIVEIRA, Lúcio S. *A História da atividade de inteligência no Brasil*. Brasília: ABIN, 1999. p. 25.

<sup>16</sup>Segundo as memórias do General Otávio Costa, a dependência do fornecimento de equipamentos dos Estados Unidos incluía até mesmo o fardamento : “o uniforme foi permanente motivo de vexame para

Com isso, os oficiais da FEB, ao retornarem ao Brasil, relacionaram desenvolvimento militar e econômico tendo em vista a hegemonia norte-americana, pois estavam convictos da necessidade de acelerar o desenvolvimento econômico do Brasil. Foi fixado na mentalidade de setores da oficialidade brasileira a crença de que o que afetaria os Estados Unidos, seria capaz de afetar igualmente o Brasil<sup>17</sup>. Isto ofereceu subsídios para que o país passasse a integrar a órbita de influência do parceiro norte-americano, implicando, assim, na defesa de valores comuns como a permanência do sistema capitalista e na ideologia anticomunista.

Na América Latina, a tese geopolítica, integrada à esfera de influência dos Estados Unidos, parte da divisão do mundo em dois blocos antagônicos e da integração inevitável dos países em um desses blocos. A integração, por motivos cientificamente comprovados<sup>18</sup>, tende a ser ao bloco ocidental, anticomunista. Esta também pode ser atribuída, no caso do Brasil, à fatores morais - “ocidente é moralmente superior”- e por necessidade – “Brasil garante a segurança atlântica”. Assim, a geopolítica serve, no Brasil, como um sustentáculo para a bipolaridade e para a adesão da Nação à luta anticomunista. O cenário ideológico era propício ao desenvolvimento de uma doutrina adequada a tais premissas, assim sendo:

A Doutrina de Segurança Nacional é concebida num momento em que se operam transformações profundas na sociedade brasileira e no contexto internacional. A insistência no combate ao ‘neutralismo’, a propugnação do envolvimento incondicional do Brasil no Bloco Ocidental, a ênfase na defesa do continente americano de agressões ‘externas’, apontam para além de uma identificação ideológica com o ‘Mundo Livre’<sup>19</sup>.

A criação da Escola Superior de Guerra, diante de tais circunstâncias, conforme ressalta Eliezer Rizzo de Oliveira, está ligada, portanto, a dois fatores primordiais: a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos Estados Unidos, e o debate político que discutia a exploração do petróleo<sup>20</sup>. O contato norte-americano, após

---

os homens da FEB, no confronto com a vestimenta dos exércitos aliados”. IN: OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. *Militares: Pensamento e ação política*. Campinas: Papyrus, 1987. p. 56.

<sup>17</sup>COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional - o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

<sup>18</sup>Comblin apresenta tal argumento situado em artigos escritos pelo General Juan Guglielmelli, Carlos Mastrorilli e Rubem Moro.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. *Op. cit.*, 1976. P. 26

<sup>20</sup> Estes debates tomou forma após a queda do Estado Novo, e como tema subjacente aparecia a

o término da guerra, generalizou a ideia, entre os oficiais, da eminência, proximidade e inevitabilidade de um conflito total entre os dois blocos antagônicos, capitalista e soviético. A ESG foi criada intimamente relacionada ao panorama da Guerra Fria, em que era latente a preocupação de um embate entre as superpotências que, embora aliadas outrora, passaram a ter uma postura de antagonismo e assumiram posturas diferentes e até mesmo opostas.

A criação da ESG representa:

A garantia da presença política de um grupo militar em alta posição no aparelho de Estado, na medida em que é órgão subordinado diretamente ao Estado Maior das Forças Armadas (posteriormente, com o regulamento de 4-12-63 a define como “órgão da presidência da República”, mantendo o mesmo vínculo com o EMFA); conseqüentemente:

- 1) A ESG garante a não-dispersão deste agrupamento político-militar.
- 2) Se assegura a possibilidade de difusão ideológica entre as “elites civis e militares”<sup>21</sup>.

Os Estados Unidos, que já tentavam se aproximar do exército brasileiro desde o governo de General Eurico Gaspar Dutra (1946-1950). A fim de substituir a influência francesa dentro desta organização, abriram suas escolas militares aos oficiais brasileiros, tornando o contato entre ambos os oficiais cada vez mais profundo. Ao captar as raízes de um sistema de segurança, os oficiais voltaram ao Brasil intencionados em fundar uma escola inspirada<sup>22</sup> no National War College, e para tanto foi instituída uma missão americana em 1948<sup>23</sup> a fim de orientar a fundação da Escola Superior de Guerra em 1949. Essa missão continuou instruindo a ESG durante os doze anos posteriores de sua criação. Sendo assim, a escola, desde os primeiros anos de seu funcionamento:

esquemmatizou a doutrina americana: objetivos nacionais, poder nacional, segurança nacional, conceito estratégico nacional. Essas categorias englobam todos os aspectos da realidade nacional. O esquema abstrato do Estado futuro já está claramente concebido<sup>24</sup>.

---

Segurança Nacional. Os debates também se ligavam à questão do nacionalismo – relacionados aos problemas da segurança nacional ao nível do debate militar. Porém, só quando os debates extravasaram a esfera estatal passando a aparecer na pública, que deve ser compreendida a criação da ESG

<sup>21</sup> OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976. P. 20

<sup>22</sup> A ESG foi inspirada no NWC e não sua cópia, já que não foi seu único modelo.

<sup>23</sup> Segundo Antonio de Arruda, há uma tradição oral na ESG que conta que, no mesmo ano, 1948, o General Cesar Obino – chefe do Estado-Maior Geral - fez uma viagem ao Estados Unidos mencionando a implantação de uma escola militar no Brasil nos moldes da norte-americana. Assim, os americanos, pela Política da Boa Vizinhança, ofereceram uma Missão Militar para apoiar a implantação da escola brasileira.

<sup>24</sup> COMBLIN, Joseph. *Op. cit.*, 1978. P. 155-156

A lei criadora da ESG não determinou os cursos que a Escola deveria ministrar, o que possibilitou a liberdade para a direção da ESG e para o Estado-Maior das Forças Armadas. A estrutura educacional da Escola Superior de Guerra mostra uma tendência à formação de uma elite dirigente, composta por civis e militares, para o estudo de questões referentes à Segurança Nacional. Assim sendo, seus cursos deveriam ser equivalentes a extensão universitária ou a pós-graduação. Isto corrobora a afirmativa de Eliezer Rizzo de Oliveira que defende que “a ESG escolheu os setores sociais nos quais penetraria, assim como os métodos de penetração e articulação política. Ela atua junto a um grupo social restrito, de formação universitária obrigatória, composto por pessoas pertencentes à burocracia estatal e privada”<sup>25</sup>.

O principal marco na construção doutrinária da ESG esteve atrelado à compreensão das potencialidades brasileiras que, momentaneamente, estavam estancadas ou retardadas por uma série de circunstâncias, como “o método dos pareceres” - que consistia na convocação de um especialista em cada momento em que o Executivo enfrentava dificuldades de quaisquer ordens. A Escola defendia que a decisão não deveria provir da opinião de um único indivíduo contratado esporadicamente, mas de um grupo especializado e constante. Assim, a ESG sistematizou um de seus pilares doutrinários em que atribuía grande importância ao trabalho coletivo, cuja capacidade intelectual e analítica era superior à individual.

Os trabalhos acadêmicos já esclareceram que a Escola Superior de Guerra foi a criadora e principal propagadora da Doutrina de Segurança Nacional<sup>26</sup>. Embora seja difícil, como confessa Eliezer Rizzo de Oliveira, avaliar a profundidade de penetração da DSN na Escola, é possível observar que a principal crença da doutrina esteve baseada na integração do Brasil ao cenário político internacional, devido ao grande contingente populacional e à extensão territorial do Brasil, bem como de sua posição geopolítica. Tais fatores ofereciam uma posição estratégica perante as relações políticas internacionais mas também tornavam o Brasil vulnerável ao comunismo devido às

---

<sup>25</sup> OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. *Op. cit.*, 1987. P. 53

<sup>26</sup> COMBLIN, Joseph. *Op; cit.*, 1978.



dificuldades intrínsecas da vida social brasileira como, por exemplo a pobreza da população e a corrupção política.

Diante desses empasses, a ESG elaborou teorias que oferecessem possíveis soluções para os mesmos. Para atingir o ideal de segurança definido pela ESG, no entanto, inicialmente deveria haver um desenvolvimento econômico do país a fim de que o destino brasileiro de “grande potência” fosse reforçado. Concomitantemente, deveriam ser construídos mecanismos internos para o combate ao comunismo. Em contrapartida, estas medidas foram prejudiciais ao caráter nacional do Brasil, conforme Eliezer Rizzo de Olivera ressalta:

Há sinais de inquietação intelectual no aparelho militar, em áreas ou indivíduos que se tem mantido sensíveis aos efeitos sociais, políticos, econômicos, militares, culturais e humanos desta profunda devastação nacional que representa o modelo de crescimento econômico adotado, socialmente injusto e profundamente antinacional, que foi erigido como o processo que conduziria o Brasil à condição de grande potência<sup>27</sup>.

A partir de 1964, devido à crise de hegemonia do Estado brasileiro<sup>28</sup> durante o governo Goulart, o governo foi tomado pelas Forças Armadas, cuja base teórica desta intervenção estava presente na ideologia criada pela Escola Superior de Guerra. A atuação da escola é definidora dos novos rumos políticos do país, devido à sua posição estratégica nas Forças Armadas e ao desenvolvimento de uma doutrina que oferecia subsídios à permanência militar no governo - através da subordinação política da classe operária e da participação do Brasil na estratégia do mundo ocidental capitalista com a supremacia dos Estados Unidos.

A ideologia presente na Escola Superior de Guerra, com forte cunho ocidental, observada nas obras de Golbery do Couto e Silva, indica a tendência à predominância do grande capital para que o desenvolvimento econômico brasileiro fosse ampliado e estivesse intimamente ligado à política da Segurança Nacional. Pode ser observada, portanto, uma interdependência entre a formação e a permanência deste tipo de governo e a predominância do grande capital, indispensáveis para a concretização dos Objetivos Nacionais. Estes deveriam estar voltados ao desenvolvimento econômico e à

---

<sup>27</sup>OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. *Op. cit.*, 1987. P. 55

<sup>28</sup> No âmbito interno, o acirramento da luta de classes, e no externo, a debilitação das relações econômicas e políticas com os Estados Unidos, são os predecessores desta crise.

implementação de uma política de segurança nacional, conforme definido pelas Forças Armadas. Golbery do Couto e Silva indica que:

O que mais está a Segurança Nacional a exigir, num país do tipo do nosso, é sobretudo a ampliação de nossa infraestrutura econômica, a redução dos pontos de estrangulamento de nossa economia tão desordenadamente envolvida, a atenuação pelo menos dos graves desequilíbrios existentes entre seus diversos setores básicos – objetivos todos, por certo, de alta essencialidade em qualquer programa de desenvolvimento econômico-social<sup>29</sup>.

Para minimizar as influências da ESG e da Doutrina de Segurança Nacional, seria necessário o controle popular do Estado. No entanto, o tipo de regime que se estabeleceu no Brasil, em 1964, tinha como uma de suas prerrogativas o afastamento das massas da condução e do desejo de participação no controle das decisões do Estado.

### *Elementos da Doutrina de Segurança Nacional*

A fim de se obter uma compreensão mais adequada dos elementos da Doutrina de Segurança Nacional, é necessário o estudo do significado e das funções atribuídas ao Estado. Joseph Comblin compreende o Estado, segundo os pressupostos da DSN, como uma vontade soberana, única, que não aceita quaisquer outros desejos e que tem o poder de mobilizar tudo da Nação. Devido à tais características do Estado, este não tolera uma oposição que não seja controlada por ele próprio e, em momento de suspeita, a oposição é acusada de subversão, anarquia e comunismo. Isto pode ser atribuída à crença de um estado de guerra generalizado em que, caso o Estado se tornasse flexível, mesmo que minimamente, o comunismo internacional seria capaz de se infiltrar. Assim, a fim de garantir sua própria proteção, o regime adotado consistiria em uma democracia com mecanismos de defesa contra a subversão e o comunismo. Esta adesão implicou em centralização do poder e autoridade em um regime político produzido e articulado para a guerra, mesmo sendo esta potencial.

Existem quatro elementos que compõem a Doutrina de Segurança Nacional: os Objetivos Nacionais, a Segurança Nacional, o Poder Nacional e a Estratégia Nacional.

---

<sup>29</sup>SILVA, Golbery do Couto. *Planejamento Estratégico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955. P. 29

Estes são atribuídos ao Estado, que é o principal agente da Estratégia Nacional e é responsável pela submissão do Poder Nacional aos Objetivos Nacionais<sup>30</sup>.

Os Objetivos Nacionais se configuram como a meta da guerra e a meta da política – segundo os conceitos da DSN, a Nação luta por sua sobrevivência, não contemplando outra política que a guerra total. A Nação deve se opor aos valores comunistas e prover uma estratégia de destruição dos focos comunistas em prol de sua própria sobrevivência. Tais Objetivos devem ser defendidos por todos os meios<sup>31</sup>.

Em síntese, pela doutrina da ESG, os Interesses Nacionais - expressão dos desejos coletivos, despertados por necessidades - se transformam em Aspirações Nacionais – projeção e integração dos Interesses Nacionais na consciência nacional-, quando projetados na consciência da comunidade e deles emanam os Objetivos Nacionais<sup>32</sup>.

Os Objetivos Nacionais estão inseridos em um cenário extremamente amplo, pois se configuram como conceitos gerais e universais, e abrangem vários setores da sociedade cujas características comuns estão focadas na luta contra o comunismo e a sobrevivência da Nação. Joseph Comblin os classifica mediante três linhas principais:

Em primeiro lugar, a herança dos valores morais e espirituais da civilização ocidental; pode-se chamar a isso humanismo, cristianismo ou democracia.

Em seguida o caráter nacional: sabe-se como é difícil definir o pretense caráter nacional. Nossos estrategistas, no entanto, não desistem da tarefa. Quanto ao resultado, é mais ou menos bom[...] O caráter nacional brasileiro, a ser cuidadosamente preservado por meio da estratégia nacional, seria o seguinte: “individualismo, adaptabilidade, improvisação, vocação pacífica, cordialidade, emotividade”.

Finalmente, devemos classificar nos Objetivos Nacionais os atributos da soberania e, seu sentido clássico: território, autodeterminação, integridade nacional.<sup>33</sup>

Outro componente da Doutrina de Segurança Nacional, o Poder Nacional, consiste na ação do Estado para impor sua vontade, tendo em vista os Objetivos Nacionais. O Manual Básico de 1975 informa que “a nação, ao organizar-se em Estado, escolhe uma forma de aglutinar e expressar seu Poder Nacional – eis porque o Estado é

<sup>30</sup> COMBLIN, Joseph. *Op. cit.*, 1978.

<sup>31</sup> Lembrando com isso os conceitos de Segurança Nacional e as modalidades de guerra, como a Guerra Generalizada.

<sup>32</sup> ARRUDA, Antônio. *ESG: História de sua doutrina*. São Paulo: GDR, 1980. P. 78, 79 e 80.

<sup>33</sup> Idem. P. 53

a nação politicamente organizada”<sup>34</sup>. As características mais citadas, por Comblin, como indispensáveis ao Poder Nacional são a coercibilidade e a instrumentalidade – capacidade para realização dos seus fins. A ESG atribui grande valor a tais dispositivos, pois aumentam exponencialmente o poder da Nação. Assim, quanto maior a capacidade de atingir os Objetivos, mais poderosa se configurará a Nação. A Estratégia Nacional também se configura como um dos elementos básicos mais importantes da DSN. Este conceito compreende a preparação e aplicação do Poder Nacional para alcançar os Objetivos Nacionais. O primeiro pressuposto desta categoria é o fim da distinção entre as esferas civil e militar, decorrente do caráter generalizado de guerra. Assim, a partir do momento em que há a incorporação de fatores não militares em conflitos - econômicos, psicológicos, morais, políticos e tecnológicos –, a sociedade é levada a militarização, em que tudo é objeto da estratégia. Isto posto, “na ESG, a Estratégia tem sido encarada não apenas no campo militar, mas em relação íntima com a política e abrangendo, também, aspectos econômicos e psicossociais”.<sup>35</sup>

A Doutrina de Segurança Nacional não explicou ou conceituou o termo Segurança Nacional, por este estar, sempre, subentendido. O principal objetivo da Segurança Nacional é proporcionar a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais e, para tanto, a questão da Segurança Nacional deve ser adequada à atual realidade.

Segundo Antônio de Arruda, no momento de implantação da Escola Superior de Guerra, o conceito tradicional de Segurança – ligado à Defesa, estritamente militar, vinculado à exploração do potencial econômico – foi substituído por outro mais abrangente – ligado ao ponto de vista político – que defendia o resguardo de toda a Nação, a participação do Brasil no bloco ocidental e a continuidade da sociedade capitalista. O Manual Básico de 1975 oferece subsídios que possibilitam apreender a presença da ideologia anticomunista no que corresponde à segurança nacional:

As modernas formas de agressão, em particular por força de influência da ideologia comunista, deram novas dimensões ao problema da guerra e, conseqüentemente, da proteção das Nações.

De tudo isto, decorre um entendimento que distingue a ideia de Segurança da clássica concepção de Defesa. Esta será **uma ação** específica e definida, enquanto a **Segurança é uma condição ou estado** que, inclusive, condiciona

<sup>34</sup> Manual Básico da ESG, 1975. P. 63.

<sup>35</sup> ARRUDA, Antônio. *Op. cit.*, 1980. P. 65

a execução da Defesa. A noção de Segurança é mais abrangente que a de Defesa, esta entendida como um **ato** diretamente ligado a determinado tipo de ameaça, caracterizada e medida.<sup>36</sup>

Embora seja um conceito vago e indefinido, teve uma eficiência comprovada ao defender a presença do comunismo em todo fragmento da sociedade. Aspectos comuns entre as análises de Comblin e Arruda residem na extensão da Segurança Nacional, em que todos os cidadãos devem cooperar pela segurança, pois o comunismo e a subversão ideológicas configuram-se como problemas onipresentes. Comblin considera que “a segurança nacional é responsabilidade de todos os cidadãos”<sup>37</sup>, e Arruda complementa o conceito, pois nos casos de guerra moderna, “há necessidade de cooperação entre os integrantes das várias classes sociais, sejam combatentes ou não, porque todos podem ser hostilizados pelo inimigo”<sup>38</sup>.

É apresentado, ainda, que os meios, sejam eles violentos ou não, para que se alcance a segurança, não compreendem limites. Não é possível mais à Segurança Nacional comportar as restrições empregadas pela doutrina tradicional no que se refere à violência. Desta forma, é possível concluir que, na Doutrina de Segurança Nacional, não há elementos que controlem a tendência à segurança absoluta<sup>39</sup>.

O conceito de Segurança Nacional é complementado e melhor compreendido através da análise das modalidades de guerra incorporadas à Doutrina desde então<sup>40</sup>. Devido à crença generalizada de que o mundo vive em um estado de guerra permanente e total, as modalidades de guerra estão divididas em três frentes, de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional: a Guerra Generalizada, a Guerra Total e a Guerra Revolucionária<sup>41</sup>.

O conceito de *Guerra Generalizada* tem uma definição ambígua, formado a partir da fusão de dois conceitos distintos. O primeiro conceito, ligado à teoria de

---

<sup>36</sup> Idem. P. 232

<sup>37</sup> COMBLIN, Joseph. *Op. cit.*, 1978. P. 57

<sup>38</sup> Conferência realizada pelo professor Ernesto Luiz de Oliveira Junior: “*Segurança e ensino*” IN: ARRUDA, Antônio. *Op. cit.*, 1980. P. 17

<sup>39</sup> Segundo Comblin, pela segurança nacional não comportar nenhum limite, nunca se sabe quando o nível de segurança é suficiente. O desejo de segurança tende a ser ilimitado, e por isso mesmo a segurança toma um caráter absoluto. O autor vê esse caráter como extremamente prejudicial por sua ambiguidade, pois cria a insegurança “absoluta”.

<sup>40</sup> Estas modalidades serão analisadas posteriormente.

<sup>41</sup> Estes conceitos tem sua origem imediata nos Estados Unidos, mas remotamente, suas origens podem ser encontradas na Alemanha e França.

Clausewitz, define a guerra por sua meta, sendo aquela absoluta. Adicionado a este, a guerra é representada também por seus meios de destruição do inimigo – embora não seja esta sua meta principal. Comblin afirma que a utilidade desse hibridismo tem como principal função evitar a guerra e, portanto, esta deve ser apresentada do modo destruidor, tanto através de seus meios quanto de seus fins. Assim a ideia de uma destruição total reforçaria a tentativa, por parte da estratégia, de evitá-la.

O teórico defensor da ideia de *Guerra Total* mais utilizado na América Latina foi Erich Ludendorff<sup>42</sup>. Este teórico foi muito discutido nas conferências da ESG e nas sínteses de aula do curso modalidade “A” da EsNI. O polonês defende que a guerra deve ser desejada e apoiada pelo povo, pois ela é essencial à sobrevivência e à vitória total da Nação. A adaptação de tal teoria, na América Latina, apreende que a guerra pela sobrevivência é necessariamente uma guerra contra o comunismo. Comblin, ainda, evidencia tal característica na mentalidade de Golbery do Couto e Silva, ao afirmar que “o general Golbery não concebe de outra maneira a guerra contra o comunismo: é uma guerra pela sobrevivência do Ocidente; é, portanto, uma guerra absoluta”.<sup>43</sup> No Brasil, o apoio da população é também considerado crucial, pois a Guerra Total exige a mobilização de grandes efetivos e não apenas das Forças Armadas.

Guerra total é o conflito armado que interessa a todos os elementos da nação, num esforço conjunto que afeta todas as atividades públicas e privadas, tendo em vista a aplicação total do Poder Nacional, para a manutenção ou consecução dos Objetivos Nacionais.<sup>44</sup>

Assim como em outras partes do mundo em que existiram diversos golpes de Estado, a Doutrina da Guerra Fria e suas ligações com o autoritarismo governamental, a repressão e a obsessão anticomunista, da forma como foi verbalizada especificamente pela Escola das Américas, foi aplicada também na América Latina. Como parte da doutrina, foi desenvolvido o sentimento de guerra contra o “Comunismo Internacional” que, de alguma forma, sempre esteve presente na Doutrina de Segurança Nacional. A partir da década de 1960, esse movimento se fortaleceu com a incorporação do conceito de Guerra Revolucionária, que compreendia apenas um tipo de inimigo, atrelado ao comunismo internacional e internalizado ao país. Arruda ainda esclarece que “o

---

<sup>42</sup>No terceiro capítulo deste trabalho, poderá ser observado na apostila da EsNI e ESG a citação do mesmo teórico.

<sup>43</sup> COMBLIN, Joseph. *Op. cit.*, 1978. P. 38

<sup>44</sup> ARRUDA, Antônio. *Op. cit.*, P. 242.

conceito de Guerra Revolucionária permitirá determinar a estratégia inimiga, e portanto o conteúdo exato dessa guerra generalizada, essa guerra absoluta que se apresenta sob a forma de Guerra Fria”<sup>45</sup>. Esta guerra é compreendida como uma nova estratégia do comunismo internacional para a conquista do mundo. Desta forma, todos os processos revolucionários – sejam eles subversão, terrorismo, guerra de libertação nacional, guerrilhas - são apenas fases distintas do processo da guerra revolucionária.

Nesta modalidade, o Serviço de Inteligência é extremamente necessário, pois lhe cabe a responsabilidade pela fase mais complexa de identificação dos inimigos e, assim sendo, o papel da a Inteligência é detectar todos os envolvidos com a subversão. Acreditava-se que, na Guerra Revolucionária, a arma mais importante consistia na capacidade de coletar informações, sendo necessário o emprego de quaisquer meios para isso. Entretanto, a Guerra Revolucionária deforma a realidade. Na América Latina e, especificamente, no Brasil, não houveram movimentos semelhantes aos da China e de Cuba; não havia uma guerrilha revolucionária, o que não impediu, entretanto, que se acreditasse na presença desta ameaça perante a realidade nacional.

A Escola Superior de Guerra compreende a Guerra Revolucionária, portanto, como a tentativa de estabelecer um domínio progressivo da população e de suas mentes “desprotegidas”, não almejando a conquista direta de territórios, via luta armada, mas um conflito ligado à mentalidade das pessoas, ao apelo psicológico. Tendo em vista essa ambição “verificou-se que não basta a simples defesa, mas seria necessário algo mais eficiente. Surgiu, pois, a noção de segurança encarada como um estado de alerta, de prevenção, de consciência do perigo”<sup>46</sup>. Tal perigo abrange todas as pessoas e, assim, a Nação passa a ser resguardada como um todo e sob a responsabilidade de todos os cidadãos.

### ***A necessidade de um órgão de informações estruturado se intensifica: a criação do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações – SFICI***

O final da Segunda Guerra Mundial vem ligado à decadência do Estado Novo e à emergência de um novo tipo de conflito denominado Guerra Fria. Este novo panorama

---

<sup>45</sup>Idem. P. 43

<sup>46</sup>ARRUDA, Antonio. *Op. cit.*, 1980. P. 19

nacional e internacional modificou a sociedade para uma situação de conflito velado entre dois pólos ideológicos. Sendo assim, as novas configurações mundiais e nacionais fizeram com que o Estado brasileiro fosse objeto de profundas reflexões, reestruturando amplamente a política da Segurança Nacional. Foi acentuada a necessidade de um órgão de informações mais estruturado, mais moderno e especializado.

A atividade de informações tomou, neste momento, uma conotação diferente perante o contexto mundial. Abrangia a coleta, análise e o armazenamento de informações que, ao privilegiar a ideologia anticomunista, fez com que estas informações estivesse atrelados à resolução de problemas relacionados à subversão ideológica.

Lúcio Sérgio Oliveira chama a atenção para registros históricos referentes ao ano de 1946 presentes no Memorial de Informações da Subsecretaria de Inteligência, materiais estes que foram autenticados pelo Coronel Ary Pires, ex-funcionário da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Dentre os registros disponíveis destaca-se o seguinte, que demonstra com tanta propriedade a urgência de reestruturação, tal como era compreendida na época:

A experiência demonstrara que a organização que deve atender às necessidades de preparação para a guerra não satisfazia. Com efeito: - o órgão central (Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional) não possuía atribuições definidas para coordenar e orientar o trabalho na esfera de atribuições dos Ministérios Cívicos; - a coordenação na esfera de atribuições das Forças Armadas também era deficiente, embora da Comissão de Estudos fizessem parte os Chefes de Estado-Maior dessas Forças, e se tivesse criado uma Comissão especial mista em mil e novecentos e quarenta e dois para essa finalidade, a verdade é que, não havendo um órgão com as vistas voltadas permanentemente para o assunto das operações combinadas, responsável pelo PLANO MILITAR de um PLANO DE GUERRA, todo o trabalho de preparo da mobilização militar careceu de harmonia nas três Forças Armadas; - as Seções de Segurança Nacional não tinham atribuições definidas com minúcias e, no quadro geral de sua finalidade, umas ficaram absolutamente inativas como as dos Ministérios das Relações Exteriores e da Fazenda, outras desvirtuaram-se de sua finalidade ou por não terem contado com o prestígio dos titulares das Pastas ou por se terem absorvido nas soluções de problemas administrativos normais sem menor importância. Em conseqüência resolveu-se reestruturar a organização da Segurança Nacional. O então titular da Guerra, General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, fez uma sugestão sobre reestruturação das Forças Armadas, criando-se um Estado Maior Geral e reajustando-se as atribuições do Conselho de Segurança Nacional com as que fossem destinadas ao novo órgão, propondo ao Governo que fosse nomeada uma Comissão da qual fizessem parte os Chefes de Estado-Maior das três Forças Armadas e o Secretario Geral do Conselho de Segurança Nacional - O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, nomeou a Comissão como solicitado e determinou que o Secretario do Conselho de



Segurança Nacional ficasse à disposição da Comissão para o trabalho em vista. Em várias sessões o assunto foi submetido ao alto julgamento de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, o qual resolveu baixar os decretos-leis: números 9.775 e 9.775-A, de 6 de setembro de 1946, e 9.520 e 9.520-A, de 25 de julho de 1946. Legislação que procurou sanar os defeitos julgados existirem na organização anterior.

Pelos destacados Decretos-Leis nº 9.775 e nº 9.775-A, a Secretaria-Geral teve sua estrutura fracionada em três seções encarregadas de "organizar os Planos Industrial e Comercial, Político Interno e Econômico relativos ao Plano de Guerra". Esta legislação atribuiu à 2ª Seção a responsabilidade de "organizar e dirigir o SERVIÇO FEDERAL DE INFORMAÇÕES E CONTRA-INFORMAÇÕES - SFICI", organismo componente da estrutura do Conselho de Segurança Nacional, que passaria a ter o encargo de tratar das Informações no Brasil<sup>47</sup>.

Assim, o Brasil, acompanhando o ritmo do novo contexto pós-Segunda Guerra, em que a ênfase da segurança nacional era cada vez maior<sup>48</sup>, adaptou-se, criando um novo órgão de informações voltado à coleta e análise sistemática de informações relativas à segurança nacional. Nas palavras de Priscila Antunes:

A partir da II Guerra Mundial, a atividade de inteligência nas grandes potências ocidentais se desenvolveu de duas formas: autonomizou-se em relação ao fazer a guerra, tornando-se uma instituição permanente; e cresceu, em meio ao surgimento da Guerra Fria, como aparato criminal da investigação. Assim os órgãos de inteligência também se tornaram responsáveis pela detecção, apreensão, vigilância e armazenamento de informações sobre populações que poderiam ser consideradas subversivas. Esse contexto obrigou, de certa forma, a maioria dos países a uma nova reflexão em relação à sua segurança.<sup>49</sup>

A primeira resolução destinada a atender às novas necessidade necessidades foi a reforma do Conselho de Segurança Nacional, executada durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, por meio do Decreto-lei 9.775, de 6 de setembro de 1946. A

<sup>47</sup> OLIVEIRA, Sérgio L. *Op. Cit.*, 1999. p. 27-28.

<sup>48</sup> Observa-se que não foi somente no Brasil em que houve a urgência e a reestruturação da atividade de informações. Foram criados ou reformulados, na conjuntura, vários serviços secretos em variados países, citando, como exemplo a *Central Intelligence Agency* (Agência Central de Inteligência) - CIA, nos Estados Unidos da América, criada pela Lei de Segurança Nacional, em 1947, para substituir o então serviço que tornara-se obsoleto *Office of Strategic Service* (Gabinete de Serviços Estratégicos) - OSS; Na União Soviética também não poderia diferir, o *Ministérstyo Gosudarstvennoy Bezopasnosti* (Ministério da Segurança do Estado) - MGB, substituiu também o *Narodny Komissariat Gosudarstvennoy Bezopasnosti* (Comissariado do Povo da Segurança do Estado) - NKCB, em 1946. A França, extinguiu, em 1946, a antiga *Direction Générale de Études et Recherches* (Direção Geral de Estudos e Pesquisas) – DCER, criando o *Service de Documentation Extérieure et de Contre-Espionnage* (Serviço de Documentação Exterior e de Contra-Espionagem) – SDECE. Neste momento, foram criados organismos autônomos responsáveis pela atividade. Desta forma, as amplas reformulações doutrinárias e estruturais ocorreram em escala mundial, objetivando a adaptação às novas conjunturas mundiais de combates ideológicos.

<sup>49</sup> ANTUNES, Priscila. *Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile*. IN: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz(org.) *Ditadura e Democracia na América Latina: Balanço Histórico e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.p. 217

normatização objetivava a complementação das funções de antigos apêndices do Conselho, como a Comissão de Estudos, as Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Cíveis e a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. Foi criada, também, a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, diretamente subordinada ao Presidente da República e dirigida por um oficial do Exército. Isso fez com que a Secretaria fosse transformada numa espécie de gabinete militar na Presidência.

Neste momento, a atividade de informações começou a receber certo apreço por parte das autoridades governamentais. Foi pensado um organismo próprio, com competências exclusivas e vinculada hierarquicamente ao mais alto nível administrativo do Poder Executivo. Nasce, assim, o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações<sup>50</sup>, o órgão de informações mais estruturado até 1964, e o primeiro que se encarregou explicitamente e exclusivamente da coleta, análise e processamento de informações e da atividade de contrainformações. Foram eliminadas, desta forma, o fracionamento da atividade de Informações a que o Conselho de Segurança Nacional era submetido.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1946, o Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra fracionou a estrutura da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional em 3 seções encarregadas de "organizar os Planos Industrial e Comercial, Político Interno e Econômico relativos ao Plano de Guerra". Além disso, atribuiu à 2ª Seção a responsabilidade de "organizar e dirigir o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações - SFICI", organismo componente da estrutura do Conselho de Segurança Nacional, que passaria a ter o encargo de tratar das informações no Brasil.<sup>51</sup>

O SFICI ficou, como pôde ser observado, submetido à Segunda Seção da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, que, como indica seu nome, tinha uma essência militarizada<sup>52</sup>. Dentre suas funções, cabia o levantamento de informações objetivando a tomada de providências na preparação do país em caso de guerra. Apesar

---

<sup>50</sup>Decreto-lei 9.775-A, de 1946.

<sup>51</sup>Disponível em: [http://www.abin.gov.br/modules/mastop\\_publish/?tac=80\\_anos\\_da\\_Atividade\\_de\\_Intelig%EAncia\\_no\\_Brasil](http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/?tac=80_anos_da_Atividade_de_Intelig%EAncia_no_Brasil). Acessado em 27 de dezembro de 2010.

<sup>52</sup>As Segunda Seções, nas Forças Armadas, se dedicam à informação para a segurança das operações. Essa informação pode ser verificada também nos trabalhos de Lucas Figueiredo (2005) e Ana Lagoa (1983). Segundo o texto legal, cabia à essas seções a organização da propaganda e 'contra-propaganda' no que interessa ao Plano Político Exterior, e a organização da defesa do próprio sistema econômico, coordenando as medidas para a 'contra-espionagem' e 'contra-propaganda' no que interessa ao plano econômico.

de fazer parte da Secretaria Geral do Conselho de Segurança, a Segunda Seção não era dotada de nenhuma estrutura organizacional ou administrativa, nem mesmo doutrinária, o que posteriormente seria fornecida pela ESG, após sua criação em 1959.

Nesta temporada ainda, foi aprovado o Regulamento para a Salvaguarda de Informações que interessassem à Segurança Nacional – R.S.I.S.N, em 1949<sup>53</sup>. Legalmente, este foi o primeiro dispositivo cujo objetivo consistia na proteção das informações consideradas sigilosas pelo Estado brasileiro. A documentação graduada em “ultra-secreto” contemplava “certos informes sobre os métodos usados ou sobre os êxitos obtidos por nosso Serviço de Informações e de Contra-Informações: ou informes que coloquem nossos agentes em perigo”<sup>54</sup>. Um ano mais tarde, outro decreto submeteu a aplicação do regulamento da Salvaguarda de Informações a todos e quaisquer assuntos que contemplassem algum grau de sigilo, inclusive quando este não fosse de interesse direto da segurança nacional<sup>55</sup>.

Apenas a partir de 1956, já no governo de Juscelino Kubitschek, o Serviço Federal de Informações e Contrainformações se fortaleceu, em especial devido à influência norte-americana<sup>56</sup>, que pretendia extinguir as deficiências estruturais do órgão, tão prejudiciais ao combate do “comunismo”. O órgão passou a assumir uma postura anticomunista, no combate ao inimigo daquele momento, personificado pela URSS e seus países de influência. Assim sendo, a estratégia de combate aos comunistas “passa a concentrar-se na chamada guerra subversiva ou revolucionária, desenvolvida no interior dos países capitalistas”<sup>57</sup>.

Doze anos após a criação do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações, em 15 de setembro de 1959<sup>58</sup>, foi editado um decreto que determinava a adoção de medidas que potencializassem o funcionamento do SFICI, pois era manifestada a carência da área no país. Complementarmente, foi criada a Junta Coordenadora de Informações, cuja principal regulação consistia em seu funcionamento

---

<sup>53</sup> Decreto nº 27.583 de 14 de dezembro de 1949.

<sup>54</sup> Idem.

<sup>55</sup> Decreto nº 27.930, de 27 de março de 1950.

<sup>56</sup> A montagem do SFICI contou com apoio logístico e financeiro da CIA e FBI. Grande parte da influência americana foi devida à constante presença e intervenção de seu secretário de estado, John Foster Dulles aos militares da Escola Superior de Guerra.

<sup>57</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Glaucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.12

<sup>58</sup> Decreto nº 44.489-A, de 15 de setembro de 1958.

como um organismo colegiado de informações. De acordo com a regulamentação de suas atribuições, a Junta Coordenadora de Informações era diretamente subordinada ao Presidente da República<sup>59</sup>, sendo um organismo que deveria contar com a colaboração prestada pelos órgãos da administração federal, estadual, municipal, além das autarquias, entidades paraestatais e sociedades de economia mista. A presidência da Junta ficou sob a responsabilidade do Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, e seus integrantes eram representantes do Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA, os Estados-Maiores dos demais ministérios militares, dos ministérios civis e do Departamento Federal de Segurança Pública. Ademais, o chefe do SFICI também fazia parte do corpo de funcionários da Junta. Dessarte, suas competências residiam, de modo geral, na cooperação em formular o Plano Nacional de Informações bem como em atender às necessidades de atualização constante tendo em vista a evolução das conjunturas nacionais e internacionais. É possível apreender, com isso, que as atividades desenvolvidas pelo SFICI estavam atreladas às necessidades – sempre associadas à ideia da proteção à Segurança Nacional - da Junta Coordenadora de Informações.

Em dezembro do mesmo ano, visando o efetivo funcionamento do SFICI, foi baixado o Decreto nº 45.040, a fim de estabelecer seus parâmetros legais<sup>60</sup>. Ao aprovar o Regimento Interno da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, foram mantidas as três seções da Secretaria-Geral, bem como suas responsabilidades. Houve a separação da 2ª Seção do SFICI, o que proporcionou ao órgão maior autonomia por estar, a partir de então, vinculado diretamente ao Secretário-Geral. Ademais, o Decreto, em seu artigo 8º, dividiu o Serviço em quatro subseções: Subseção de Exterior, Subseção de Interior, Subseção de Segurança Interna e Subseção de Operações, além da Chefia, que contemplava o Chefe, Adjunto-Assistente, Assessores, e quando necessário, turmas de trabalho.

A Subseção de Segurança Interna (SSSI) foi desmembrada em três setores: o Setor Político-Social (SPS), responsável pela pesquisa e pelo fornecimento de

---

<sup>59</sup>Decreto nº 46.508-A, de 20 de julho de 1959.

<sup>60</sup>Decreto nº 45.040 de 19 de dezembro de 1958.

informações a respeito das possibilidades de ações subversivas sob quaisquer formas em que se apresentassem. Também cabia a esta o acompanhamento da dinâmica dos Partidos Políticos e a elaboração de estudos sobre as tendências destes e suas provável influência em relação à Política Nacional. A segunda subdivisão contemplou o Setor de Administração Pública e Assistência Social (SAPAS) cujo objetivo compreendia a realização de um levantamento e a atualização da situação das principais organizações sociais de classe. Além disso, deveria constar os prováveis antagonismos a que o desenvolvimento das diretrizes governamentais estivessem submetidas. Por fim, a terceira subdivisão da Subseção de Segurança Interna abarcou o Setor de Economia e Finanças (SEF), destinado a acompanhar, como o próprio nome já indica, as atividades econômicas e financeiras do país, pesquisando o surgimento e a evolução de fatores que causassem prováveis influências no desenvolvimento econômico-financeiro do Brasil.

Paralelamente, desenvolveu-se o Setor de Contra-Informações (SCI), cuja a finalidade era propor normas para oferecer segurança e fiscalizar o Serviço de Informações. Deveria, também, realizar o levantamento constante e atualizado das atividades de pessoas físicas e jurídicas que realizassem atividades contrapostas aos interesses nacionais. Ademais, levantava as situações de agências partícipes do ramo de comunicações, participava diretamente no planejamento da contrapropaganda e cooperava na elaboração de um planejamento que estabelecesse o maior controle possível sobre as zonas de segurança.

A Subseção de Operações (SSOP) abrigou dois setores, a saber o Setor de Investigação (SINV) e o Setor Técnico (STEC). O primeiro setor realizava as investigações especiais que lhe fossem determinadas, sendo responsável, também, pelas operações de forma isolada ou cooperativamente com outras entidades dos governos Federal e Estadual. Já o Setor Técnico (STEC) era responsável pela elaboração de trabalhos técnicos destinados à utilização imediata do SFICI e de outros órgãos governamentais, quando fosse solicitado. Com isso, Priscila Antunes descreve sucintamente as novas atribuições e divisões do SFICI, baseada no artigo 3º do decreto 45.040, de 06 de dezembro de 1958.

A partir deste decreto a Secretaria Geral ficou responsável por elaborar um Conceito Estratégico Nacional e por orientar a busca de informações que

interessassem à Segurança Nacional e criou uma Junta Coordenadora de Informações, a quem caberia o delineamento das informações que deveriam ser consideradas relevantes à segurança do país [...] A Junta Coordenadora de Informações somente foi regulamentada no ano seguinte através do decreto 46.508-A. Era presidida pelo Secretário Geral do CSN e formada por integrantes dos Estados Maiores dos ministérios militares, do EMFA, dos ministérios civis, do Departamento Federal de Segurança Pública e pelo chefe do Gabinete da Secretaria Geral do CSN. A ela cabia definir a responsabilidade dos órgãos federais, estaduais e municipais, entre outros, junto ao Serviço Federal de Informações e Contra-Informações.<sup>61</sup>

Conquanto as alterações normativas relativas à estruturação e funcionamento do SFICI o campo de operações do órgão era restrito em razão da estrutura reduzida e da carência de funcionários capacitados para a assunção do cargo de analistas de informações. A fim de tentar suprir tais deficiências, o órgão contava com o auxílio de órgãos de informações das Forças Armadas, que já possuíam setores mais estruturados.

A primeira missão de “guerra interna” atribuída ao Serviço Federal de Informações e Contra-Informações ocorreu apenas em 1959. Á época da Revolução Cubana, o Estado brasileiro, temeroso de mobilizações da esquerda em território nacional, atribuiu ao SFICI o encargo de identificar e neutralizar possíveis infiltrações cubanas e comunistas. O primeiro alvo foi, obviamente, o movimento estudantil, aberto que estava às novas ideias revolucionárias fervilhantes no momento. O Brasil, em 1959, tinha condições sociais e econômicas semelhantes às cubanas. A crise econômica da época, marcada pela crescente inflação e por certa negligência governamental com o setor agrário, devido ao incentivo do governo ao setor industrial, o que justificava o temor às mobilizações sociais. Tais mobilizações, incentivadas pelos comunistas brasileiros (PCB), teriam sua origem primitiva no campo – como exemplo é possível observar as Ligas Camponesas, e abrangeriam posteriormente, os operários urbanos, o que poderia levar a uma revolução e à instalação do comunismo no Brasil, como consequencial<sup>62</sup>.

Desta forma, o Brasil se caracterizava como alvo do interesse estratégico por parte de países importantes, o que levantou a urgência de uma agência de informações

---

<sup>61</sup> ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. Op. Cit., 2002, p. 48 e 49.

<sup>62</sup> A partir de 1962, os comunistas dividiram-se em várias organizações. As principais eram o Partido Comunista Brasileiro (PCB), mais ligado à URSS, e o Partido Comunista do Brasil (PC do B), simpatizante da China. Outras organizações mais secundárias, porém, são a Política Operária (Polop), a Ação Popular (AP), ligada à Igreja Católica, as Ligas Camponesas, dirigidas por Francisco Julião, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liderado por Leonel Brizola.

que fosse compatível com às ameaças aos valores estratégicos brasileiros e a consecução dos objetivos nacionais. Dessarte, à época considerava-se o Brasil como um país de importante posição geopolítica, despertando o interesse tanto estadunidense como soviético. Acordados com os interesses norte-americanos, as operações do SFICI aumentaram na medida em que voltaram suas atenções mais intensamente nos líderes comunistas do PCB e seus prováveis levantes comunistas.

Com efeito, após inúmeras operações, teve início a profissionalização de agentes e a padronização dos métodos e procedimentos do Serviço Federal de Informações e Contra-informações. A publicação do *Glossário de informações*, em janeiro de 1960, seguida de *Noções sobre Operações Clandestinas*, de abril de 1960, e da *Instrução particular que regula o funcionamento da Subseção de Operações (SSOP)*, de 15 de setembro de 1960 indica a importância que a profissionalização do SFICI foi tendo no decorrer da década de 1960. Ressalta Lucas Figueiredo e Priscila Antunes que o *Glossário de Informações*, também conhecido como *Dicionário do espião*, tratava-se da “primeira tentativa de sistematizar o emprego de termos pela comunidade de informações”. O objetivo do dicionário era fazer com que todos os agentes falassem a mesma língua e assim evitasse mal entendidos<sup>63</sup>. O material fornecia tabelas para que os agentes classificassem o grau de confiabilidade de suas fontes e da exatidão das informações obtidas. Para reforçar a sistematização da segurança interna – embora as Forças Armadas já contassem com essa medida – foi inserida a qualificação dos graus de sigilo dos documentos. Esta qualificação seria definida de acordo com o conteúdo das informações presentes nos documentos e com as fontes que as forneceram. Ambos os sistemas de classificação foram incorporados, posteriormente, pelo Serviço Nacional de Informação na análise de seus informes.

O documento não balizava apenas o emprego de termos pela comunidade de informações e formas de classificação. Ele sistematizava normas para a elaboração de relatórios almejando a melhoria da qualidade. Seguindo as novas exigências, os relatórios deveriam conter respostas a perguntas básicas como: o que, quem, como, quando, onde, para que e por quê.

---

<sup>63</sup>FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula, 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005. P. 84-85.

Outro manual, lançado em abril de 1960, sob o nome de *Noções sobre operações clandestinas*, apresentava o aspecto prático da espionagem.

Nas suas 89 páginas, o manual (classificado como reservado) ensinava, por exemplo, a arte da vigilância: '[é aconselhável ao agente] Evitar atitudes de "importante", disfarces grotescos, esconder-se repentinamente etc. [Também é aconselhável] Provocar ligeiras alterações na aparência para evitar seu reconhecimento, alterando a maneira de usar o chapéu ou retirando a gravata. [Aconselha-se] Adotar gestos e atitudes naturais. O vigilante não deve chamar a atenção pelo seu aspecto, trajes, gestos e atitudes'.

O manual também mostrava como fazer espionagem eletrônica. O método mais comum era a 'sangria' de linhas telefônicas: 'Escutar conversas pelo telefone é uma prática seguida pelas polícias e serviços de informações no mundo inteiro. É fácil 'sangrar' uma linha telefônica e muito difícil que as vítimas o percebam'<sup>64</sup>

Além da espionagem através das escutas telefônicas, este manual prezava pelo aprimoramento da instalação de microfones em ambientes em que os alvos frequentavam e conversavam livremente. Explicava também que, devido às inovações tecnológicas, os serviços de informações que necessitassem deste aparelho deveriam encomendá-lo com dimensões menores. Os microfones não precisariam, inclusive, ficar de pé, em determinada posição, pois os microfones de carvão, usados na época, de mais fácil instalação, funcionavam em qualquer posição.

Apesar da tecnologia facilitadora, a cautela deveria ser prioridade dos agentes, pois o som ambiente poderia prejudicar as coletas de informações através deste meio. Lucas Figueiredo novamente constata que "em seus manuais, o *Serviço* deixava claro que as gravações não poderiam ser usadas como prova judicial, já que eram obtidas de forma ilegal".<sup>65</sup> O Manual indicava, assim, a possibilidade da intimidação do acusado durante os interrogatório, visto a proibição do uso em juízo das escutas obtidas ilegalmente.

Desta forma, o SFICI, aprimorando seu campo de ação e métodos, ganhou prestígio nos Departamentos de Polícia da época, e seu arquivo de informações era

---

<sup>64</sup> Idem, p. 86-87

<sup>65</sup> Idem. P. 88



reconhecidamente o mais completo dos órgãos de informações existentes - relativamente ao de cada uma das Forças Armadas e da própria polícia<sup>66</sup>.

Em 1961, com a posse do presidente Jânio Quadros, o à época capitão Golbery do Couto e Silva assumiu a chefia do gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. A competência do futuro criador e chefe do Serviço Nacional de Informações esteve voltada à coordenação do SFICI, o que lhe ofereceu ainda maiores bases, competências e experiências, ainda que Golbery já fosse um notório especialista sobre informações.

Paralelamente, o temor à revolução comunista no Brasil, semelhante ao ocorrido em Cuba, também crescia e, apesar de fortalecido, o SFICI ainda não era considerado suficientemente eficaz para atuar contra um possível movimento de massas. Desse modo, visando ao aperfeiçoamento de seus agentes e de sua estrutura, Golbery fez com que houvesse aumento do quadro de funcionários, provimento dos cargos de chefia por militares de alto nível, capacitação de pessoal. Devido ao aumento do número de funcionários, a sede do SFICI foi transferido do Edifício Inúbia, que tornara-se pequeno, para a “Casa da Borracha”, no cruzamento da Av. Presidente Wilson com a Rua Uruguaiana<sup>67</sup>.

Após a posse de Jânio Quadros, as alterações estratégicas, econômicas e sociais, não ocorreram. No entanto, o Presidente amparava-se em seu dispositivo militar, acreditando que cumpririam suas ordens. Esta crença começou a desmanchar-se quando Jânio condecorou com a Ordem do Cruzeiro, uma das maiores comendas nacionais, o ministro da economia cubano, revolucionário argentino conhecido como Ernesto “Che” Guevara. O dispositivo militar de Jânio Quadros era extremamente bem articulado: deslocara todos os militares “suspeitos” dos comandos, das atividades e de todas as funções colocando-os “à margem”. Desta forma, nas palavras de Nelson Werneck Sodré, “desde o instante em que as forças reacionárias perceberam os propósitos de

---

<sup>66</sup>O arquivo bem como seus funcionários posteriormente foram transferidos para o Serviço Nacional de Informações, quando de sua criação, em 1964.

<sup>67</sup>É importante ressaltar que embora Brasília, oficialmente, já estivesse construída e inaugurada nesta época, o Rio de Janeiro ainda era a sede administrativa do governo sendo, portanto, considerado o local mais apropriado para a nova instalação do SFICI.

decisões autônomas do presidente, passaram a cuidar de colocá-lo em sua devida posição, isto é, de instrumento delas”<sup>68</sup>.

Desprestigiado junto à opinião pública, combatido pelo Congresso, olhado com desconfiança pelos militares e vioentemente atacado por Carlos Lacerda – político que o havia apoiado durante sua campanha eleitoral – Jânio Quadros tentou uma manobra política para reforçar o seu poder: a renúncia à presidência. Sabendo que os conservadores e os militares desconfianavam do vice-presidente, João Goulart, o presidente o enviou em missão oficial à China Comunista. E, em 25 de agosto de 1961, pegando a opinião pública totalmente desprevenida, o presidente renunciou ao cargo entregando uma carta de renúncia ao Congresso Nacional. Aparentemente, a intenção de Jânio Quadros era que os congressistas, os militares e a opinião pública, apavorados com a hipótese de João Goulart assumir o poder – como mandava a Constituição – implorassem para que o presidente permanecesse no cargo, ao que ele atenderia só se lhe oferecessem “plenos poderes”. Mas seu golpe fracassou. O Congresso aceitou imeditamente sua renúncia, as Forças Armadas não solicitaram que permanecesse no poder e ninguém saiu às ruas para apoiá-lo.

Guardando sigilo de seu propósito, o presidente Jânio Quadros enviou o documento de renúncia ao Congresso e abandonou Brasília em avião já preparado para a sua saída [...] De qualquer forma, soltara uma bomba que os próprios adversários do momento e seus aliados da véspera não esperavam.

Para o dispositivo militar golpista, não poderia ser mais desastrosa a decisão intempestiva do presidente Jânio Quadros: de súbito, desabava toda a soberba e meticulosa articulação montada à sombra de uma autoridade consagrada pelo voto e investida pelo consentimento nacional. E surgia a obrigação de entregar o poder e garantir a investidura de homem suspeito a tal dispositivo, que não o poderia aceitar, que o conhecia perfeitamente, que já lhe sofrera as ações.<sup>69</sup>

Percebendo o fracasso de seu plano, o presidente publicou uma carta, nos moldes da carta-testamento de Getúlio Vargas, dizendo que a pressão de ocultas “forças terríveis” haviam forçado sua renúncia. No mesmo dia da renúncia, e com a ausência do vice-presidente do país, Pascoal Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara de Deputados, assumiu como Presidente interino. Acusando Jango de manter ligações com o Partido Comunista, movimentos sindicais e com o legado do antigo governo de Getúlio Vargas,

---

<sup>68</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. P. 443.

<sup>69</sup> Idem. P. 444

do qual fora Ministro do Trabalho, as Forças Armadas não aceitaram a posse da Presidência da República por João Goulart e desejavam a vacância da Presidência.

De acordo com um dos depoimentos do marechal Henrique Teixeira Lott, os ministros desejavam não só o impedimento da investidura de Jango ao cargo, mas também sua prisão quando ele retornasse ao Brasil. Exigiam, ainda, do Congresso, o posicionamento contrário à posse de João Goulart, sob pena de dissolução do mesmo. Quebravam, desse modo, direitos constitucionais e desrespeitavam o próprio Código Penal Militar. Essa postura dos militares desencadeou uma polêmica entre os legalistas – favoráveis à posse do vice-presidente – e os partidários dos ministros militares. A conciliação entre ambos desembocou no sistema parlamentar de governo. No dia 30 de agosto de 1961, João Goulart voara a Montevideú e esperava a resolução do conflito, visto que os militares proibiram-no de voltar ao Brasil. Enquanto isso, as Forças Armadas – Marinha e Aeronáutica – colocavam-se ao lado do Alto-Comando. O Exército, ainda, estava dividido, pois, embora houvesse a conspiração dos ministros militares, Goulart contava com o apoio de alguns comandos. Ademais, o Conselho de Segurança Nacional também não aderira ao movimento.

O impasse foi resolvido por meio de uma solução de compromisso, quando o Congresso criou uma comissão mista de senadores e deputados para estudar a questão. A comissão propôs uma emenda constitucional instaurando um regime parlamentarista, de forma a que o novo presidente tivesse que dividir o poder com um primeiro-ministro, seguindo o modelo da Quinta república Francesa<sup>70</sup>.

A emenda nº 4 à Constituição foi aprovada pelo Congresso em 2 de setembro de 1961. A normatização reconduziu ao poder o presidente da República e criou a primeira república parlamentarista da América Latina. Após a posse de João Goulart, em 7 de setembro de 1961, os ministros militares foram destituídos e o gabinete totalmente modificado. Neste mesmo dia o *Diário Oficial da União* anunciou a demissão de Golbery do Couto e Silva e do tenente-coronel João Batista Figueiredo da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.<sup>71</sup>

A crise econômica herdada do governo JK agravou-se ainda mais e aumentava

---

<sup>70</sup>PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo : Paz e Terra, 2010. P. 90.

<sup>71</sup> A chefia de gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional foi incumbida a Golbery, que também coordenava o Sfici. Já a João Batista Figueiredo pertencia a chefia do mesmo órgão.

exponencialmente com a negativa de empréstimos pelo FMI. O inconveniente tinha um de seus motivos ligados à crise dos mísseis cubanos em 1962, pois o governo Goulart tinha sua imagem identificada com o governo revolucionário da ilha caribenha, o que o prejudicava perante o governo norte-americano<sup>72</sup>. Porém, três meses após a Crise dos Mísseis, no dia 06 de janeiro de 1963, houve o plebiscito que decidiria a manutenção ou não do parlamentarismo, em que cerca de 80% dos eleitores votaram para a volta do antigo sistema<sup>73</sup>.

As dificuldades de Goulart, entretanto, aumentaram com a volta do regime presidencialista, razão pela qual ele buscou apoio nas classes sociais menos favorecidas e nos movimentos sindicais, através da concessão de vários benefícios, como aumento salarial para os funcionários públicos e do salário mínimo. Isso fez com que houvesse, no governo, o aumento da polarização ideológica entre esquerda e direita, acentuando o descontentamento dos setores de direita, que já conspirava abertamente contra o governo.

As Forças Armadas também foram foco dessa polarização ideológica, o que ocasionou o rompimento da hierarquia devido à valorização dos setores subalternos. Esta crise se agravou ainda mais após o discurso do presidente, na noite do dia 13 de março de 1964, no salão do Automóvel Clube, na Cinelândia, no Rio de Janeiro, em que Jango afirmou que o elo entre o povo e as Forças Armadas eram os sargentos, apoiando, na visão do alto oficialato, a quebra da hierarquia e externando um profundo desprezo pela cúpula militar<sup>74</sup>. Como confirmam Celso Castro e Maria Celina d'Araujo:

O pecado capital da esquerda, para os militares entrevistados, foi a violação dos princípios “sagrados” da hierarquia e da disciplina, sem os quais a própria instituição militar, como a conhecemos, deixa de existir. [...] O constrangimento cotidiano dos oficiais diante da atenção dispensada por Jango e seus chefes militares aos sargentos aparece com destaque. A barreira hierárquica que separa oficiais de praça, idealmente suavizada por um sentimento natural de subordinação e identificação, delimita a fronteira entre a ordem e o caos. Quando o presidente da República prestigiou os baixos escalões, ultrapassou fronteiras simbólicas extremamente perigosas<sup>75</sup>.

---

<sup>72</sup>João Goulart colocara-se publicamente contra uma possível invasão de Cuba pelos EUA : “ Os princípios de não-intervenção e da defesa do direito de autodeterminação, que norteiam a política exterior brasileira, não serão alterados em consequência dos acontecimentos que no mundo se desenrolam”. Disponível em: <http://www.coladaweb.com/historia/crise-dos-misseis-em-cuba>. Acessado em 07 de janeiro de 2011.

<sup>73</sup><http://veja.abril.com.br/historia/crise-dos-misseis/brasil-jango-eleicao-plebiscito.shtml> Acessado em 11 de janeiro de 2011.

<sup>74</sup>GASPARI, Élio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>75</sup>D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Glaucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Op. cit.*, 1994. p. 12

Diante da conspiração que fervilhava no cenário brasileiro desde 1961, a historiografia questiona o papel do SFICI e sua eficácia perante o quadro político nacional. Para autores como Priscila Brandão Antunes e Lúcio Sérgio Oliveira, existem duas perspectivas contrárias sobre a eficácia do antigo serviço de inteligência. A primeira, e mais conhecida, foi difundida pelos oficiais que substituíram o SFICI e que só tiveram contato com o Serviço após a criação do Serviço Nacional de Informações. Expressiva parcela desses oficiais responsabiliza a ineficácia e inoperância do antigo serviço como fator que auxiliou a queda do presidente João Goulart. A segunda perspectiva pode ser observada no depoimento do coronel Ary Pires, compilada por Lúcio Sergio Oliveira, em que afirma que o SFICI, desde os anos 60, já se encontrava muito bem estruturado, atendendo a inúmeros aspectos da realidade brasileira. Adepto de igual argumento é o jornalista Lucas Figueiredo<sup>76</sup>, que apresenta a hipótese de que desde a saída de Golbery do Couto e Silva da chefia do gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, e da inclusão de pessoas leais a Jango na administração e coordenação do SFICI, o órgão contava com sucesso na coleta de algumas informações, incluindo interceptações de mensagens secretas, decifrando-as, ainda que fosse possuidor de algumas deficiências<sup>77</sup>.

Percebe-se desse modo, a diferença encontrada entre os depoimentos. Os oficiais que afirmam a ineficácia e inoperância do serviço, só tiveram contato com o órgão após a criação de seu sucessor, o SNI. Por outro lado, os que atuaram na agência afirmam a boa estrutura e seu bom funcionamento. Porém, Priscila Brandão Antunes reflete sobre a complexidade de tais afirmações, uma vez que:

Acreditamos ser difícil estabelecer o grau de eficácia do SFICI. Entretanto, a principal questão a ser considerada em relação à atuação do Serviço no começo da década de 1960 é a interesse de quem a agência funcionava. Não se justifica a hipótese da queda do governo Goulart em função da ineficiência do SFICI. O golpe estava sendo articulado principalmente por militares, ainda que contasse com grande apoio da sociedade civil e eram militares os que praticamente monopolizavam a atividade de inteligência do país. Cabe refletir se o serviço era realmente ineficiente ou se não seria de seu interesse manter o governo alheio a uma parte de sua produção de informações<sup>78</sup>.

---

<sup>76</sup>FIGUEIREDO, Lucas. *Op. cit.*, 2005.

<sup>77</sup>As deficiências apontadas pelo autor se baseiam na ausência de acesso direto ao presidente da República, de autonomia financeira e de uma agência regional em Brasília.

<sup>78</sup>ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *Op. cit.*, 2002, p. 50-51

Após o governo Goulart ter perdido grande parte de sua credibilidade perante a opinião pública brasileira, muitos civis e diversas autoridades locais passaram a apoiar o Golpe que já se delineava. Os conspiradores militares, em um primeiro momento, em número reduzido, posteriormente multiplicaram-se. Isso fez com que, na madrugada do dia 31 de março de 1964, eclodisse o movimento militar e civil em Minas Gerais, autointitulado como “Revolução Redentora”. Acredita-se que, da queda do presidente João Goulart:

[...] restou uma importante lição para os próximos ministros militares: a de que era necessário ser melhor informado para não incorrer nos mesmos equívocos. Observe-se que o Serviço Nacional de Informações, o SNI, foi sintomaticamente criado logo no início do governo Castelo Branco<sup>79</sup>

É possível apreender que o surgimento do Serviço Nacional de Informações esteve, portanto, intimamente relacionado à incapacidade que foi atribuída ao SFICI pelos militares. Sentiram, desta forma, a necessidade de criar um novo órgão que estivesse adequado à sua ideologia, que fosse fiel à seus princípios. Surgiu assim, o Serviço Nacional de Informações.

### ***O nascimento de um novo Sistema***

Nos primeiros anos da década de 1960, o cenário político interno do Brasil foi compreendido como “grave conturbação da ordem”<sup>80</sup>, contando com inúmeras manifestações de componentes significativos da sociedade nacional, como nas áreas econômica, política, social e militar. Este panorama contribuiu para a intervenção em 31 de março de 1964, em que os militares, desejosos de assumir a condução da política nacional, foram atores principais da autodenominada “Revolução de 1964”. O golpe militar foi resultado de uma conspiração que preparada gradativamente desde o momento em que fora assegurada a posse do presidente João Goulart. Os conhecidos fatos de março de 1964<sup>81</sup>, apenas contribuíram para o emprego da força. Foi, nas

<sup>79</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Glauco Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Op. cit.*, 1994. p. 14

<sup>80</sup> Expressão extremamente significativa se levar em conta que foi retirado de um material oferecido aos alunos da Escola de Inteligência – ESINT. IN: OLIVEIRA, Lúcio S. *Op. cit.*, 1997. P. 47.

<sup>81</sup> Os fatos mencionados em março são respectivamente: o comício no Quartel General do Exército no dia 13 de março, o episódio dos marinheiros – o ato mais notável da quebra da hierarquia-, e a solenidade

palavras de Joseph Comblin, “uma ação lenta, sistemática e progressiva”<sup>82</sup>.

Segundo o historiador Carlos Fico, as tendências presentes em análises historiográficas e jornalísticas que caracterizam o golpe de 1964, o compreendem como um golpe de caráter “cívico-militar”<sup>83</sup>, já que, inicialmente, contou com o apoio de setores da classe média urbana e participação de políticos civis que contribuíram para a eclosão do movimento, como os governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, e Magalhães Pinto, de Minas Gerais. Apesar da participação civil, a essência do movimento foi militar, pois sua força era superior à dos civis, e foram responsáveis pela implementação e sustentação do golpe bem como pela instalação no novo regime.

O primeiro presidente do regime autoritário, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, considerado moderado e apolítico, foi escolhido pelo Congresso no dia 11 de abril de 1964, com 361 votos contra 72 abstenções, como novo presidente da República, como forma de evitar a vitória de Costa e Silva. A escolha de Castelo indicava a preponderância de um caráter conservador ao golpe, almejando a “salvação da democracia e da liberdade”<sup>84</sup>. Recém-empossado, o presidente declarou que, ao iniciar o ano de 1966, haveria eleições livres e legítimas, e que seu mandato presidencial seria finalizado proporcionalmente à complementação do mandato iniciado em 1961, com Jânio Quadros. A concentração excepcional de poderes teria apenas a finalidade de normalizar a vida política nacional e preservar traços de legalidade ligados ao movimento militar que depôs João Goulart.

A ausência de uma ideologia homogênea dentro das Forças Armadas possibilitou o surgimento do que se reduz, por questões didáticas, a duas expressões correspondentes à sua divisão interna. O primeiro grupo, denominado castelistas, se identificava com a intelectualidade e a formação da ESG. Em contrapartida, o segundo

---

que o baixo oficialato das três Forças Armadas prestou a Jango no Automóvel Clube nos últimos dias de março.

<sup>82</sup> COMBLIN, Joseph. *Op. cit.*, 1978. P. 158

<sup>83</sup>O termo “cívico-militar” citado da obra do historiador Carlos Fico não é mais adotada pelos autores que estudam este período, pois cívico remete a civilizado. Por isso, por isto a nomenclatura que está sendo usada atualmente para designar o golpe que envolve os dois eixos da sociedade é “golpe civil e militar”.

<sup>84</sup>As afirmações que defendiam o retorno à democracia, incansavelmente repetidas durante os governos militares, não corresponderam à prática. Posteriormente, como será apresentado neste trabalho, as promessas de liberalização do regime causou desconforto em militares mais exaltados, que defendiam que a saída do poder representava sucumbir ao comunismo internacional, e desta forma, tentaram retardá-la através de todos os meios possível, sejam eles legais ou não.

grupo, mais ligado à formação castrense, era denominado como “linha dura/nacionalistas”. A origem da linha dura apontava para capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis que tinham um ideário anticomunista e acreditavam na necessidade de maior tempo para concretizar os expurgos. Segundo Comblin:

Quem representa no Brasil o sistema de segurança nacional? A grosso modo podemos dizer que é a ‘linha-dura’, que é composta por uma minoria de oficiais que, no entanto, garantiriam para si uma espécie de controle do Estado[...] A ação da ‘linha dura’ consistiu essencialmente em se colocar como “ortodoxia” no seio das Forças Armadas e do Estado. Ela se apresenta como porta-voz das exigências da “Revolução de 1964” e da pureza de seus ideais e coloca a Doutrina de Segurança Nacional como norma dessa ortodoxia.<sup>85</sup>

Diante de tais posturas dualistas, a partir do golpe militar em 1964, foi iniciada a construção de um aparelho repressivo que se apresentava como incompatível ao regime democrático. Os militares, almejando preservar sua legitimidade, apoiavam-se em uma falsa aparência de legalidade. Anthony Pereira defende que a ditadura tentou legalizar a repressão praticada através da promulgação de decretos, de novas leis, da alteração da Constituição e da manipulação do Judiciário. Priscila Antunes também converge às afirmações de Pereira, pois ressalta que:

A primeira iniciativa tomada em 31 de março de 1964, no sentido de evitar que sua ação fosse identificada como um golpe militar e, portanto, sem legitimidade, já que derrubava um governo eleito pelo sufrágio universal, foi denominá-la *revolução*. Em tese, a palavra extrainha legitimidade de si própria, sendo desnecessário submetê-la a qualquer outra instância. Ao invés da instauração de uma junta militar que operasse de forma autônoma e aleatória, sem uma normatização de princípios, os militares desapareceram rapidamente com o Comando Supremo da Revolução e se preocuparam com a manutenção do sistema formal representativo e parlamentar, o que também lhe permitiria um aspecto legal.<sup>86</sup>

A autora complementa identificando ainda outras formas da manutenção dessa legitimidade: sucesso econômico entre os anos de 1968 e 1973; elaboração da Constituição de 1967 e o aumento de novas restrições aos civis através da Emenda Constitucional de 1969 – por muitos considerada uma nova Carta constitucional –; preservação da sucessão de lideranças e, por fim, a manutenção de uma aparente

<sup>85</sup>COMBLIN, Joseph. *Op. cit.*, 1978. P. 160.

<sup>86</sup>ANTUNES, Priscila. *Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile*. IN: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz (org.) *Ditadura e Democracia na América Latina: Balanço Histórico e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.p. 215



“democracia representativa”. Essa democracia representativa, porém, era excludente: muitos civis perderam seus direitos de voto, e o Congresso Nacional teve seu funcionamento limitado pelas regras adotadas para a preservação do processo eleitoral restritivo.

Delineava-se o interesse norte americano desde os primeiros dias da ditadura brasileira. Logo após ser comemorado o sucesso do golpe de 1964, alguns chefes militares da Aeronáutica, juntamente com representantes de países americanos, reuniram-se no Rio de Janeiro. Werneck Sodré apresenta que durante a reunião as peculiaridades de cada país foram negligenciadas, pairando entre todos um consenso anticomunista. Foi defendido, também, o apoio a outras ações militares na América Latina que trilhassem os mesmos rumos do Golpe Militar que ocorreu no Brasil. Em seguida, a Força Aérea Norte-Americana recebeu autorização para a realização de um levantamento aerofotogramétrico em todo o território brasileiro. Esta foi mais uma demonstração de submissão do Brasil ao Estados Unidos, ato que afetaria os brasileiros em todos os aspectos, sejam eles militar, econômico e até ambiental.

Em maio de 1964, um mês após a eleição de Castelo Branco:

A Câmara dos Deputados, convenientemente amputada de representantes que se poderiam opor a tal decisão, aprovava dois acordos com os Estados Unidos que, de há muito, dormiam nas gavetas, o que estabelecia ‘Missão Militar Norte-Americana no Brasil’ e o que estabelecia ‘Missão Naval Norte-Americana no Brasil’, fazendo parte de ambos a exigência, que aceitávamos, de que o nosso país não poderia, sem consentimento dos Estados Unidos, utilizar serviços de pessoal ‘de qualquer outro governo estrangeiro para funções de qualquer natureza relacionadas com o Curso para Chefes do Executivo, Marinha e Aeronáutica sobre Operações Combinadas’.<sup>87</sup>

O imaginário e os ideais dos representantes do Golpe de 1964 delinearam-se progressivamente. Jacob Gorender ressalta, entretanto, que o golpe, desde seus primeiros instantes, foi permeado pela “obsessão anticomunista, a obsessão da imposição à sociedade civil da disciplina e hierarquia características do *ethos* militar, [...] a obsessão da construção de uma grande nação”<sup>88</sup>. Ideias estas só encontraram sólo fecundo a partir da lógica da Guerra Fria, da Doutrina de Segurança Nacional e da influência política norte-americana sobre todo o continente americano, especialmente nos países do Cone Sul.

<sup>87</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. P.476.

<sup>88</sup>Introdução de Jacob Gorender IN: FICO, Carlos. *op. cit.*, 2001. P. 13.

Desta forma, ao compreender o cenário conspiratório da política e da sociedade brasileira, foi apreendida a necessidade de uma nova estrutura responsável pelas atividades de informações e contrainformações. O SFICI foi considerado frágil e ineficaz por não haver proporcionado uma antevisão do golpe que se delineava<sup>89</sup>. Segundo a Doutrina de Segurança Nacional, formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG), para atingir os objetivos da consolidação do novo regime seria necessária a criação de uma instituição sólida de informações:

Partindo da ideia de que os governantes de um “Estado moderno – não importando a sua estatura estratégica” – necessitam de um “fluxo constante e ordenado de informações de toda natureza, das mais simples às mais complexas, capazes de permitir o conhecimento real do que se passa ou do que virá, possivelmente, a se passar no futuro”, a ESG assevera a necessidade de “um órgão ou sistema de informações” para o país<sup>90</sup>.

Era preciso, portanto, fortalecer o serviço de inteligência, pois sobre o vigente serviço de informações, o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), já pairava dúvidas quanto à eficiência, justificada pela queda do presidente João Goulart e pela dificuldade em executar suas funções devido à ausência de “facilidades e a autoridade indispensável para estabelecer as relações entre os diversos níveis da administração pública”<sup>91</sup>. Para integrar a nova ordem que se instalava no Brasil, o general Golbery do Couto e Silva<sup>92</sup> sugeriu ao presidente da República, Castelo Branco, que apresentasse ao Congresso um projeto de criação de um novo serviço de informações brasileiro. Essa sugestão já era pensada por Golbery há 10 anos, quando ele defendeu em palestra à ESG a criação de um “Serviço de informações, centralizado, bem dotado de meios e recursos, valendo-se de agentes e órgãos de busca de toda espécie”<sup>93</sup>.

Assim, Golbery redigiu o projeto de lei nº 1.968/64, que, chegando ao Congresso em 11 de maio de 1964, foi debatido sem a consciência total de seu conteúdo, pois “do lado do Congresso Nacional, o que sobressai é a profunda ausência de conhecimentos

---

<sup>89</sup> A visão militar preza por esta compreensão. Como visto anteriormente, isto carece de respaldo historiográfico, onde não é possível afirmar a eficácia ou ineficácia do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações.

<sup>90</sup> ESG: Doutrina Básica, R.J., ESG, 1979. Citado por EMÍLIO, Luís Antônio Bitencourt. *O poder legislativo e os serviços secretos no Brasil, 1964-1990*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 1992. P. 54-55.

<sup>91</sup> OLIVEIRA, Sérgio L. *Op. cit.* 1999.

<sup>92</sup> Ao ser transferido para a reserva, o coronel Golbery do Couto e Silva teve sua patente promovida a general.

<sup>93</sup> SILVA, Golbery do Couto. *Op. cit.*, 1955. P. 195.

qualificados sobre o tema. Deste modo proliferam os falsos argumentos e os equívocos de interpretação”<sup>94</sup>. As opiniões do Congresso a respeito do projeto, segundo Luís Antônio Bitencourt Emílio, consistiam em uma “superficialidade de argumentos utilizados e comparações simplistas e ignorantes”, tanto pela rejeição, quanto pela aprovação. Pelo desconhecimento do tema, os argumentos favoráveis consistiam na confiança irrestrita na autoridade do Presidente da República, e no argumento comparativo sobre organizações supostamente semelhantes de outros países<sup>95</sup>.

Luís Antônio Bitencourt Emílio chama atenção para a ignorância do significado dessas atividades de informação e contrainformação, pois não eram definidas pelo projeto, culminando em desconhecimento, por parte dos Deputados, no que exatamente seria aprovado. Assim, adicionada a ignorância à isenção de prestação de contas, publicação ou divulgação de informações sobre a organização interna, o quadro de funcionários ou regras de atuação do SNI, já se delineava as intenções e futuras ações do órgão.

Após um curto debate sobre a autonomia do novo órgão, em 27 de maio de 1964, foi encaminhado o projeto de lei ao Senado Federal. Mesmo sem grande contestação, tal projeto foi transformado na Lei n.º 4.341, de 13 de Junho de 1964 e, enfim, foi sancionado pelo presidente no dia 12 de junho de 1964. Tal lei criou o Serviço Nacional de Informações e detalhou os poderes deste órgão. Foi determinado que o órgão ficaria diretamente ligado à Presidência da República e não vinculado ao Conselho de Segurança Nacional, como outrora o SFICI estava. Para tanto, assessoraria o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informações e contrainformações, através da coleta, avaliação e integração de informações em proveito de suas decisões. Portanto, a finalidade do *Serviço*<sup>96</sup> era de superintender, organizar, coordenar e avaliar as atividades de informação e contrainformação, especialmente as que interessarem à Segurança Nacional. Os comentários do general Newton Cruz, ex-chefe do SNI, 21 anos após a criação do órgão, confirmam essa avaliação: “a concepção básica que gerou a criação do SNI foi a de aproximar informações atualizadas e abrangentes do mais alto nível decisório, isto é, do presidente da República”.<sup>97</sup>

---

<sup>94</sup>Idem. p. 70.

<sup>95</sup>Idem. p. 85.

<sup>96</sup> Segundo Élio Gaspari, em seu livro “A Ditadura Envergonhada”, o Serviço Nacional de Informações era chamado, pelos ‘íntimos’, de *O Serviço*.

<sup>97</sup> Citado por BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989. P 16

Castelo Branco enfatizava a necessidade de um órgão que fornecesse informações seguras, tão necessárias à gestão do Estado. Para o presidente, era evidente a impossibilidade do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações servir à Presidência de forma eficiente e válida, quer pela dificuldade operacional, quer pela deficiência em desempenhar suas funções.

a 'gestão dos negócios do Estado requer informações[...]que sirvam de base às múltiplas decisões a tomar, inclusive no quadro da própria Segurança Nacional'. Aí está, nessa assertiva de mérito indiscutível, a ideia-metra da justificativa governamental para a criação do seu serviço secreto. A seguir, destacava a dificuldade para que o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), como organismo subordinado ao CSN, estabelecesse as ligações em alto nível com Ministérios e órgãos de cúpula da administração pública; varias autoridades se interpunham 'na cadeia de informações até o Secretário Geral do Conselho e o Presidente da Republica'.<sup>98</sup>

A lei conferia, também, prerrogativa de ministro ao chefe do SNI, com a posterior aquisição de poder de veto, por ser portador do *status* de ministro de Estado. Em grau de hierarquia, o chefe do SNI apenas se subordinava ao presidente da República<sup>99</sup>.

Com autonomia financeira, a verba destinada ao SNI era alta, proveniente do Orçamento da União e de fundos secretos. Segundo o Art. 9º da mencionada Lei, foi destinado um crédito especial para a instalação do SNI, de forma que ficasse o "Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00<sup>100</sup> (duzentos milhões de cruzeiros) para a instalação do SNI e seu funcionamento em 1964"<sup>101</sup>. Cabia, porém, à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional financiar e apoiar o funcionamento das agências regionais durante o ano de 1964.

O SNI incorporou o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações, cuja sede estava situada no Rio de Janeiro. Este local inicialmente abrigou a Agência Central do Serviço Nacional de Informações, e cuja chefia ficou nas mãos do coronel João Batista Figueiredo. Sendo assim, a primeira sede da AC do SNI foi instalada

---

<sup>98</sup> Anais da Câmara dos Deputados(ACD), Sessão em 11 de maio de 1964. Pág. 218/219. Citado por EMÍLIO, Luís Antônio Bitencourt. *Op. cit.*, 1992. P. 71.

<sup>99</sup> ANTUNES, Priscila. *Op. cit.*, 2002.

<sup>100</sup> De acordo com Elio Gaspari, o dólar, neste momento, valia Cr\$ 1355,00 no mercado paralelo. Porém, corrigido pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a verba destinada à criação do SNI em dinheiro, no ano de 2002, equivaleria a 1,95 milhão de reais.

<sup>101</sup> Lei nº 4.341 de 13 de junho de 1964, art. 9º.

provisoriamente no 13º andar do prédio do Ministério da Fazenda. Apenas após a publicação do decreto regulamentador do SNI houve a transferência da Agência Central ao 4º andar do Palácio do Planalto, em Brasília. A antiga estrutura do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações foi absorvida em uma única agência regional no Rio de Janeiro.

Só nos primeiros meses de 1965 o Serviço passou a operar suas comunicações através da rede de rádio do Planalto. Ainda não completara um ano de vida quando avançou sobre a sala 16. Iniciava-se a expansão do SNI pela malha modernosa de Brasília, transformando-o numa instituição sociologicamente identificada com a capital, onde se tornou um dos primeiros ramos da burocracia nacional a arraigar-se.<sup>102</sup>

Com a publicação do Decreto nº 55.194, de 10 de dezembro de 1964, que regulamentou o SNI, determinou-se, também, a organização das demais agências regionais do Serviço Nacional de Informações. Além dos órgãos da chefia – que incluíam o próprio ministro-chefe, seu gabinete e uma Seção de Comunicações -, o serviço contava com uma Secretaria Administrativa, uma Inspeção Geral de Finanças, uma Agência Central e agências regionais<sup>103</sup>. A Agência Central, com sede no Distrito Federal, organizava-se segundo três seções: Informações Estratégicas, Segurança Interna e Operações Especiais. Esta última cuidava da busca de informes quando não era possível obtê-los através de órgãos de colaboração ou cooperação. Desta forma, era de responsabilidade da Agência Central a parte executiva do SNI. A nomenclatura da Agência Central era devida não apenas por sua localização na capital brasileira, mas também por ser responsável pela superintendência dos “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis”, pelo processo de triagem das informações recebidas e pelo estudo e tomada de medidas de contrainformação. Posteriormente, todas essas Seções operaram com pessoas formadas na Escola Nacional de Inteligência – EsNI.

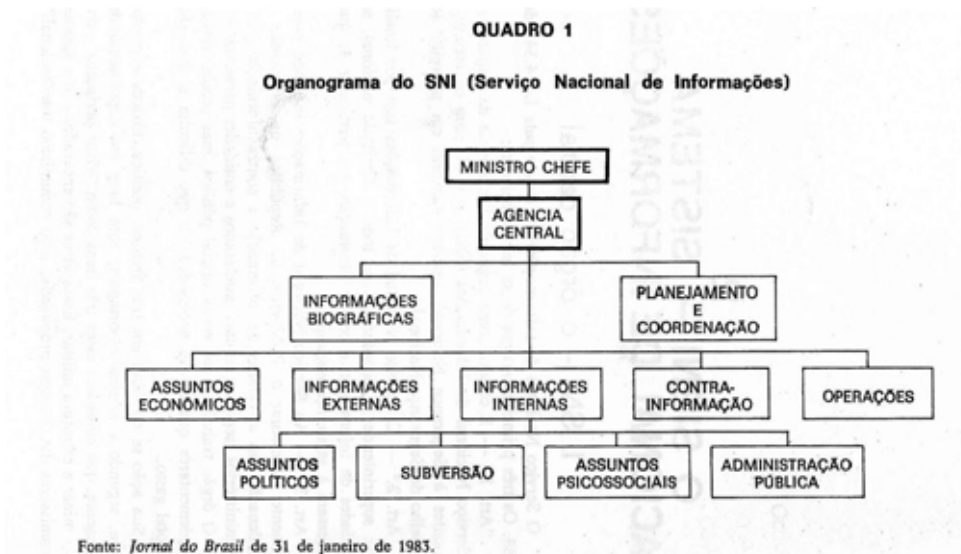
A incumbência da Seção de Informações Estratégicas consistia no planejamento de busca, reunião, processamento e na possível atualização de dados que lhe fossem determinados. Por sua vez, a Seção de Operações Especiais deveria identificar e avaliar possíveis focos contrários a segurança nacional. Uma compreensão melhor da organização do SNI pode ser vista pelo quadro a seguir, que reproduz seu organograma:

---

<sup>102</sup>GASPARI, Élio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Pag. 155.

<sup>103</sup>FICO, Carlos. *Op. cit.*, 2001. P. 81.

Quadro I: Organograma do Serviço Nacional de Informações



Fonte: *Jornal do Brasil* de 31 de janeiro de 1983, reproduzido de Ana. LAGÔA, Ana. *SNI, como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 20

As Agências Regionais do SNI, cuja organização era semelhante à da Agência Central, teriam sede nas capitais dos Estados e em cidades importantes e estratégicas. Seria portadora de um número reduzido de efetivos.

O recrutamento do quadro de funcionários ocorreu, segundo Priscila Antunes, inicialmente na área militar da ativa ou da reserva, principalmente no Exército. Já os civis contratados, geralmente, desenvolviam atividades específicas, como escrivão, por exemplo. As primeiras agências regionais foram abertas em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Posteriormente, foram instaladas agências nas cidades estratégicas, tais como Foz do Iguaçu, no Paraná, e em São José dos Campos, em São Paulo.

As agências regionais podiam contar “em função da necessidade do serviço e em caráter temporário, com assessores e com equipes de trabalho para realização de tarefas específicas”<sup>104</sup>. Priscila Brandão Antunes percebe, assim, que se delineou a flexibilidade

<sup>104</sup>Decreto nº 55.194 de 10 de dezembro de 1964, *Aprova o Regulamento do Serviço Nacional de Informações*.

que foi delineada ao SNI a partir do decreto que regulamentava seu funcionamento, pois:

Segundo seu artigo 5º, o SNI seria compreendido por uma agência central com sede no Distrito Federal e por “Agências Regionais, tantas quantas necessárias, com sede em capitais dos Estados ou cidades importantes.” Ou seja, o SNI foi criado de forma flexível, o que possibilitava adaptar-se às novas conjunturas que fossem surgindo. Esta plasticidade de sua estrutura possibilitou ao serviço criar uma verdadeiro complexo de informações.<sup>105</sup>

Foram atribuídas aos prestadores de serviço do SNI, títulos de merecimento, algo relevante em toda a vida funcional do servidor, sendo considerados, em todos os aspectos legais, em exercício efetivo dos cargos<sup>106</sup>. Foram conferidas também, graduações funcionais equiparadas às dos militares do Exército.

Após ser nomeado para a chefia do SNI no dia 25 de junho de 1964, Golbery recorreu ao auxílio norte-americano para a montagem do novo órgão. No mesmo ano de sua criação, o Serviço começou a negociar com a CIA, resultando no acordo oral intitulado de “Relação de Ligação entre o Serviço Nacional de Informações Brasileiro e o Serviço de Informações Americano”. A partir daí, os Estados Unidos se comprometeram em “fornecer pistas operacionais” a respeito da subversão para o Serviço e, em troca, o SNI também forneceria à CIA informações coletadas sobre a ação esquerdista em território nacional. O agente da agência norte-americana designado para vir ao Brasil foi Stephen Creane, que se disponibilizou para auxiliar na articulação do novo órgão. A proximidade do chefe do SNI e do agente estadunidense levou a discussões cujos temas abrangiam desde assuntos relacionados à infiltração comunista na América Latina, ao projeto da Lei de Segurança Nacional no Brasil<sup>107</sup>, até o palpite para que determinada escutas telefônicas – ilegais – não fossem desativadas<sup>108</sup>.

Juntamente com a estruturação e organização do Serviço Nacional de Informações, seu quadro de funcionários foi sendo articulado. Golbery delegou o cargo de chefe da Agência Central – o segundo cargo mais importante no SNI – a seu companheiro de SFICI e Ipês, o então coronel João Baptista Figueiredo, que seria o responsável pela coordenação da área operacional do Serviço. Para Golbery era

---

<sup>105</sup> ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *Op. cit.*, 2002, p. 53

<sup>106</sup>BAFFA, Ayrton. *Op. cit.*, 1989.

<sup>107</sup>GASPARI, Élio. *Op. cit.*, 2002

<sup>108</sup> FIGUEIREDO, Lucas. *Op. cit.*, 2005

eminente a necessidade de agentes qualificados, para isso, em 1965, Castelo criou um curso de informações na Escola Superior de Guerra, a fim de atender a urgência de qualificação do quadro do SNI. Baseado na Doutrina de Segurança Nacional, este curso era uma espécie de pós graduação destinada à militares e tinha a duração de um ano letivo.

Diferentemente da CIA, integravam os quadros do SNI componentes das Forças Armadas, alguns funcionários do Banco do Brasil e da administração fazendária, porém, desde o início, houve o predomínio de militares sobre os civis. Segundo Elio Gaspari, seus primeiros funcionários vinham, essencialmente, do Exército, visto que, em setembro de 1964, o SNI já contava com vinte oficiais do Exército em seu quadro profissional.

O ciclo de informações produzidas pelo SNI tinha início com a chegada de Golbery à sala 17 do Palácio do Planalto, partindo da análise das notícias da imprensa e os boletins preparados por Figueiredo, na noite anterior. Ainda no período matutino, o chefe do SNI despachava com o presidente da República, a quem fornecia seu relatório com anotações sobre os principais assuntos do dia. Apenas uma vez por semana havia a divulgação de um boletim confidencial sobre diversas áreas: administrativa, econômica, externa – tratava do comportamento de outros países, antagônicos ou afins – e psicossocial - responsável por analisar a impressão e influência de alguns agentes sociais perante a sociedade. A “Resenha Semanal” era destinada ao presidente da República, ao secretário particular deste, ao chefe do Gabinete Militar e do Gabinete Civil, às agências regionais e, posteriormente, aos centros de informações militares.

Ainda no primeiro ano do Serviço, em 1965, Golbery adotou a técnica das censuras telefônicas, inicialmente executada por aparelhos encontrados no antigo SFICI. Na descrição de seus métodos, o general nos fala: “nós enganchávamos os telefones a partir de uma base montada no prédio do Ministério do Exército [...] Eram poucos. Não mais que vinte. Esse trabalho é muito difícil. Primeiro você tem que gravar [...] Depois é preciso tirar o que está na fita e colocar no papel [...]”<sup>109</sup>. Após essa coleta de informações é necessária a análise. Inicialmente, como o quadro pessoal era reduzido,

---

<sup>109</sup>Citado em GASPARI, Élio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. P. 164-165



os membros do Exército gravavam e os do SNI, responsáveis pela análise, faziam o repasse das informações.

## CAPÍTULO II

### **A atividade de informações e o governo militar – o papel do SNI dentro do contexto político brasileiro, a formação dos agentes de informações e a criação da Escola Nacional de Informações**

A escalada para radicalização do regime prosseguia. Em junho de 1964 foi aprovada a criação do Serviço Nacional de Informações – SNI. Tal proposta causou desconforto no legislativo e em vários políticos, temerosos que estavam do surgimento de uma organização semelhante ao Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, de Getúlio Vargas. Embora Golbery do Couto e Silva tenha sido o idealizador da lei de criação do SNI, seu surgimento está relacionado, também, com a radicalização do regime.

A necessidade de tal órgão já era estudada por Golbery desde sua época no SFICI, mas foi intensificada durante o golpe militar, uma vez que o governo sentia-se desamparado de informações seguras. Ademais, desejava, também, criar um serviço que estivesse ligado à Doutrina de Segurança Nacional e aos “ideais da Revolução”.

Sendo assim, a promulgação de um segundo ato institucional já era colocada em pauta desde novembro de 1964. Quando a oposição venceu as eleições de governadores nos quatro principais estados do Brasil, em outubro de 1965, o temor de que semelhante resultado fosse alcançado nas eleições presidenciais, fez com que sua promulgação fosse adiantada<sup>110</sup>. O Ato Institucional nº 2, lido no dia 27 de outubro de 1965, às 11 horas, no Palácio do Planalto, foi elaborado com o objetivo de retomar e ampliar os processos punitivos que ocorreram nos primeiros momentos do governo militar. Golbery do Couto e Silva, chefe do SNI à época, foi um redatores deste aparato jurídico, cujas principais medidas estabelecidas cingia os seguintes pontos, segundo o historiador Carlos Fico:

Possibilidade de suspensão de direitos políticos e de cassação de mandatos parlamentares; imposição de eleição indireta de presidente da República; permissão para o presidente da República decretar o recesso do Congresso Nacional e demais casas legislativos; extinção de partidos políticos; delegação, ao presidente da República, do poder de legislar por decretos-leis; estabelecimento de foro especial para civis acusado de crimes contra a

---

<sup>110</sup> Houve a promulgação do ato pois o Congresso o aprovou. Provavelmente, segundo Fico, caso não o tivesse feito, seria fechado e Castelo Branco deposto. A linha dura garantiria a legalização do Ato.

segurança nacional ou as instituições militares; suspensão das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; ampliação de onze para dezesseis do número de ministérios do Supremo Tribunal Federal. O último artigo do ato estabelecia seu prazo de vigência: até 5 de março de 1967, data da posse do sucessor de Castelo Branco.<sup>111</sup>

Segundo Carlos Fico e Élio Gaspari, o Congresso Nacional passou a assumir, cada vez mais, uma postura figurante no governo militar, já que o conteúdo do Ato salientava a centralização política na figura do presidente da República. A hegemonia presidencial perante o Congresso ficou evidente quando o AI-2 lhe cedeu o direito de baixar decretos-lei, sem a participação do legislativo. No campo político, o Ato permitiu à Presidência da República a cassação dos mandatos de senadores, deputados federais e estaduais, vereadores e também a suspensão dos direitos políticos em dez anos de quaisquer pessoa que se manifestasse contra a ordem estabelecida e que representasse ameaça à segurança nacional – diferentemente do AI-1, em que o prazo máximo para essa medida era de 180 dias. Finalmente, o Ato determinava eleições indiretas para o cargo de presidente da República e vice. Esta última determinação representou a sucessão presidencial de Castelo pelo Ministro de Guerra de seu governo, o general Arthur da Costa e Silva.

No campo das atividades de informações e repressão, o AI-2 abriu precedentes para o aprofundamento da “Operação Limpeza”, executada pelo SNI e pelos órgãos de segurança e repressão<sup>112</sup>. Com isso, o Serviço Nacional de Informações começava a adquirir uma postura mais atuante e autônoma.

Formava-se, [...], um grupo de homens dispostos a agir por conta própria, sem maiores considerações pelas normas legais, tendentes a fazer valer suas ideias pela força. Era o embrião da comunidade de segurança, do caráter e modo de agir dos futuros membros dos órgãos de segurança.<sup>113</sup>

Ainda com Castelo na presidência, houve a adoção de uma nova Constituição, em 24 de janeiro de 1967, que, ao ser editada, inseriu vários aspectos essenciais dos Atos Institucionais promulgados até então. Outro aparato jurídico, a Lei de Segurança Nacional, promulgado em março do mesmo ano, tipificou os crimes contra a segurança

---

<sup>111</sup>FICO, Carlos. *Op. cit.*, 2001. P. 54-55

<sup>112</sup>É importante ressaltar que o SNI era um órgão de informações, embora tenda a ser identificado como órgão repressivo.

<sup>113</sup>FICO, Carlos. *Op. cit.*, 2001. P. 55

nacional previstos na Constituição<sup>114</sup>. Tais instrumentos contribuíram para a consolidação da linha dura no poder e para a legalização da “caça aos subversivos”, sendo a ideologia anticomunista já incorporada à noção de “guerra interna”. Caberia, assim, à linha dura a aplicação de punições a brasileiros civis acusados de subversivos e que representassem uma ameaça à Segurança Nacional<sup>115</sup>. A Lei de Segurança Nacional, redigida por Carlos Medeiros, Ministro da Justiça, e por Ernesto Geisel, chefe do Gabinete Militar, definiu termos como: “segurança interna”, “guerra psicológica”, e “guerra revolucionária”. Tais conceitos estavam adequados aos conceitos elaborados pela Escola Superior de Guerra, na denominada Doutrina de Segurança Nacional. Estes termos deram forma à Lei que incorporou o SNI ao sistema da Segurança Nacional.

Na visão da denominada linha dura, o tratamento dispensado aos subversivos foi excessivamente brando durante o governo de Castelo Branco. Entendiam a urgência de um militar mais disciplinado, representante na linha dura, que fosse capaz de colocar em prática os ideais do golpe de 1964. Desta forma, o Ministro de Guerra do primeiro governo militar, Arthur da Costa e Silva, foi escolhido como o segundo presidente do regime pós-1964.

Ao chegar à presidência da República em 15 de março de 1967, o general Costa e Silva ainda considerava o Serviço Nacional de Informações frágil e insuficiente para a realização dos ideais da “Revolução” e da execução da “Operação Limpeza”. Em entrevista à Maria Celina D’Araujo, Glaucio Soares e Ary Castro, o general Ênio Pinheiro, primeiro diretor da Escola Nacional de Informações, declara seu entendimento de uma estrutura ainda diminuta do SNI:

Tinha algumas agências: a Agência Central no Rio, uma agência em São Paulo, uma pequena agência em Brasília, outras no Rio Grande do Sul e no Nordeste. No início, o SNI era o Golbery[...] muitos amigos, andava na sociedade, telefonavam para ele...Sabia muita coisa através do telefone. Depois, aquilo era analisado. [...] No meu tempo, haviam muito poucas pessoas trabalhando. Quase só oficiais. Os civis eram datilógrafos ou coisas assim, porque os militares tinham conhecimento da questão. Mas haviam poucos oficiais de Estado-Maior, porque não se podia tirá-los do Exército[...] Então, nessas agências de informação, só os chefes tinham uma formação

---

<sup>114</sup> O Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967 alterou algumas disposições da Lei 1.802/53, sendo a principal modificação aquela que atribuiu à Justiça Militar a competência para processar e julgar militares e civis pela prática de crimes previstos na referida Lei de Segurança Nacional.

<sup>115</sup> Segundo Carlos Fico, o conceito de “subversivo” foi fundamental para que a linha dura não fosse apenas um grupo de pressão e tivesse uma posição de destaque no “sistema de segurança”, em que teriam permissão para agir como uma polícia política.

melhor.[...]o resto, de modo geral, não tinha experiência, não sabia o que era inteligência. Tiravam de jornais, não havia, por exemplo, operações de informações. Havia a seção mas não se dispunha de meios.<sup>116</sup>

Os radicais da direita argumentavam que a esquerda brevemente se armaria e tentaria realizar uma Revolução em defesa de seus ideais comunistas. Segundo Lucas Figueiredo, Costa e Silva cogitou que o SNI não estaria preparado para o combate à luta armada, em que a esquerda logo se engajaria. Para tanto, era necessária a existência de um sistema capaz de realizar o levantamento de informações e operações policiais e de combate ao “inimigo”. Para tanto, a 2ª Seção do Exército – responsável pela atividade de informações - foi reestruturada e, em 02 de maio de 1967, foi criado o Centro de Informações do Exército – CIE, sob a supervisão e chefia do coronel Adyr Fiuza de Castro. Lucas Figueiredo apresenta sua compreensão a respeito do surgimento do CIE, que representava “apenas o início da reformulação no sistema de informações da ditadura. Dalí em diante, começaria a ser formada a *comunidade de informações*, um vigoroso conjunto de órgãos dedicados a identificar e aniquilar os inimigos do governo”<sup>117</sup>.

Paralelamente à posse de Costa e Silva, Golbery do Couto e Silva deixava a chefia do SNI, e sua sucessão foi representada pelo general Emílio Garrastazu Médici. Ao quebrar o mito autoinduzido de “Ministro do Silêncio” do antigo chefe do SNI, declarou, ainda antes de assumir, que seu gabinete seria aberto a jornalistas, alegando que o exercício de uma função pública exigia a prestação de contas por parte do Estado. Embora a declaração possa aludir a um governo mais aberto, a historiografia que aborda o regime considera Médici como um grande defensor do endurecimento do regime, o que acarretou o fortalecimento do próprio SNI.

Sob a direção de Médici, o SNI esteve voltado ao estudo da política, economia e sociedade no país, deixando de ser, portanto, um órgão exclusivamente vinculado à busca e análise de informações. Isso somente foi possível com o recrutamento da elite intelectual das Forças Armadas, que assumiu a função de assessoria técnica do SNI. Em razão de seus planejamentos e resultados tornou-se um parâmetro em vários assuntos administrativos para Costa e Silva.

---

<sup>116</sup>D’ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Glaucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, 1994. P. 130.

<sup>117</sup>FIGUEIREDO, Lucas. *Op. cit.*, 2005. P. 154

As antigas Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Cíveis<sup>118</sup>, criadas durante o governo Vargas, foram um dos instrumentos que possibilitou o aumento do poder do SNI. Em julho de 1967, Costa e Silva publicou o decreto nº 60.940, que as reformulou e as renomeou para Divisões de Segurança e Informações – DSI's. Elas se configurariam como células do SNI, responsáveis por informar diversos aspectos presentes dentro de cada Ministério Civil, abrangendo desde a conduta de funcionários e rotina de trabalhos até atitudes dos próprios Ministros. A presença das DSI's nos ministérios colocaram em xeque a autoridade dos próprios ministros devido ao poder de superintendência do SNI.

As Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Cíveis são órgãos complementares do Conselho de Segurança Nacional, subordinados diretamente aos respectivos Ministros de Estado e mantém estreita colaboração com a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e com o Serviço Nacional de Informações, aos quais prestarão tôdas as informações que lhes forem solicitadas.<sup>119</sup>

Também foram criadas as Assessorias de Segurança e Informações – ASI – que operavam em vários organismos e empresas públicas federais. A chefia de ambas, tanto as DSI quanto as ASI, eram exercidas por oficiais da reserva. Assim, cada Ministério civil poderia possuir apenas uma DSI, mas várias ASI's. A criação dessas repartições possibilitou a ampliação da rede do SNI e o fortalecimento dos sistemas de informações do governo militar.

Com o aumento das manifestações pela liberdade e democracia e também da luta armada, Médici se viu impelido, motivado pelo seu prestígio cada vez maior, a pressionar o presidente pelo endurecimento ainda maior do regime. A mudança do regime já era almejada pelo chefe do SNI, mas se fortaleceu no momento em que a Câmara dos Deputados se negou a processar o deputado Márcio Moreira Alves por uma entrevista concedida no denominado “pinga-fogo” da Câmara dos Deputados, momento este dedicado à fala de parlamentares no interior do órgão legislativo. Portanto, no dia 13 de dezembro de 1968, foi proclamado o quinto Ato Institucional do regime militar, que delegou ao presidente tamanha liberdade e discricionariedade jamais vista na história republicana do país. A necessidade de tal medida, segundo justificaram os

---

<sup>118</sup>Estas Seções eram órgãos complementares do Conselho de Segurança Nacional

<sup>119</sup>Decreto nº 60.940 de 04 de julho de 1967.

militares, exemplificado pela coletânea realizada pelo CPDCO<sup>120</sup>, era devida ao crescimento do terrorismo e das guerrilhas urbanas e rurais, representando uma reação inevitável por parte do governo. O discurso de Médici na reunião responsável pela aprovação do AI-5, denota a urgência com que eram compreendidas tais medidas mais drásticas, como pode ser visto adiante:

[...] com bastante satisfação, em dar o meu aprovo ao documento que me foi apresentado. Isso porque, senhor presidente, em uma reunião [anterior] do Conselho de Segurança Nacional, no desempenho de suas funções que vossa excelência me atribuiu como chefe do SNI, tive a oportunidade de fazer um minucioso relato da situação nacional brasileira e demonstrar aos conselheiros, por fatos e por ações, que o que estava na rua era a contra-revolução. Acredito, Senhor presidente, que, com a sua formação democrática, foi vossa excelência tolerante demais, porque naquela oportunidade eu já solicitava [...] que fossem tomadas medidas excepcionais para combater a contra-revolução que estava na rua.<sup>121</sup>

O AI-5 estabelecia, entre outras medidas, a cassação de mandatos eletivos e as suspensões de direitos políticos, o confisco de bens dos que tivessem, supostamente, enriquecido ilicitamente. Também considerava a suspensão da garantia do *habeas corpus* “nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e econômica popular”. Tais medidas favoreceram a institucionalização e o fortalecimento dos sistemas de segurança e de informações.

Em 1968, paralelamente ao avanço do governo Costa e Silva e a promulgação do AI-5, as necessidades de informações do regime militar se intensificaram, pois “não se tratava de reunir dados indispensáveis ao principal cliente do serviço – o presidente da República –, mas de interagir com a polícia política, isto é, com o sistema de segurança que naquele momento se buscava aperfeiçoar, sob a égide da concepção de “guerra revolucionária”<sup>122</sup>. Com a legislação que instituiu o SNI, é possível observar que, até 1967, o objetivo principal do Serviço Nacional de Informações era a coleta, análise e organização de informações, cuja responsabilidade pertencia à Agência Central, que as tornava disponíveis ao Presidente da República e à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Com o AI-5, os juízes e delegados de polícia ganharam autonomia, o que promoveu suas inserções na luta armada, havendo, portanto, uma grande modificação neste setor. Foi criado, em cada Força, o próprio

<sup>120</sup>D’ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Op. cit.*, 1994.

<sup>121</sup>*Época*, 7 de dezembro de 1998. IN: FIGUEIREDO, Lucas. *Op. cit.*, 2005. P. 180

<sup>122</sup>FICO, Carlos. *Op. cit.*, 2001. P. 76

serviço de informações. Já o SNI, serviço de informações civil, expandiu-se vertiginosamente, passando a ser o órgão central do Sistema Nacional de Informações.

Termos e concepções oriundas da Doutrina de Segurança Nacional – desenvolvida pela Escola Superior de Guerra – como “guerra revolucionária” foram adotados definitivamente após o AI-5. Os conceitos de “guerra revolucionária” e “guerra interna” fez com que alguns brasileiros fossem vistos como “inimigos de guerra” por se colocarem de forma contrária ao regime militar. Segundo a DSN, o Brasil encontrava-se em um estado de guerra generalizada e, portanto, todos os meios deveriam ser utilizados contra o inimigo, seja ele externo ou interno. Era urgente a necessidade, assim, de coletar informações de suspeitos que estivessem se colocando de forma contrária aos interesses da Segurança Nacional. De forma a atender às necessidades vigentes, era preciso que houvesse o aperfeiçoamento do Serviço Nacional de Informações e das Seções de Seguranças dos Ministérios civis.

Em 28 de agosto de 1969, Costa e Silva foi internado por trombose cerebral, e dois dias depois o Alto Comando das Forças Armadas se reuniu visando a substituição, mesmo que temporária, do presidente. O vice-presidente Pedro Aleixo foi vetado da assunção do cargo e Médici era o candidato mais credenciado para assumi-lo, embora não o pretendesse. Entretanto, em 4 de setembro do mesmo ano, com o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, sua resistência começa a ruir. Para os duros, o regime precisava mostrar sua autoridade, e assim, Médici fora imposto ao cargo de presidente da República pelo Alto Comando Militar, e foi homologado pelo Congresso. Os fatores que motivaram sua escolha residem nas estreitas relações mantidas com Costa e Silva, e sua vitória possibilitou a radicalização ainda maior do regime. Seu governo foi considerado o mais radical e duro no combate à subversão e à liberdade de imprensa.

Durante o terceiro governo militar, o Serviço se tornara, nas palavras do jornalista Lucas Figueiredo, o quarto Poder no Brasil. A vigilância do órgão atingia vários níveis da vida pública nacional, desde estudantes e líderes sindicais até figuras religiosas. Sua chefia estava nas mãos de Carlos Alberto Fontoura que, ao recrutar um grande número de pretensos agentes, possibilitou o fortalecimento vertiginoso do SNI. Nesta época, a estrutura física do SNI compreendia doze agências regionais e a Agência Central, em Brasília. Para contribuir com o desenvolvimento e profissionalização dos



agentes de informações, o governo previu a construção de uma escola responsável pelo aperfeiçoamento da atividade de informações. Segundo Ayrton Baffa, durante o governo Médici foram editadas inúmeras apostilas, por parte do SNI e da EsNI, de caráter confidencial ou reservado<sup>123</sup>. Em seu conteúdo constavam técnicas e processos para interrogatórios, para a coleta de informações, para identificar o perfil ideológico do acusado e para familiarizar o agente com as medidas de controle adotadas nas atividades de informações e contrainformações.

### ***O Sistema de Segurança e a comunidade de informações: a fusão entre as informações e a repressão***

O termo “comunidade de informações” apareceu pela primeira vez na linguagem política brasileira em 1967. Como analisado, a partir de 1968, a demanda por informações alcançou um índice muito superior ao imaginado por Golbery do Couto e Silva, no momento da criação do SNI.

Entretanto, somente entre os anos de 1969 e 1970 o Sistema Nacional de Informações – SISNI – atingiu sua consolidação, ou seja, após cinco anos da instituição da ditadura militar e da criação do SNI. A comunidade abrangeria todos os órgãos públicos responsáveis pela coleta e análise de informações relacionadas à segurança. Isto possibilitaria a colaboração mútua no universo de informações, ou seja, haveria uma grande troca de papéis entre os diversos órgãos de segurança e informação. O quadro de funcionários envolvidos no campo de informações em 1964 era mínimo. O próprio Golbery destaca que a “meia dúzia de gatos pingados”<sup>124</sup>, tornou-se, em 1970, a denominada Comunidade de Informações.

A comunidade contava com os serviços secretos das três Forças - Exército (CIE), Marinha (CENIMAR), Aeronáutica (CISA) –, o SNI, uma parte da Polícia Federal, a Comissão Geral de Investigações (CGI), as Divisões de Segurança que estavam presentes em todos os Ministérios – DSI, ASI, as delegacias estaduais de Ordem Política e Social (DOPS), as segundas seções das unidades militares e, finalmente, com os serviços de informações das polícias militares. Essa integração foi

---

<sup>123</sup>Determinados assim de acordo com a Lei de Salvaguarda de assuntos sigilosos, promulgada em 1967.

<sup>124</sup> GASPARI, Élio. *Op. cit.*, 2002

devida à necessidade de aperfeiçoamento do sistema de segurança vigente no momento, sob o amparo da definição de “guerra revolucionária” presente no AI-5. Os serviços de informações não eram mais responsáveis somente pela prestação de informações ao presidente da República, se uniram com a polícia política, influenciando e atingindo a vida particular de cada cidadão, conforme ressalta os historiadores Carlos Fico e Priscila Antunes<sup>125</sup>.

A própria expressão – “comunidade de informações”, remete ao auxílio mútuo entre os integrantes da comunidade, que deveriam incorporar um sentimento de lealdade, colaboração e corporativismo<sup>126</sup>. Tais sentimentos seriam de grande auxílio ao combate e a repressão à luta armada no país. Segundo dados militares, neste momento, operavam aproximadamente vinte organizações guerrilheiras de pequeno e médio porte no Brasil. As primeiras que foram subjugadas pelo SISNI foram as que agiam em áreas urbanas, entre os anos de 1970 e 1973. Um dos principais meios que possibilitou a erradicação foi a infiltração de agentes nas organizações de esquerda. Entre os anos de 1973 a 1975 a comunidade dedicou-se à guerrilha rural, cujo principal expoente foi a Guerrilha do Araguaia, exterminada em 1974.

As atribuições delegadas ao SNI cresceram paralelamente à importância de seu papel no governo e na comunidade de informações, pois todos os órgãos da comunidade estavam sob sua supervisão<sup>127</sup>, e produziam informes em diversos níveis e áreas da administração pública. Sendo assim, o número de contingente humano aumentava juntamente com a necessidade de qualificação, o que aperfeiçoaria e complementaria as atividades de informações. Para tanto, o SNI deveria incentivar a formação e especialização de seus agentes e dos membros do SISNI.

Complementares ao SNI, os órgãos destinados à atividade de informações das Forças Armadas integraram os quadros do SISNI. A Marinha foi a primeira das três Forças que estruturou um serviço de informações. O Centro de Informações da Marinha – CENIMAR, foi reconhecido durante a ditadura militar por sua eficiência e discrição,

---

<sup>125</sup>FICO, Carlos. *op. cit.*, 2001. e ANTUNES, Priscila. *Op. cit.*, 2002.

<sup>126</sup>Apesar do corporativismo, não era destinado tão somente aos compromissados com o serviço público. Havia a possibilidade de qualquer pessoa, mesmo de fora do governo, de integrar as “Comunidades Complementares de Informações”.

<sup>127</sup>Os demais órgãos de informações pertencentes a comunidade estavam apenas teoricamente supervisionados pelo Serviço Nacional de Informações. No livro *Anos de Chumbo* os relatos dos militares nos mostra a divergência sobre as informações enviadas e recebidas pelo órgão central do SISNI.

sendo, também, considerado o mais fechado, com acesso dificultado às fontes. Foi criado em 1957<sup>128</sup> com o objetivo de obter informações que atendessem aos interesses da Marinha, como o controle de fronteiras marítimas e o zelo por sua corporação. Tais pressupostos foram seguidos até o surgimento do governo militar, quando houve um redirecionamento de suas diretrizes. Desta forma, após 1968, em que se configura o endurecimento do regime militar, as missões do CENIMAR passaram a estar relacionadas ao combate dos grupos de esquerda e ao zelo da segurança nacional.

Priscila Brandão ressalta em sua obra que o CENIMAR foi responsável pela organização do maior acervo de informações sobre atividades dos grupos ligado à esquerda durante o regime militar. Sendo assim, o órgão se especializou, por exemplo, na formação e ideologia do PCB, conhecendo seus líderes, facções e seus conflitos internos. Ademais, o CENIMAR foi responsável, também, pela infiltração de agentes internos em navios para vigiar e garantir a segurança interna do país.

Não somente a Marinha tinha um órgão próprio de informações. Como já foi visto, o Centro de Informações do Exército – CIE, foi criado durante o governo Costa e Silva em 1967<sup>129</sup> a fim de atender às necessidades maiores do governo de informações. Embora possuísse apenas uma agência junto ao Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, tinha o maior quadro de pessoal e, diferentemente dos órgãos de informações das outras Forças Armadas, não admitiam civis em suas atividades.

Suas funções não se relacionavam às questões externas pois, desde sua criação, esteve vinculado ao combate à subversão. Sendo assim, foi o órgão que teve o maior empenho na luta armada. Era sua responsabilidade, também, a atividade de contrainformações e de centralização das informações oriundas das segundas seções das áreas militares e dos CODI de cada estado.

A Aeronáutica foi a última Força a criar um serviço de informações próprio. Inicialmente, houve a criação de um núcleo, em 1968, o N-CISA – Núcleo do Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica, sob a responsabilidade do brigadeiro João Paulo Burnier. O brigadeiro já havia realizado cursos na Escola das Américas durante o

---

<sup>128</sup> Decreto nº 42.687, de 1957

<sup>129</sup> Decreto nº 60.664, 2 de maio de 1967.

ano de 1967, como o *Military Intelligence phase 1*, entre agosto e outubro e o *Conterintelligence of Crs*, entre os meses de outubro e dezembro deste ano.

Inicialmente, o órgão não tinha condições de executar a tarefa de coleta de informações por ter um contingente humano reduzidíssimo. Para tanto, foram enviados diversos oficiais em busca de aperfeiçoamento no Panamá e na Escola Superior de Guerra, a única que oferecia um curso de informações no país. Em 1969, o núcleo já havia se desenvolvido amplamente e foi criado o CISA – Centro de Informações da Aeronáutica, cujas funções principais consistiam na análise de táticas a serem empregadas. Importante mencionar que o conceito de subversão era extremamente amplo neste órgão pois incluía a investigação de Igrejas, partidos comunistas e até pensadores da época como Marcuse e Debray.

Existem, por certo, alguns conceitos generalizantes que abordam o regime militar, principalmente no que se refere às atividades de coleta de informações e à repressão. Embora seja de conhecimento comum que a criação do SNI foi imediata ao golpe de 1964 – apenas dois meses depois –, seu surgimento, em tese, não esteve vinculado ao de outras instâncias tipicamente autoritárias, como a polícia política e a censura, por exemplo. Entretanto, em fins do primeiro governo militar e próximo ao final da década de 1960, paralelamente ao provável aumento das atividades “subversivas”, o governo militar entendeu como necessário o surgimento de um setor que fosse capaz de fundir o sistema de informações com o sistema de repressão. Para atender a este objetivo, investiu na criação de organismos próprios, treinamento e especialização de pessoal que atuassem na parte direcionada à censura e à repressão propriamente dita. A fusão entre as atividades de informações e a polícia política, foram, desta forma, detalhadamente estudadas e planejadas, a fim de levar a cabo os principais objetivos da “Revolução”<sup>130</sup>.

Não obstante, constitui-se em um equívoco justificar a criação de um sistema de segurança apenas baseado em fatores reativos contra a esquerda e sua possível “pegada em armas”. O principal objetivo da formulação de um setor especificamente voltado à repressão, paralelamente ao fortalecimento do sistema de informações, era a eliminação

---

<sup>130</sup> FICO, Carlos. Op. Cit., p. 75.

de tudo o que se opusesse aos interesses do governo brasileiro. Portanto, ao atender às diretrizes gerais da denominada Doutrina de Segurança Nacional, o principal foco do sistema de segurança residiu no combate à “subversão”.

Além do Sistema Nacional de Informações constavam outros subsistemas menores como o Subsistema de Informações Estratégicas Militares – SUSIEM. Esta organização era coordenada pelo Ministro Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, e era composta pela segunda seção do EMFA, pela subchefia de Informações do Estado-Maior das Armada, segunda seção do Estado-Maior do Exército, Seção de Informações do Estado-Maior da Aeronáutica e pelo Centro de Informações do Exterior do Ministério das Relações Exteriores (CIEx/MRE). Pode ser citada também a Comissão de Alto Nível de Segurança Interna – CANSI, criada em 1970, que estava sob a chefia do presidente da República e era composta pelos ministros militares, pelos chefes de Estado-Maior, chefe do SNI, pelo diretor da Polícia Federal e por outros ministros quando convocados. O grande objetivo da Comissão era prestar auxílio ao presidente da República na elaboração de planos para conter a oposição. Por fim, havia o Conselho de Defesa Interna – CONDI, chefiada também pelo Presidente da República, cujos membros eram os governadores estaduais, os chefes das agências regionais do SNI, secretários de segurança pública, superintendentes da Polícia Federal e outros secretários e funcionários públicos que fossem contatados.

Essa integração foi devida à necessidade de aperfeiçoamento do sistema de segurança vigente no momento, sob o amparo da definição de “guerra revolucionária” presente no AI-5. Os serviços de informações não eram responsáveis somente pela prestação de informações ao presidente da República, mas também se uniram com a polícia política, influenciando e atingindo a vida particular de cada cidadão, conforme ressalta os historiadores Carlos Fico e Priscila Antunes<sup>131</sup>.

As atribuições delegadas ao SNI cresceram paralelamente à importância de seu papel no governo e na comunidade de informações, pois todos os órgãos da comunidade estavam sob sua supervisão<sup>132</sup>, e produziam informes em diversos níveis e áreas da administração pública. Sendo assim, o número de contingente humano aumentava

---

<sup>131</sup>FICO, Carlos. Op. cit. E ANTUNES, Priscila. Op. Cit., 2002.

<sup>132</sup>Os demais órgãos de informações pertencentes a comunidade estavam apenas em tese supervisionados pelo Serviço Nacional de Informações. No livro *Anos de Chumbo* os relatos dos militares nos mostra a divergência sobre as informações enviadas e recebidas pelo órgão central do SISNI.

juntamente com a necessidade de qualificação, o que aperfeiçoaria e complementaria as atividades de informações. Para tanto, o SNI deveria incentivar a formação e especialização de seus agentes e dos membros do SISNI.

Assim, em fins da década de 1960, o SNI era responsável pela coordenação de um sistema de informações operante, o SISNI. Entretanto, militares radicais, adeptos da denominada “linha dura”, defendiam a incompletude das tarefas das informações, o que impedia a realização dos objetivos da “Revolução”, pois não era suficiente ter conhecimento abrangentes sobre as ameaças ao regime, mas era necessário autuá-las e combatê-las, adentrando, desta forma, à esfera repressiva. Apesar da existência de inúmeros centros de tortura clandestinos, como a Casa de Petrópolis no Rio de Janeiro e a “casa dos horrores” em São Paulo, o SNI não perdera o controle da comunidade, segundo afirma Samantha Viz Quadrat. Deve-se isto à integração dos órgãos de informações e repressão, em que houve a continuidade de promoções e a manutenção de postos hierárquicos mesmo com denúncias de tortura. Desta forma, a ausência de punição aos membros da corporação são considerados indicadores, para a autora, de que a tortura se tornou uma prática de estado. Isto é questionável para a historiografia vigente, em que os militares atestavam, muitas vezes, que a prática da tortura estava distante do alto oficialato. Ademais, alguns militares ainda ressaltam a falta de comunicação entre os órgãos do SISNI. Isto direciona a conclusão de que houve a perda de controle, por parte do SNI – ainda que relativa – dos demais órgãos da comunidade de informações.

Ademais, o Serviço Nacional de Informações não era enquadrado como um operante no campo da repressão, classificado como um órgão destinado *exclusivamente* à coleta e análise de informações, uma vez que “os órgãos de informações não possuem competência para decisão nem desempenham função executiva”<sup>133</sup>. Afirmarões como esta são corroboradas em inúmeras falas de militares em suas memórias, como pode ser visto na coletânea realizada pelo CPDOC<sup>134</sup>. Ora, se os órgãos de informações não efetuavam prisões, em tese, nem eram responsáveis por interrogatórios e prisões, deve ser questionado a proporção da atuação do SNI no sistema de segurança como um órgão exclusivo de informações. Samantha Viz Quadrat chama a atenção para a análise das

---

<sup>133</sup> Manual de Informações, fl. 1. IN FICO, Carlos. Op. Cit., p. 111-112.

<sup>134</sup> D’ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. Op. Cit., 1994.

verdadeiras atribuições e das atividades do SNI à época, no que se refere a atuação do SNI em atividades repressivas:

Cabia ao SNI o controle ideológico. Em nenhum momento o SNI foi um órgão de operações – apesar de grampos telefônicos, censura postal e investigações – a parte operacional das prisões, interrogatório e combate à subversão, cabia aos militares propriamente dito. Entretanto, na hoje desvendada Operação Condor, podemos nos certificar que o SNI era um órgão de ponta deste “mercosul do terror”.<sup>135</sup>

Na estrutura política brasileira vigente no regime autoritário, os órgãos de informações não estiveram recolhidos aos limites legais vigentes em países democráticos. Durante o governo militar, os órgãos de informações não se restringiram à coleta de informações estratégicas, mas integraram o sistema de segurança da ditadura militar, com o fornecimento de dados desvirtuados de brasileiros, participação em ações que resultaram em prisões arbitrárias e por sua responsabilidade pelo fornecimento de informações que possibilitaram casos de tortura e de assassinato político.<sup>136</sup> É necessário cautela na análise das informações passadas através de depoimentos militares que afirmam o fato de o SNI não ser responsável pela atuação, em nenhuma instância, na repressão. É possível apreender que a participação do SNI em interrogatórios e prisões levaram, de alguma forma, à ação repressiva, já que o próprio material passado aos agentes através da EsNI, como será visto no próximo capítulo, ensina técnicas de tortura.

O SNI, em sua legislação específica, é portador de inúmeras atribuições, o que fez com que constituísse uma máquina administrativa muito forte, e contou com um grande acúmulo de poderes – status de ministro ao chefe do SNI, monopólio de treinamento sobre as atividades de informações, responsabilidade centralizada pela segurança interna e externa e a ausência de um órgão fiscalizador. Tal acúmulo de poder pode ter contribuído para o envolvimento deste órgão na prática da tortura e no sistema de segurança, pois sua estrutura legal acabou por endossar a criação de um “monstro” grandioso, que espalhasse seus tentáculos em vários campos da sociedade.

---

<sup>135</sup>QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História Social na UFRJ, 2000. P. 80.

<sup>136</sup>FICO, Carlos. Op. Cit., p. 104-105.

Além do SNI, os órgãos militares destinados à coleta de informações – CIE, CISA e CENIMAR – também eram executantes, sendo classificados, inclusive, como órgãos “mistos”, devido à mescla de suas responsabilidades concernentes à segurança e à coleta de informações. Eram responsáveis, ademais, pelo patrocínio de operações de segurança, embora estas devam estar sob incumbência dos Centros de Operações de Defesa Interna (CODI). Destarte, a demanda dos setores mais duros do governo era ainda mais abrangente, pois compreendiam a necessidade de uma estrutura nacional de repressão, que fosse controlada pelas Forças Armadas, e não somente por um único órgão central, responsável pelas informações, como se apresentava o SNI<sup>137</sup>. A partir de tais concepções, é possível assistir a ascensão do Sistema de Segurança Interna do País – SISSEGIN.

Foram alegadas inúmeras justificativas que culminaram com a criação de um sistema de segurança dentro da política brasileira que perduraram entre a década de 1960 a 1980. Primeiramente, era imaginado pelos setores mais radicais uma sociedade que poderia ser moldada para assumir uma forma estática e desideologizada. Ademais, a insatisfação constante dos setores mais repressivos, em conjunto com as alegações da lentidão e limitações da Justiça, possibilitaram o surgimento de uma comunidade que contemplou vários cargos, finalidades e funções<sup>138</sup>.

É possível constatar a existência de uma dimensão política dentro das ações do SNI, e seu nível de atuação que deixa de ser tão somente técnico para incorporar um nível mais doutrinário<sup>139</sup>, não sendo somente fornecedor de informações que subdisiam as decisões presidenciais. Desta forma, a partir da incorporação do SNI ao sistema de segurança, sua influência passou a atingir vários pontos da sociedade, não se configurando mais como um órgão exclusivamente voltado à coleta e análise de informações, mas atuando como um formulador doutrinário.

---

<sup>137</sup>Idem, p. 112.

<sup>138</sup> Idem.

<sup>139</sup> Há inflexões de que esta mesma dimensão política e doutrinária também se fez presente na Escola Nacional de Informações.



### *A base teórica-doutrinária anterior à criação da Escola Nacional de Informações*

Na época de criação do SNI, o Brasil só contava com um livro que tratava sobre a produção de informações: *Informações Estratégicas*, de Sherman Kent, sendo que o SNI também tinha seu *Manual de Informações*, que foi elaborado a partir de dados da Escola do Estado-Maior. Este documento abordava questões concernentes aos informes, incluindo seu processamento, sua classificação de acordo com a fonte. Destarte, os órgãos de informações coletavam, em variadas fontes, quaisquer notícias ou dados que interessassem à lógica do sistema – principalmente temas concernentes à segurança nacional.

De acordo com o material teórico da época, a matéria prima da informação, ou seja, o dado bruto inicial, era denominada “Informe”. A partir de sua análise, ou seja, de um processamento inteligente, elaborava-se “informação”, que devia sempre estar disponível para auxiliar o planejamento e a execução de atos decisórios<sup>140</sup>. Cada informação recebia uma classificação de acordo com sua confiabilidade, cabendo às fontes a classificação de acordo com sua fidedignidade, por letras de A a F. A veracidade do conteúdo da mensagem também era classificada através dos números de 1 a 6. Assim, uma mensagem de conteúdo altamente confiável, com fonte idônea, recebia a classificação A-1, e uma informação duvidosa, de fonte tampouco confiável, receberia a classificação F-6.

Os princípios básicos que deveriam ser obedecidos para a produção de uma informação qualitativa resumiam-se em oportunidade, segurança, objetividade, clareza, simplicidade, imparcialidade, entre outros aspectos que serão vistos no material analisado no próximo capítulo. Apesar disso, muitas vezes essas prerrogativas não foram atendidas na maioria das vezes, como foi reconhecido no futuro pelo próprio o presidente Geisel: “as informações, especialmente as provenientes do CIE, (...) eram apaixonadas, nem sempre eram isentas”<sup>141</sup>.

---

<sup>140</sup>No que diz respeito a este trabalho, a função principal dos órgãos de informações era o auxílio dos atos decisórios tomados pelo governo, mas segundo Marco Cepik, existe, evidentemente, o processamento de informes e elaboração da “informação” em outros campos da sociedade.

<sup>141</sup>Depoimento do general Ernesto Geisel publicado em D’ARAUJO. Maria Celina. CASTRO, Celso(orgs). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

As informações que estabeleciam estimativas sobre o futuro, somente deveriam ser produzidas por órgãos especializados, e sua difusão estava inteiramente sob responsabilidade do chefe do SNI. A informação estratégica, que era produzida através de um fato de interesse nacional, era destinada ao planejamento de ações de âmbito estratégico e só poderia ser produzida pela Agência Central do SNI, que era o nível mais alto integrante do SISNI.

Um dos documentos que faziam parte da produção rotineira do SNI era o Levantamento de Dados Biográficos – LDB. Era uma espécie de ficha que versava sobre indivíduos que almejavam o ingresso em algum cargo público, em cargos universitários ou fazer estágios no exterior que dependesse da autorização do Presidente da República. Este documento discriminava sua posição ideológica, atitude em relação ao golpe, envolvimento ou não em atividades subversivas, probidade administrativa, conduta civil e eficiência funcional.

Cabia também à Agência Central do SNI a elaboração do primeiro Plano Nacional de Informações<sup>142</sup>, aprovado em junho de 1970. Para tanto, contou com o auxílio de inúmeras pessoas, tanto civis quanto militares, durante a gestão do general Carlos Alberto Fontoura. No Plano estava definida a organização das missões e das funções que deveriam ser cumpridas por todos os órgãos de informações. Desta forma, o principal objetivo do plano residia na otimização e regulação da coleta e divulgação das informações analisadas, no estabelecimento de canais de exploração das fontes e na coordenação e estabelecimento das prioridades do SNI. O plano variava de acordo com a necessidade de informações do presidente e dos Ministérios, estas que “não eram informações do dia-a-dia, de rotina. Eram informações estratégicas, das grandes linhas. O presidente e o Conselho de Segurança Nacional traçavam os objetivos nacionais permanentes, com base nos quais saíam as informações necessárias no PNI”<sup>143</sup>.

De acordo com o plano, cada setor integrante da comunidade de informações deveria redigir seu próprio plano e enviá-lo para o SNI, a fim de que este o aprovasse. Um dos papéis mais importantes do PNI consistia na definição do órgão responsável pela elaboração da Doutrina de Informação brasileira. Esta responsabilidade não poderia ser atribuída a Agência Central do SNI, pois o chefe deste órgão era ligado à presidência

---

<sup>142</sup>O Plano Nacional de Informações era constantemente atualizado pelo SNI.

<sup>143</sup>D’ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Op. Cit.*, 1994. p. 131.

da República. Restava ao EMFA a responsabilidade por tal tarefa, porém, o almirante que o chefiava a negou, julgando ser uma responsabilidade muito grande para o Estado Maior, e propôs à Médici a criação de uma nova escola, a Escola Nacional de Informações, que seria responsável pela elaboração da doutrina nacional de informações brasileira.

Porém, a urgência da criação de uma escola de informações não se devia apenas à necessidade de formulação da Doutrina Nacional de Informações. Priscila Antunes nos esclarece:

Paralelamente à necessidade de uma agência responsável pela elaboração da Doutrina Nacional de Informações, oficiais responsáveis pela atividade de informações se encontravam extremamente preocupados com a qualificação de seus agentes, que até então era feita principalmente no exterior. Havia poucas alternativas na área de treinamento de informações no Brasil. Na Escola Superior de Guerra, antes mesmo de 1964, funcionava um curso de informações considerado de bom nível, mas que não abordava necessariamente a área de operações e contra informações.<sup>144</sup>

Antes da inauguração da Escola Nacional de Informações, as academias militares eram responsáveis pela formação dos agentes do Serviço Nacional de Informações e do Sistema Nacional de Informações para o combate à subversão. Entre 1967 e 1970, a Escola Superior de Guerra foi responsável pelos cursos na área de informações. Sendo assim, formou uma geração de generais adeptos à linha dura através de seu Curso de Informações. Inicialmente, este curso foi instituído em caráter experimental em 1959, durando um ano letivo. Porém, o curso só foi reeditado novamente em 1965, após o golpe militar, com o objetivo de oferecer capacitação aos funcionários do SNI, que só contava com um ano de criação.

Até 1967, os temas abordados nas aulas versavam sobre conceitos, planejamento estratégico, análise comparativa de serviços secretos estrangeiros, a necessidade de o governo ter um sistema forte de informações, entre outras temáticas. Porém, a partir do mesmo ano o material didático do curso de informações incorporou o debate sobre o combate a subversão, expondo a forma de organização dos grupos subversivos e o método que deveria ser utilizado para sua erradicação.

---

<sup>144</sup>ANTUNES, Priscila. *Op. Cit.*, 2002. p. 56.

Não obstante, não era a totalidade dos funcionários do SNI que tinham a oportunidade de cursar os bancos escolares da ESG, e quando tinham, seus ensinamentos eram difusos e pouco contundentes. A carência de formação era grande conforme é possível absorver através da constatação de Lucas Figueiredo, em que “o serviço secreto carecia de um centro de formação que ensinasse as técnicas de espionagem, que lecionasse várias línguas, que formasse analistas de informações ultra-especializados e ainda fosse capaz de reciclar as chefias”<sup>145</sup>. Era notável, portanto, a necessidade de uma escola que fornecesse cursos específicos para a área de informações, especificamente para o SNI.

Para o processo de profissionalização dos agentes de informações à época da ditadura militar, foram utilizadas inúmeras escolas especializadas tanto no Brasil quanto no exterior, como a própria Escola Superior de Guerra. Para colaborar ainda mais com a formação dos agentes, havia cursos preparatórios destinados à promoção militar e à sua própria formação, como os oferecidos pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais – ESAO e Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME.

Quando a ESG, a partir de 1954, coloca como principal foco de suas investidas o conceito de inimigo interno, ela se aproxima da *U.S. Army School Of the Americas* - (USARSA ou Escola do Panamá). Desta forma, foi deslocado um grande contingente de militares para estudar no Panamá ou nos Estados Unidos. Complementarmente, ainda, houve a vinda de militares norte-americanos ao Brasil para oferecer treinamento à parte da corporação. Tais escolas tinham pressupostos e objetivos comuns, prezando pela uniformização de conceitos e da linguagem adotada, como será visto adiante.

A Escola das Américas, instalada desde 1946 no Panamá, foi um dos meios de divulgação da doutrina americana e uma forma de ensinar aos militares latino-americanos as técnicas de combate ao avanço do comunismo. Para lá, foram enviados cerca de 450 militares brasileiros que procuravam, especificamente, os cursos destinados à formação em informações, principalmente entre os anos de 1967 e 1968. Importante salientar que, embora o material condene a tortura, grande parte do

---

<sup>145</sup>FIGUEIREDO, Lucas. *Op. Cit.*, 2005.p. 221

contingente de militares lá formado esteve relacionado, posteriormente, às acusações de tortura e de violação aos direitos humanos, tendo como exemplo o brigadeiro João Paulo Burnier.

As informações que constam nos materiais fornecidos pela Escola das Américas esclarecem sobre a elaboração de informes, fornecendo, inclusive, uma ficha-modelo para auxílio do agente na realização de tal tarefa. Também são discorridas técnicas ligadas ao campo prático, como por exemplo, planos para cercar um local em que se constate a presença de terroristas, a importância de agentes infiltrados e faz, ainda, um complexo estudo sobre armas<sup>146</sup>. A Escola utilizava, também, o livro de Carlos Marighella, *Minimanual do Guerrilheiro Urbano*, para enriquecer o conhecimento de combate do agente de informações e repressão. O material oferecido pela Escola, portanto, tinha uma riqueza muito grande de técnicas de combate em que fazia o mapeamento dos princípios das organizações guerrilheiras na América Latina, elucidando sua linha teórica, suas principais lideranças, objetivos e formas de atuação. Tal formação e ensinamentos advindos da Escola das Américas, conhecida também como o “Banco de formação de Ditadores”, evidentemente, influenciou muito à própria dinâmica dos órgãos de informações e repressão durante o governo militar no Brasil.

### ***Escola Nacional de Informações: a solução para a inteligência brasileira***

As dificuldades para definir a criação de uma Escola especialmente destinada à formação dos responsáveis pela atividade de informações no Brasil foram imensas. O país carecia de uma tradição voltada à capacitação do quadro de funcionários desta área e tampouco tinha experiência na elaboração de uma doutrina de informações.

Após o golpe militar em 1964, a atividade de informação teve uma formação frágil, que foi delegada a Golbery do Couto e Silva. A fragilidade remetia a uma espécie de amadorismo nesta área, impressão esta que não passou despercebida pelas principais autoridades da área.

---

<sup>146</sup>QUADRAT, Samantha Viz. *Op. cit.*, 2000. P. 114

O General Carlos Alberto Fontoura, chefe do SNI de 1969 a 1974, em entrevista ao CPDOC, ressalta esta inabilidade brasileira:

Nós éramos amadores. Então tínhamos que ter uma escola que formasse agentes de informações. Esse foi o objetivo principal da [EsNI] (...). era uma escola completa, com tudo de bom que as outras tinham. (...) Foi muito bem-feita, muito bem construída, e foi muito elogiada por chefes de serviços de informações estrangeiros que a visitaram como uma das melhores do mundo<sup>147</sup>.

Após o diagnóstico das dificuldades e inabilidade dos brasileiros neste quesito, se fez presente intenções profissionalizantes, concretizadas com a criação da EsNI e a elaboração da doutrina de informações brasileira, baseada no Plano Nacional de Informações.

Desde que surgiu o SNI, oriundo do antigo SFICI, a cada dia vinha se acentuando a necessidade de articular os órgãos de Informações, estabelecendo entre eles a necessária coordenação e hierarquia técnica. Sentia-se falta de consolidação de fluxos adequados de entendimento, representados por canais fidedignos e por uma linguagem comum. O Plano Nacional de Informações estabeleceu os canais e suas regras de exploração, mas, então, sentiu-se, de maneira aguda, a necessidade de uma linguagem comum, fruto de pessoal qualificado, adestrado nos mesmos princípios e técnicas. Daí a idéia da criação de uma Escola Nacional de Informações, que já era freqüentemente cogitada, tomou corpo e originou a Exposição de Motivos nº 02, de 08 de fevereiro de 1971, do chefe do SNI, Gen. Carlos Alberto da Fontoura, propondo a criação de um Grupo de Trabalho com a finalidade de apresentar, no prazo de 60 dias, proposta de sua organização<sup>148</sup>.

Em meados do governo Médici, no dia 31 de março de 1971, o decreto nº 68.448/71 instituiu a criação da Escola Nacional de Informações – EsNI. O jornalista Ayrton Baffa, em sua obra *Nos Porões do SNI – o retrato do monstro de cabeça oca*, escrita em 1989, Lúcio Sergio Porto Oliveira, responsável por escrever a história da atividade de inteligência brasileira destinada à Agência Brasileira de Informações - ABIN e o general Ênio dos Santos Pinheiro, militar responsável pela estruturação e formação da Escola Nacional de Informações, sendo o primeiro a ocupar o cargo de diretor da EsNI, em depoimento coletado ao CPDOC, convergem sobre as incumbências iniciais da Escola, cujo principal objetivo consistia em cooperar com o desenvolvimento da Doutrina Nacional de Informações e na formação de agentes. Ademais, fazia-se urgente o estudo sobre a própria atividade de informações, a fim de

<sup>147</sup>D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Glauco Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Op. cit.*, 1994. P. 71.

<sup>148</sup>OLIVEIRA, Lúcio S. *Op. cit.*, 1999, p. 55.

que se obtivesse um melhor rendimento nas atividades do Sistema Nacional de Informações – SISNI.

O general Ênio dos Santos Pinheiro relata o momento em que foi responsabilizado pela criação da EsNI:

O presidente então me chamou e disse que me havia escolhido para construir e instalar a Escola Nacional. Eu saí general no dia 30 de março de 1971, e a ideia do presidente era que eu inaugurasse a Escola no ano seguinte, em março de 1972. Na primeira reunião que fizemos, já dispúnhamos de todas as instruções para seu planejamento – as condições tinham de ser fixadas antes de começar a discutir o problema<sup>149</sup>.

Através de uma abordagem acadêmica, mas indicando razões idênticas, Joanisval Brito Gonçalves indica que, ainda mais do que uma incumbência, o estabelecimento de uma doutrina de informações, que deveria ser conhecida e empregada por todos os órgãos do SISNI e por seus agentes – civis e militares –, era um dos pilares para a criação da EsNI. Diante da ausência de especialização do quadro de funcionários, essa iniciativa deveria estar voltada também, à capacitação dos agentes pois

Um serviço de informações eficiente e eficaz não seria alcançado sem profissionalização, a qual não poderia dispensar o devido treinamento e a formação doutrinária daqueles que deveriam exercer a atividade ou mesmo dos que se beneficiariam dela<sup>150</sup>.

Desta forma, a construção da Escola Nacional de Informações foi concebida com base na estruturação de suas congêneres europeus e norte-americanos.

O Decreto nº 68.448 de 1971, além de indicar a subordinação da Escola ao Chefe do SNI, estabeleceu as finalidades da EsNI em seu artigo 2º, em que é possível delimitá-las na preparação de civis e militares para atender as necessidades de informações e contrainformações do SISNI, na cooperação no desenvolvimento da doutrina nacional de informações, e por fim, na realização de pesquisas tendo em vista um maior rendimento nas atividades do SISNI. O decreto também ressalta a necessidade de que seu diretor seja um general da ativa das Forças Armadas, do posto de General-de Brigada, ou equivalente. Portanto, um militar, o que vai de encontro com o foco na formação de agentes, que conforme afirmado por seu primeiro diretor, o general Ênio

<sup>149</sup>D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Glaucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Op. cit.*, 1994. P. 133.

<sup>150</sup>GONÇALVES, Joanisval Brito. *SED QUIS CUSTODIET IPSO CUSTODES? O Controle da atividade de inteligência em regimes democráticos: os casos de Brasil e Canadá*. Tese de doutorado apresentada para a Universidade de Brasília – UnB, 2008. P. 509.

Pinheiro, seja predominantemente civil. Abordando sobre as condições fixadas para a construção da Escola, seu primeiro diretor indica:

Primeiro, a Escola deveria ser em Brasília. E também tinha que ser eclética, fazer a integração entre civis e militares. Então, fomos buscar especialização nos lugares em que havia militar e civil juntos. Por exemplo, eu fui para os Estados Unidos. O serviço de informações dos Estados Unidos, a CIA, é civil, o FBI é civil. Mas eles não trabalham sozinhos, de jeito nenhum. As Forças Armadas têm um grupo separado para trabalhar com esses dois órgãos: são os adidos militares. O chefe da CIA nunca comandou. Só o adido militar. Veio ao Brasil, foi ao mundo inteiro. Era um especialista. Porque é preciso aproveitar o indivíduo<sup>151</sup>.

Já era nítida a carência de uma doutrina de informações na comunidade de informações no Brasil. As maiores contribuições obtidas a respeito provinham da tradução de obras clássicas como de Sherman Kent, analista de Inteligência no Office of Strategic Services e no Office of National Estimates (CIA), foi também pioneiro no estabelecimento de métodos para a análise de informações e *A Produção de Informações Estratégicas*, de Washington Platt. Entretanto, o que mais aproximava a comunidade de informações à realidade brasileira foram escritos da Escola Superior de Guerra, principalmente ao que se relaciona com a Doutrina de Segurança Nacional, além de informações herdadas do antigo Serviço Federal de Informações e Contra-informações (SFICI). Desta forma, fazia-se urgente a formulação de uma doutrina única e empregada por todos os órgãos do SISNI, tendo como prerrogativa inicial, de acordo com o Plano Nacional de Informações, a criação de uma Escola.

O desenvolvimento posterior do SISNI, baseado na produção doutrinária, levaria em conta uma base comum teórica e metodológica, além de contar com um treinamento prático, atingido com os cursos fornecidos pela EsNI. Tais cursos deveriam seguir os procedimentos exigidos pelos Planos Gerais de Ensino (PGE), anuais, continuados, regulavam as atividades de ensino e de doutrina a partir do funcionamento da EsNI. De forma a padronizar e instruir as ações do SISNI, foi editado o primeiro Manual de Informações (M-07), aprovado em 10 de dezembro de 1976, com a Portaria nº 626 – GAB/SNI. Este manual, portanto, consolidou e sistematizou a doutrina que já era utilizada em caráter experimental a partir da edição do Manual de Informações Provisório, de 1973. Priscila Brandão Antunes chama atenção para o *Manual*, que

---

<sup>151</sup>D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Glauco Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Op. cit.*, 1994. P. 133.



continha toda a base da doutrina de informações, e foi considerado o ancoramento da base sobre a qual agia o SISNI.

A partir de uma edição provisória, de 1973, a Portaria nº 626 – GAB/SNI, de 10 de dezembro de 1976 aprovava o *Manual de Informações*, o qual consolidava a doutrina e nortearia a atividade no Brasil. O Manual, documento de caráter reservado, dividia-se em Informações, Contra-Informações e Operações (este último em volume separado e acessível a muito poucos), e passaria por algumas revisões, a última delas em 1989<sup>152</sup>.

O Manual de Informações, considerado um guia da comunidade de informações brasileira, articulava dados respectivos às questões básicas do cotidiano de uma agência de informações, até aspectos mais específicos da atividade de coleta e análise de informações. Portanto, é possível apreender que a doutrina, na verdade, era transposta e compreendida a partir deste manual. No trecho a seguir, Lúcio Sérgio Porto Oliveira apresenta um dos aspectos tratados pelo Manual, que trata sobre a finalidade da atividade de informações, tal como extraído do M-07:

As atividades de Informações têm por finalidade a produção de conhecimentos que habilitem as autoridades governamentais, nos respectivos níveis e áreas de atribuição, à oportuna tomada de decisões ou a elaborações de planos. Em sua maior amplitude, destinam-se a fornecer subsídios ao Governo para a formulação, a execução e o acompanhamento da Política Nacional<sup>153</sup>.

A partir deste momento, a EsNI implantou uma política de capacitação dos recursos humanos, tendo por base um trabalho técnico de definição de perfil profissiográficos dos alunos que seriam encaminhados para as funções de Analista de Informações e participar das operações. Este processo teve o ápice de seu desenvolvimento com o general Otávio Aguiar de Medeiros, diretor da EsNI entre 1975 e 1978 e só pôde ser alcançado satisfatoriamente a partir do suporte técnico de um quadro de psicólogos que integravam a Divisão de Psicologia do Departamento de Doutrina e Pesquisa da Escola<sup>154</sup>.

Com o embasamento teórico adquirido pela sistematização da Doutrina de Informações e o Manual de Informações adicionada à capacitação possibilitada pela EsNI, o Sistema Nacional de Informações operou mais uniformemente, de maneira sistematizada e coordenada durante as décadas de 1970 e 1980. É possível entrever, desta forma, o papel da Escola Nacional de Informações como capacitadora dos agentes

<sup>152</sup>ANTUNES, Priscila. *Op. cit.*, 2002. p. 64.

<sup>153</sup>OLIVEIRA, Lúcio S. *Op. cit.*, 1999, p. 60.

<sup>154</sup>Idem.

de informações, não apenas do SNI, mas da Marinha, da Aeronáutica, do Exército e de outros órgãos da Administração Pública, difundindo entre estes a doutrina de informações brasileira e formando, de fato, a comunidade de informações brasileira.<sup>155</sup>

O primeiro diretor da Escola Nacional de Informações foi o General-de-Brigada Ênio dos Santos Pinheiros e a EsNI esteve sob suas incumbências desde o momento da aprovação da lei que a criava até o ano de 1974. Segundo relata, desde os primeiros momentos em que se reuniu com a presidência da República e com os responsáveis pelo setor de informações à época, estes foram informados acerca das primeiras instruções para seu planejamento. Sua sede seria situada em Brasília, “porque tinha que ser em Brasília” – contrapondo-se à ESG e às demais Escolas de Estado-Maior das Forças que se encontram no Rio de Janeiro. Isto derivava do fato de a EsNI ser encarada como o elo de integração entre civis e militares, devendo, portanto, ser eclética quanto a sua localização e ao seu público. Ademais, a nova capital era Brasília e necessitava da centralização em suas principais atividades.

A partir da criação da Escola Nacional de Informações, a primeira dificuldade apresentada era referente ao local de instalação e montagem da EsNI, como é comentado por Oliveira. Em Brasília, havia a previsão de três distintos locais:

- a primeira, em área próxima ao Regimento de Cavalaria de Guardas - RCG, nas imediações do Parque Ferroviário;
- a segunda, nas proximidades do Grupo de Artilharia Antiaérea - GAAe, no Setor Militar Urbano, denominada área do Canil; e
- a terceira, na margem esquerda da estrada que liga o Setor Policial Sul a Taguatinga, por detrás da área da Polícia Militar do Distrito Federal<sup>156</sup>.

A Escola recaiu na última opção, por diversas razões conforme é possível entrever no texto oficial que julgava as opções:

"e.1. A área está desimpedida, não havendo nenhum processo em andamento para instalação de qualquer órgão.

e.2. A EsNI poderá obter toda a área disponível para maior segurança física.

---

<sup>155</sup>GONÇALVES, Joanisval Brito. *Op. cit.*, 2008. P. 516.

<sup>156</sup>OLIVEIRA, Lúcio S. *Op. cit.*, 1999, p. 57.

e.3. A Coordenação de Arquitetura e Urbanismo, através de sua Chefia, apresentou inconveniência na liberação das áreas do RCG e do Canil (onde ficam Hospitais especializados), mas sugeriu a área do Setor Policial.

e.4. A área é plana, de fácil acesso e bem enquadrada com relação aos prováveis setores residenciais. (CRUZEIRO NOVO e SQS 311)."<sup>157</sup>

A Escola Nacional de Informações estabeleceu-se em um conjunto arquitetônico harmonioso, que atendia às propostas de beleza, funcionalidade, adequadas aos princípios da atividade de inteligência. Inicialmente, pensou-se em edificar a Escola em um prédio único com vários pavimentos, porém, por questões de segurança e de confiabilidade, a obra foi feita em vários blocos separados, obedecendo ao quesito básico da inteligência: a compartimentação de informações. Desta forma, as atividades desenvolvidas em determinada estrutura não seriam de conhecimento de outras estruturas, e vice-versa. Destarte, além de atender às demandas do ensino regular e de formação e capacitação dos futuros agentes de inteligência, permitia uma certa flexibilidade para estender sua capacidade e utilizar novas formas de atuação dentro do campo do ensino.

O general Ênio dos Santos Pinheiro, ao relatar a sua inserção na criação da EsNI, explicita como seu processo de elaboração foi iniciado:

E o que aconteceu? Pensei comigo: “O que vou fazer? Esse troço é secreto.” Chamei o capitão Fortuna, que tinha trabalhado comigo no Batalhão Ferroviário, engenheiro formado no IME. Ele topou [...]. Eu o levei comigo, dei-lhe casa, dei-lhe tudo; E ele projetou a Escola todinha. Eu ia desenhando: “Quero a Escola assim, assado”. E a Novacap construía. Houve dificuldades, porque a Novacap teve que penetrar, conhecer, para saber o que ia fazer. E tínhamos um *stand* de tiro subterrâneo, uma porção de coisas. Foi um pouco complicado.<sup>158</sup>

Após percorrer “o que havia de melhor no mundo”, os responsáveis pela montagem da EsNI a equiparam com um dos melhores laboratórios de línguas do Brasil<sup>159</sup>, com os mais modernos aparelhos eletrônicos, e também com uma academia moderníssima de tiro subterrânea<sup>160</sup>, contendo isolamento sonoro, com cabines

<sup>157</sup>Idem, p. 57-58.

<sup>158</sup>D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Glaucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Op. cit.*, 1994. P. 134.

<sup>159</sup>A notoriedade do curso de idiomas da EsNI foi tão grande que seu laboratório de idiomas foi considerado o melhor da América Latina e significativamente pareado com os de outros serviços de informações dos países desenvolvidos.

<sup>160</sup>A montagem desse estande de tiros foi a maior dificuldade encontrada pela empresa responsável pela construção, a Novacap.

separadas por vidros blindados. Além disso, havia um auditório cujos assentos – feitos de couro bege, luxuosíssimo à época - possuíam fones de ouvido individuais, compondo também uma sala de cinema – a melhor de Brasília - e um estúdio de televisão.

A construção da EsNI teve grande apoio dos serviços congêneres, principalmente norte-americanos, que forneceram cursos e treinamentos tanto ao general Ênio dos Santos Pinheiro, quanto aos demais integrantes do SISNI:

Os americanos perceberam que nosso projeto era para valer e se interessaram[...] porque nossos princípios eram os mesmos, a parte teórica era parecida com a americana. Nós não tínhamos, por exemplo, equipamento. Agora, as nossas instalações eram muito melhores que as deles[...]. Quando a Escola começou a ser construída, os americanos ofereceram ao general Médici um curso de seis meses para mim na CIA e no FBI, para trazer a documentação que eles empregavam nos Estados Unidos e criar os regulamentos. Então fui para Washington fazer esse curso [...] Ficamos num hotel [...] eles o escolheram porque havia um subterrâneo que permitia que entrassem por baixo do edifício diretamente onde nós estávamos. E era no hotel mesmo que tínhamos aula. Todos os dias de manhã, os professores iam lá com os aparelhos. Nós não podíamos sair [...] Ficamos lá um bocadinho de tempo e, afinal, trouxemos toda a documentação.<sup>161</sup>

Até hoje a estrutura da Escola ganha destaque, pois a Escola de Inteligência (ESINT) da ABIN continua funcionando no local, que contém, além do estande de tiro, vários blocos e uma estrutura completa para a prática desportiva – piscinas olímpicas, quadras de futebol, pistas de atletismo e até um ginásio coberto.

Inúmeras vezes a temática da instalação da EsNI é citada pelo General Ênio Pinheiro dos Santos, seja em entrevista cedida ao CPDOC, seja na oportunidade de transmissão do cargo da diretoria da Escola ao seu sucessor, em 1974. Oliveira transcreve em sua obra o discurso do momento em que o General Ênio Pinheiro dos Santos transfere seu cargo ao sucessor General José Albuquerque, em 14 de agosto de 1974:

A hora da partida é um momento de pesar, mas pode, também, ser um momento de alegria. É um momento de pesar, porque as pessoas e as coisas que se fizeram caras para os nossos corações vão se tornando distantes e intangíveis. Pode ser um momento de alegria, porque permite-nos parar e olhar para trás e vermos tudo que foi realizado, os amigos que fizemos, as coisas que construímos, o bem que realizamos. Neste instante, olhando para trás sentimo-nos tranquilos, porque parece-nos que não falhamos, que não desmerecemos da confiança em nós depositada pelo Exmº Sr. Presidente da República e Exmº Sr. Ministro Chefe do Serviço Nacional de Informações. Mercê de Deus a tarefa que recebemos foi integralmente cumprida - construir e implantar a ESCOLA NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Todos os

<sup>161</sup>D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Glauco Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Op. cit.*, 1994. P. 133-134.

edifícios projetados foram construídos e a Escola está com todos os seus cursos em funcionamento.

Para obtermos os resultados alcançados foi decisiva a dedicação excepcional da brilhante equipe que consegui formar. Toda a equipe que constitui o Corpo Permanente da Escola agiu como um bloco monolítico, sem medir sacrifícios e canseiras, para que os objetivos fixados fossem colimados e a Escola atingisse o alto padrão que já atingiu.

Dentro desta brilhante equipe devemos, indubitavelmente, incluir os engenheiros e trabalhadores da NOVACAP que tudo fizeram para atender os apertados prazos que haviam sido estabelecidos para as várias fases de construção da Escola, e que nunca falharam, dirigida pela excepcional figura de engenheiro que é o jovem Dr. MÁRIO LÚCIO DE SOUZA BASTOS.

Neste momento de despedida, todos devemos estar orgulhosos, tranquilos e confiantes, pois, juntos, conseguimos realizar uma obra importante para o nosso País, que irá revolucionar o ensino e a produção das Informações do BRASIL.

É evidente que a obra não está acabada e requer cuidados especiais para crescer forte e sadia. Mas, o marco que implantamos foi o mais difícil e está sólido, permitindo uma tranqüila evolução da Escola no sentido de seu aperfeiçoamento.<sup>162</sup>

A estrutura funcional da EsNI, basicamente compreendia a Direção e o Departamento de Ensino, responsável pela organização e execução dos cursos básicos (A, B e C) e dos estágios, variáveis a cada ano, para atendimento de informações circunstanciais. Este departamento possuía também uma Divisão de Pedagogia, com encargos de planejamento do ensino e seu devido controle. Além deste departamento, constava também o Departamento de Pesquisa e Doutrina que, além do indicado em sua nomenclatura, também era responsável pela Divisão de Idioma e pela Divisão de Psicologia. Através deste departamento, foram editados diversas publicações doutrinárias, com destaque às revistas *Coletânea L e Inteligência*<sup>163</sup>. Desta forma, o grande diferencial da Escola foi a preocupação constante não somente com a teorização e prática das disciplinas de informações, mas também com a metodologia e didática empregadas. A EsNI era responsável, ademais, pela elaboração de pesquisas e formulação da Doutrina de Informações, o que atribuiu um grau de excelência para a Escola, que tão logo assumiu o posto que se incubia à ESG: o pensar tática e estrategicamente a atividade de informações no Brasil.

<sup>162</sup> OLIVEIRA, Lúcio S. *Op. cit.*, 1999, p. 58.

<sup>163</sup>Tais publicações influenciaram fortemente a evolução e a consolidação da doutrina nacional de Inteligência no Brasil, uma vez que foi veículo difusor de inúmeros temas relativos à atividade de informações no Brasil e no mundo.

O Departamento de Administração, por sua vez, contemplou grande número de funcionários, em maioria civil, qualificados para suas atribuições. Oliveira destaca as seguintes características do pessoal responsável por este setor por possuírem um “acendrado espírito de corpo, sadio em todos os sentidos, e comprovado pelo modo como eram atendidos, por mais complexos que fossem, os pedidos e as ordens atribuídos à Escola, sempre cumpridos com presteza, correção e dedicação”<sup>164</sup>.

Ademais, é possível ressaltar o Departamento de Informática do Serviço Nacional de Informações, que permanecia sob controle estritamente administrativo da EsNI, conforme ressalva Oliveira, e o Centro de Pesquisas, destinado a equipamentos criptográficos, sendo o antecessor do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações - CEPESC.

O corpo docente foi dimensionado visando atender às necessidades do ensino a que se propunha a Escola Nacional de Informações – entre estas, a elaboração da doutrina. A preferência na escolha da equipe de instrutores da Escola era de pessoas que tinham experiência na área de informações, embora o general Ênio dos Santos Pinheiro demonstre a intenção de mesclar militares e civis dentro do quadro de funcionários.

Fomos pegando as pessoas que tinham função de informação, que já possuíam vivência nesse assunto[...] Desde o princípio tivemos a preocupação de colocar alguns civis, além do pessoal do Exército, da Marinha e da FAB. Esse era o núcleo central da Escola.[...].

Para entrar na Escola, era preciso fazer exame psicotécnico, psicológico, porque nós queríamos conhecer o perfil do homem brasileiro de informações, que não era o mesmo do americano.<sup>165</sup>

Para a composição do quadro docente, foram selecionados alguns oficiais das Forças Armadas para serem enviados ao exterior com o objetivo de frequentarem cursos e aulas em outras escolas e serviços de informações aliados, de forma que passassem a conhecer a estrutura e o funcionamento de outros serviços e de seus programas de formação. Segundo relata o General Ênio Santos Pinheiro, em suas memórias para o livro do CPDOC, os principais países intercambistas foram os Estados Unidos,

---

<sup>164</sup>OLIVEIRA, Lúcio S. *Op. cit.*, 1999, p. 64.

<sup>165</sup>D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Glaucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Op. cit.*, 1994. P. 136.

Alemanha Ocidental, Israel, França e Grã-Bretanha. De forma a completar o quadro docente, Gonçalves indica que, além dos professores, era constituído por montares preparados e versáteis, geralmente mais jovens, que ministravam aulas mais didáticas e intelectualizadas. Complementarmente aos oficiais enviados ao exterior que aprenderam com seus congêneres, integrou o corpo docente da Escola os funcionários da Escola Superior de Guerra e das Forças Armadas, outrora responsáveis pela formação dos agentes de informações, e também alguns profissionais do próprio Serviço Nacional de Informações. Destarte, além de instrutores permanentes e externos, a Escola também contava com uma equipe altamente capacitada de pedagogos, professores de idiomas, tradutores, e técnicos e psicológicos.

Alfred Stepan, ademais, indica as principais diferenças entre a EsNI e ESG, no tocante à sua estruturação e ao quadro de funcionários:

A EsNI tinha um corpo permanente de pesquisadores; a ESG não tinha. A EsNI lidava com estudo de casos concretos e dados reais, e estava vinculada a um órgão operacional, enquanto a ESG tendia a formular doutrinas abstratas e não mantinha vínculos operacionais. A EsNI era uma escola profissional, de quatro graus, que tinha por incumbência o treinamento de todos os candidatos ao Sistema Nacional de Informações, a aplicação de testes e o ensino de inglês, espanhol, russo, alemão, francês e italiano e, eventualmente, árabe, ao passo que a ESG (...) era um misto de curso de orientação e curso de extensão universitária. Dentro da arena intra-estatal a EsNI estava, claramente, acumulando recursos poderosos.<sup>166</sup>

Paralelamente à formação do corpo docente, a equipe discente foi composta, nos cursos A, B e C, em grande parte, por funcionários públicos, ligados ao SISNI e por militares das três Forças<sup>167</sup>. A política de pessoal, neste momento, trabalhava no perfil profissiográficos dos aspirantes à Escola, destinando-os, após essas análises, às funções de análise de informações e ao ramo das operações. Para tanto, contava com o apoio da Divisão de Psicologia do Departamento de Doutrina e Pesquisa que possuía um quadro de psicólogos especializados que avaliavam cada perfil individualmente.

Ademais, para ingressar na escola, era necessária a realização de exame psicotécnico e psicológico, para que se estabelecesse o perfil do homem brasileiro integrante do sistema de informações. Quando questionado, o General Ênio Santos Pinheiro discute dois tipos de pessoas admitidas na Escola: “um, intelectual, e outro,

<sup>166</sup>STEPAN, Alfred. *Os Militares: da Abertura à Nova República*. Tradução de Adriana Lopez e Ana Luíza Amendola. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1996. P. 29.

<sup>167</sup>OLIVEIRA, Lúcio S. *Op. cit.*, 1999.

que trabalhava no campo de operações”, após a seleção era “feito um código de honra e um código de ética para o pessoal”<sup>168</sup>.

Os futuros alunos da Escola eram indicados pelo comandante de suas unidades militares, e sua faixa etária abrangia entre 21 e 24 anos. Eles deveriam ter cumprido o serviço militar obrigatório em corpos de elite do Exército, além de ainda ocuparem, nas Forças Armadas, o posto de segundos-tenentes. Posteriormente, havia uma rigorosa seleção que incluía investigação social e exames médicos na Policlínica da Aeronáutica. Após aprovados, Lucas Figueiredo indica que os candidatos eram convidados a abandonar seus postos nas Forças Armadas e cursar a Escola, embora o curso de informação na EsNI não garantisse, efetivamente, um emprego no SISNI ou no SNI. Além dessas características, o futuro analista “deve possuir raciocínio lógico apreciável, percepção e objetividade, assim como conhecimentos concernentes às atividades de Informações, e às necessidades de Informações dos Órgãos Governamentais, a fim de capacitá-lo a realizar essas atividades mentais com sucesso”<sup>169</sup>.

A EsNI foi incumbida de dar conta, não somente da formação de militares, mas principalmente civis que integrariam o SISNI e o SNI, afinal, em tese, deveria ser um órgão moldado na CIA, e portanto, de caráter civil. Desta forma, a grande maioria dos alunos que integrou o quadro discente da EsNI eram civis, selecionados entre os funcionários dos ministérios, preferencialmente jovens, empresas públicas e autarquias, que se interessassem ou tivessem aptidão para trilhar a carreira na área de informações e inteligência.

Carlos Alberto da Fontoura, dirigente do SNI entre 1969 e 1974, embora representasse parte do contingente militar que dirigia a Escola, cujos moldes de ensino eram espelhados em um modelo de instrução militar, ressalta a importância da formação de um sistema civil:

A minha política era a seguinte: vão freqüentar essa Escola, preferencialmente civis. O SNI é um órgão civil, e deve passar às mãos dos civis no mais curto prazo possível, inclusive a chefia. Claro que isso dependeria do Presidente da República. Mas a minha política era essa. Matriculei muito poucos militares durante o tempo em que estive no SNI [1969-1974]. Praticamente só civis, pessoal indicado por Ministérios, por

---

<sup>168</sup>D’ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Glauco Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Op. cit.*, 1994. P. 136.

<sup>169</sup>NA-BC-07-203 – Reservado – EsNI, 1972.



diferentes órgãos. É claro que sofriam um rastreamento, e mesmo lá dentro eram muito bem observados.<sup>170</sup>

Na década de 1970, entretanto, ingressaram na Escola alguns jovens oriundos do Núcleo de Preparação dos Oficiais da Reserva e do Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva, os chamados “oficiais R2”. Estes eram selecionados em suas unidades militares e, para se matricularem na Escola e realizarem os cursos, deveriam estar desincorporados do serviço militar. A maioria dos jovens tinham curso superior completo ou incompleto e integrariam o quadro de funcionários do SNI da década de 1980 até 1990. Desta forma, os postos chaves ocupados na ABIN<sup>171</sup>, ainda hoje são provenientes destes analistas de carreiras, os oficiais R-2, salvo, raras vezes, os concursados.

---

<sup>170</sup>D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Glaucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Op. cit.*, 1994. P. 94.

<sup>171</sup>Márcio Paulo Buzanelli, Diretor-Geral da ABIN entre os anos 2005 e 2007, fazia parte dos oficiais R2.

### CAPÍTULO III

#### **Da teoria à prática das informações – Análise dos materiais da Escola Nacional de Informações**

Nem todos os agentes que participaram de alguma forma do aparelho repressivo do Estado – ou do sistema de segurança – tiveram a mesma formação, conforme abordado no capítulo anterior. Não obstante, pretende-se demonstrar aqui, a partir da comparação entre o material do Estado-Maior das Forças Armadas, da Escola Superior de Guerra e da Escola Nacional de Informações, que os aspectos teóricos e conceituais que eram ensinados aos alunos eram muito semelhantes, com alterações apenas em sua abordagem ou na ênfase oferecida a determinados pontos.

O contato com os Estados Unidos durante a formação dos instrutores e até dos próprios alunos possibilitou a conexão entre a ideologia da segurança nacional e a prática anticomunista que esteve ligada ao combate de focos subversivos no ambiente interno. Todo esse ensinamento da Guerra Fria foi sistematizado com a Doutrina de Segurança Nacional, que não esteve restrita apenas aos bancos escolares da Escola Superior de Guerra, mas também permeou a formação dos alunos da EsNI.

A seguir serão vistos os instrumentos de sistematização do ensino na Escola Nacional de Informações que são, respectivamente, os cursos regulares e extraordinários e os estágios, a fim de apresentar os pontos de conexão entre a formação na Escola e os ditames da Doutrina de Segurança Nacional.

O primeiro diretor da EsNI, o general Ênio Pinheiro<sup>172</sup>, indica que a Escola era responsável pela formação tanto do analista de informações, que trabalhava processando informações, quanto do agente de rua que trabalhava na linha de frente das operações, segundo as fontes bibliográficas indicam. Informa também que eram oferecidos cursos permeados por uma doutrina anticomunista, pelo fato de estarem adaptados à DSN. Todos os cursos estavam sob um único “chavão” comunista e, assim sendo, não se diferenciavam substancialmente em termos de conteúdo e prática. Os cursos da EsNI eram divididos em três categorias: A) Altos Estudos, com duração de um ano letivo; B) Fundamentos; e C) Operações. Os dois últimos com duração de um semestre.

---

<sup>172</sup>

D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Glaucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Op. cit.*, 1994.

O horário de funcionamentos dos cursos era de segunda à sexta feira, em período integral, e contava com turmas de, no máximo, trinta alunos, formando, portanto, cerca de 120 pessoas por ano. Ademais, a Escola Nacional de Informações oferecia também, cursos extraordinários destinados a ministros e secretários-gerais com duração de dois dias.

A legislação que instituiu a criação da Escola Nacional de Informações, em seu artigo 5º trata dos cursos e estágios os quais passariam a ser de responsabilidade da EsNI:

Art. 5º Os Cursos e Estágios relacionados com as atividades de Informações do Sistema Nacional de Informações, em funcionamento em outras Escolas ou entidades de ensino, serão absorvidos pela Escola Nacional de Informações (EsNI), à medida que forem sendo ativados os seus Cursos ou Estágios considerados equivalentes.<sup>173</sup>

À vista disso, a EsNI cumpriu seu objetivo de centralizar a formação da atividade de informações no Brasil<sup>174</sup>. Para tanto, a Escola recebeu o Curso de Informações<sup>175</sup> – que integraria o curso categoria “A” - da Escola Superior de Guerra<sup>176</sup>. Destinado à formação e habilitação de analistas de informações em nível nacional, o curso “A” era voltado para a formação de chefias e analistas, sendo como uma pós-graduação, já que se exigia que o aluno-estagiário fosse formado no curso “B” ou “C”. Para o grupo civil, era requerido o título de formação universitária já, no caso de militares, deveriam ser oficiais das Forças Armadas, ocupantes de postos de Oficial Superior, sendo formados no Curso de Comando e Estado-Maior. O curso era realizado em dois módulos – A e B<sup>177</sup> – com duração de 41 semanas.

As aulas versavam sobre assuntos políticos, econômicos e sociais da realidade brasileira, tendo em vista a análise de conjuntura e estudo de casos. O Planejamento da EsNI de 1987 complementa que “em seus cursos básicos, será transmitido o conhecimento genérico a conjuntura interna e externa, nos campos político, econômico

<sup>173</sup>Decreto Nº 68.448, de 31 de março de 1971. Consultado em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=198597> no dia 29 de março de 2013.

<sup>174</sup>GONÇALVES, Joanival Brito. *Op. cit.*, 2008.

<sup>175</sup>O Curso de Informações da ESG havia sido instituído mediante o Decreto nº 55.791, de 23 de fevereiro de 1965, “com a finalidade de cooperar no estudo e desenvolvimento de uma doutrina de Segurança Nacional e preparar civis e militares para funções relacionadas com as Informações”.

<sup>176</sup>OLIVEIRA, Lúcio S. *Op. cit.*, 1999.

<sup>177</sup> Os alunos que realizassem o módulo “B” do curso “A”, eram dispensados do módulo “A”.

e psicossocial, com ênfase para os aspectos relacionados com a Segurança Nacional”<sup>178</sup>. A análise do material deste curso será pertinente em momento posterior, em que serão apresentadas sínteses de aula pertencentes ao curso, que versam, também, sobre os assuntos mencionados.

A segunda categoria de cursos, “B”, era destinada à formação de Analistas de Informações, assimilado do Curso de Informações do Centro de Estudos do Pessoal do Exército - CEP<sup>179</sup>. Era destinado a civis e militares que iriam ocupar as funções de Informações de nível médio ou de chefias em escalões intermediários do Sistema Nacional de Informações. Sendo assim, a formação dos analistas de informações era em nível regional e setorial – ligados à uma área da sociedade, como econômica, social, política, entre outros. Para o corpo discente requeriam-se oficiais das Forças Armadas detentores de postos de capitão e major, e civis com curso universitário completo.<sup>180</sup> A duração do curso compreendia 20 semanas, menos que a metade do curso anterior.

Lucas Figueiredo apresenta que o conteúdo do curso enquadrava matérias como sociologia, história, geografia e ciências políticas. Inicialmente, o aluno estudava a história do comunismo, desde o surgimento da doutrina, com Karl Marx, perpassando pela Revolução Russa em 1917, e finalizando com a Revolução Cubana e seus efeitos na América Latina. Com os materiais obtidos foi possível verificar que o curso versava sobre a análise e processamento de informes, bem como sua difusão e questões de segurança interna, como o combate à subversão que será bem explícita na análise dos materiais. Os processos descritos por Lucas Figueiredo fazem parte do material apresentado como do Curso “A”,<sup>181</sup>. Entretanto, como há diversas lacunas a serem preenchidas, não é possível afirmar que o material consultado em Brasília esteja completo, de modo a contradizer as afirmações do jornalista.

À terceira modalidade de cursos – categoria “C”- cabia a responsabilidade pelo campo prático<sup>182</sup> da atividade de informações e contava com um processo de seleção

---

<sup>178</sup>Diretriz para o Planejamento do Ano Letivo da EsNI em 1987. Material fornecido pelo Arquivo Nacional-DF

<sup>179</sup>Tanto o Curso da ESG quanto o do CEP, ao serem transferidos para a Escola Nacional de Informações, foram desativados em suas escolas de origem.

<sup>180</sup> OLIVEIRA, Lúcio S. *Op. Cit.*, 1999.

<sup>181</sup>As fontes do Curso “A”, como será visto adiante, são sínteses escritas por seus instrutores destinados à complementação verbal das aulas. Posteriormente, serão discutidas com maior precisão as matérias e temas debatidos nos referidos cursos.

<sup>182</sup>Fontes bibliográficas chamam atenção ao aspecto “prático” atividade, quando ressaltam as atividades realizadas nas ruas. Entende-se, na presente pesquisa, que o analista também participava da prática ao elaborar suas análises e sínteses. Desta forma, o uso do termo está adequado às discussões bibliográficas

mais rígido, pois seu objetivo era a formação dos “agentes de rua” do SNI, a atividade mais perigosa e delicada. Destarte, os Cursos de Operações de Informações, divididos em duas subcategorias C1 e C2<sup>183</sup>, eram destinados a preparação de pessoas para a coleta de informações e dados.

Para integrarem o corpo discente do Curso C1 demandava-se que pertencessem às Forças Armadas, ocupando os cargos de capitão e tenente e, no caso de civis, também deveriam portar nível superior. O objetivo residia na formação de quadros para a chefia das seções de informações e para o planejamento e direção das operações de coleta de informações. Já o público-alvo da modalidade C2 era composta por praças (especialmente suboficiais e sargentos) das Forças Armadas e civis com o nível médio de escolaridade.

Além dos cursos regulares, a EsNI oferecia os denominados “cursos extraordinários”, ministrados para adidos militares e funcionários públicos que trabalhavam com informações estratégicas. No caso dos adidos militares, e também das pessoas que, embora no exterior, tivessem contato com informações, a EsNI também oferecia um curso, contendo, inclusive, programas de total imersão idiomática.

Destinado aos Ministros de Estado, outro programa especial contou com uma carga horária de 48 horas. Segundo o general Ênio Pinheiro, todos os ministros deveriam fazer esse curso, embora separados, para lhes ensinar o que era informação, como usar essas informações que lhes eram repassadas, sua utilidade e importância.

Outro curso que merece destaque é o Curso de Analista da Área Econômica, ministrado de 2 de fevereiro a 23 de julho de 1981, e os Cursos de Informações do Campo Externo, realizado do dia 1º de março de 1982 a 8 de dezembro de 1989. Foram realizados também os *Estágios de Proteção da Informação Empresarial Sensível - EsPIE* entre os anos de 1985 a 1987.

Ademais, o curso de aperfeiçoamento de analistas foi oriundo da interação entre a Agência Central (AC) do SNI e a EsNI. Segundo as necessidades, a Agência Central defendia a necessidade de uma especialização de seus analistas e, de outro, a EsNI foi projetada para atender essa finalidade, estando apta a assumir, em termos de ensino, tal

---

sobre o assunto e remete-se às operações de campo.

<sup>183</sup> Os cursos categoria “A”, “B” e “C” foram regulados pelo primeiro Regulamento da EsNI, baixado em 1972, diploma que também contemplava os demais programas de ensino, denominados Estágios.

responsabilidade. Desta forma, era permitido a EsNI, a cada ano letivo, executar um curso destinado a determinada especialidade. Cada curso de aperfeiçoamento deveria conter dois módulos, sendo o primeiro à distância, através da correspondência, e o segundo presencial, em que os alunos se reuniram na Escola. Ambas as fases correspondiam à carência pela qual passaria o SNI caso a maioria de seus analistas fosse afastados de seus cargos e deveres, em suas agências, por um tempo prolongado.

O grande desafio que coube à EsNI foi o desenvolvimento de um curso à distância eficaz e com a devida qualidade. Para tanto, contou-se, especialmente, com a Divisão de Pedagogia para a organização do Curso de Analistas do Campo Econômico<sup>184</sup>, o primeiro e único desta modalidade realizado pela EsNI. O ensino à distância, em que a EsNI foi pioneira, baseava-se na elaboração de apostilas por professores selecionados da Universidade de Brasília – UnB, rigorosamente elaborado em termos pedagógicos pela Divisão de Pedagogia. As apostilas possuíam um capítulo exclusivo para uma autorreflexão sobre o tema abordado, oferecendo material e bibliografia complementar sem sobrecarregar os alunos matriculados. Além disso, a EsNI disponibilizou uma linha telefônica exclusiva para atendimento dos alunos.

Os principais objetivos do Curso de Estratégia era proporcionar ao pessoal da EsNI a dimensão estratégica de seus estudos e de suas análises, compatibilizando, também, o Plano Nacional de Informações (PNI) com o nível dos planejamentos político-estratégicos do Poder Executivo em esfera federal. Também era incumbência deste Curso proporcionar condições para que a doutrina de informações sedimentasse aspectos referentes aos valores, conceitos e princípios da DSN na vida de cada cidadão.

A Divisão de Pedagogia da EsNI, por sua vez, elaborou uma pesquisa pedagógica, contabilizando em esfera nacional e internacional, os prováveis conhecimentos que um analista de estratégia deveria ser portador para o cumprimento adequado de suas incumbências e funções.

Durante poucos anos o Curso funcionou, mesmo com o incorreto nome de Curso de Informações do Campo Externo (CICE), quando, na verdade, o campo externo era uma derivada da grande Estratégia Nacional, e o currículo assim o expressava. Mas esse óbice não ofuscou o valor do Curso, confirmado por pessoas que o fizeram e não integravam o quadro do SNI. Os analistas que freqüentaram o Curso e eram do SNI também avaliaram-no como de grande importância para o SNI. Lamentável que tenha sido interrompido sem que houvesse o tempo necessário para criar uma massa crítica de analistas com a visão estratégica das informações<sup>185</sup>.

---

<sup>184</sup>Este curso foi realizado em 1980.

<sup>185</sup>OLIVEIRA, Lúcio S. *Op. cit.*, 1999. P. 70.

Durante o período em que a EsNI formou os agentes para o Sistema Nacional de Informações, o número de intercâmbios com escolas de agências de informações e inteligência de outros países como Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, foi alto, o que mostra a influência apreendida através do contato com outros países capitalistas.

Ao longo da trajetória histórica da EsNI, foram realizados diversos cursos, programas de treinamento (cursos e estágios) e eventos especiais – seminários e painéis, visando sempre ao aprimoramento do grau de especialização dos agentes e da doutrina nacional de Informações.

Além dos cursos, a EsNI também oferecia estágios delineados em 3 categorias: 1) De informações, voltado para os cargos de analista, auxiliar de analista, adido militar e auxiliar de adido militar; 2) de Contrainformações, voltado para as funções de contraespionagem, criptologia, auxiliar de criptologia, análise de propaganda adversas e segurança de familiares de adidos; 3) De Operações destinado aos cargos e funções de chefe de seção de operações, adjunto de seção de operações, operação de informações paraquedistas, entrevista, auxiliar de entrevista, eletrônica, fotografia para agentes, fotografia para técnico de laboratório, proteção de autoridades, fotointerpretação e auxiliar de fotointerpretação.

O documento básico que regulava as atividades de ensino e doutrina integrantes da missão institucional da EsNI era o Plano Geral de Ensino – PGE, um documento continuado e anual. Entretanto, o PGE esteve imbrincado ao primeiro Manual de Informações (M-07), já citado anteriormente.

Como explicitado anteriormente, o militar responsável pela montagem e estruturação da EsNI foi o general Ênio dos Santos que, convidado pelo presidente norte-americano Richard Nixon e pelo FBI, viajou a Washington, juntamente com o almirante Sérgio Doherty, no início de 1971. Através desse contato, os instrutores norte-americanos propuseram ao general Ênio Pinheiro eixos e perspectivas para a montagem de uma escola de inteligência. As orientações fornecidas pelos norte-americanos não se restringiam ao campo teórico, institucional e administrativo, os ensinamentos “práticos” também entravam em pauta como, por exemplo, a abordagem durante um interrogatório:

A primeira providência, ensinaram os americanos, era tirar toda a roupa do prisioneiro – um modo de evitar acidentes com objetos escondidos ou mesmo cintos e cadarços e também uma forma de humilhar o preso, quebrando sua resistência. Enquanto um interrogador fazia perguntar, outro tomava nota e um terceiro assistia a tudo numa sala contigua escondido por um espelho falso. [...] em outra aula, o general e o almirante viram como os agentes secretos americanos faziam o controle da embaixada russa em Washington e vigiavam os espões de Moscou disfarçados de diplomatas. Era uma operação ultra complexa que impressionou os militares brasileiros [...]<sup>186</sup>.

Ao retornar ao Brasil, o general Ênio Pinheiro responsabilizou-se pela formulação do material da escola brasileira baseando-se em informações, relatórios e documentos trazidos dos Estados Unidos, sem deixar claro, como ele próprio confessa à Maria Celina d’Araujo em sua coletânea “*Anos de Chumbo – memória militar sobre a repressão*”, a fonte. Portanto, é nítido o embasamento teórico provindo dos materiais da CIA e do FBI permeando o primeiro material da escola de informações brasileira. O próprio entrevistado diz ao retornar ao Brasil que coletou “todo o material e fui mostrar ao presidente para combinar a forma como iríamos empregá-lo. Dei uma pinçadas e fui fazendo os documentos brasileiros baseados nos documentos americanos, sem dizer a fonte”<sup>187</sup>.

Serão retomadas abordagens dos capítulos anteriores para que se perceba que a questão da educação dos agentes de informações vai além da própria Escola Nacional de Informações. A educação compreendeu uma estrutura mais ampla que extrapolou a burocracia das Forças Armadas, ao perpassar pela Escola Superior de Guerra, Serviço Nacional de Informações e pelo Estado-Maior das Forças Armadas. A formação dos agentes que será vista adiante, tem uma conotação doutrinária pautada na ideologia da segurança nacional, compreendendo muitos aspectos presentes na Doutrina de Segurança Nacional, desenvolvida pela Escola Superior de Guerra. Assim, serão analisados não somente o nível e o formato desta formação, mas também sua natureza, para que se note a forma ideologizada, fortemente radicada na Doutrina de Segurança Nacional, em que a educação na EsNI era transmitida.

Tendo em vista as transformações no pensamento militar analisadas no primeiro capítulo desta dissertação, principalmente no que concerne à área de informações,

<sup>186</sup> FIGUEIREDO, Lucas. *Op. cit.*, 2005. P. 222-223.

<sup>187</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Glaucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Op. cit.*, 1994. P. 135.



poderá ser comprovada a ideologização da nova conduta militar, que interfere substancialmente na vida política e econômica<sup>188</sup> brasileira. Assim, o combate à subversão e ao comunismo extrapolou a esfera policial e militar e abrangeu, também, a esfera política, econômica e psicossocial, justificando, assim, a criação do conceito de “inimigo interno”. A partir disso, o foco de combate das Forças Armadas não estava mais restrito às nações, mas ao conceito de “ameaça comunista” e que, como uma concepção universal, estaria presente em âmbito interno e externo do país. Isto posto, é possível apreender que o conceito de inimigo interno também teve grande impacto na violência política ocorrida no Brasil à época<sup>189</sup>.

A seguir será analisada parte do material disponibilizado aos cursos regulares da Escola Nacional de Informações - A, B e C – comparativamente, quando possível, ao material ofertado pelo Estado-Maior das Forças Armadas e pela Escola Superior de Guerra. É necessário que se esclareça que a ESG oferecia cursos, desde 1959, ligados ao setor de Informações e promovia palestras e conferências com especialistas da área. Nos cursos ministrados por esta Escola, como será visto adiante, era defendida a necessidade de um governo ter um sistema de informações forte, conforme dita a mensagem do presidente Castelo Branco em prol da aprovação do projeto de Lei de criação do SNI<sup>190</sup>. Não apenas isso, questões conceituais – conceito de informações – e metodológicas – como redigir um informe e transformá-lo em informação – estavam presentes, igualmente, no material exposto ao alunos da EsNI.

Samantha Viz Quadrat disponibiliza o conteúdo programático da Escola Superior de Guerra, dois anos antes da criação da EsNI que, em muito se assemelha ao oferecido nesta Escola.

Movimento Estudantil: (1. Estudo das Organizações Nacionais; 2. Relacionamento do Movimento Estudantil no País e no Exterior e suas consequências; 3. Recomendações para equacionar o problema); Estudos de

---

<sup>188</sup>É importante considerar o binômio “Segurança e Desenvolvimento” como uma política nitidamente intervencionista e que ia ao encontro da Doutrina de Segurança Nacional.

<sup>189</sup> Segundo João Roberto Martins Filho, existiu uma grande influência francesa na repressão. Após a derrota nas guerras do Vietnã e da Indochina, os franceses desenvolveram o conceito de “Guerra Revolucionária” como bem é estudado nas apostilas, e a tortura era justificada como uma arma de guerra anti-subversiva. IN: MARTINS FILHO, João Roberto. *Tortura e ideologia: os militares brasileiro e a doutrina de guerre révolutionnaire (1959-1974)*. IN SANTOS, Cecília; TELES, Edson e TELES, Janaina de Almeida. *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009, v. 1. P. 179-203.

<sup>190</sup> Esta informação já foi mencionada no primeiro capítulo da dissertação.

Estado-Maior; Exercícios de Estado-Maior; Trabalho Especial; Viagem de Estudos e Estágio (no SNI)<sup>191</sup>

Será possível perceber, assim, como os conteúdos eram análogos. A própria organização das sínteses de aulas, como será vista abaixo, aborda incessantemente a organização do movimento subversivo, principalmente ligado ao setor estudantil. Sendo assim, é possível afirmar que a ESG ofereceu subsídios e, até mesmo, o conteúdo para a elaboração do material ofertado pela EsNI.

### ***Fichas de resumos para as aulas do curso modalidade “A” da Escola Nacional de Informações***

Os primeiros arquivos da modalidade do Curso “A”<sup>192</sup>, de pronto, já indicam uma grande preocupação na aprendizagem e compreensão de doutrinas comunistas e socialistas e é denominado *Aspectos da Guerra Contemporânea*. Parte deste material é inspirado e até mesmo copiado na íntegra do manual oferecido pela Escola Superior de Guerra, datado de 1969<sup>193</sup>.

As alterações da concepção de Inimigo Interno contribuíram para que fosse sentida a urgência de novas estratégias de combate. Os conceitos de Guerra Insurrecional e Guerra Revolucionária que permearam este material baseavam-se, em grande parte, na doutrina de guerra francesa. O intercâmbio de estudantes e, até mesmo, instrutores à Escola Superior de Guerra de Paris contribuiu para que os oficiais, desde os tempos de JK, retornassem ao Brasil com o material e a concepção francesa sobre o assunto. Tais concepções tomaram forma, inicialmente, na Escola Superior de Guerra brasileira – ESG – cuja responsabilidade foi identificar dentro do quadro teórico de Guerra Insurrecional e Guerra Revolucionária a própria realidade nacional em consonância com uma guerra possível e provável. Embora no Brasil não houvesse fortes

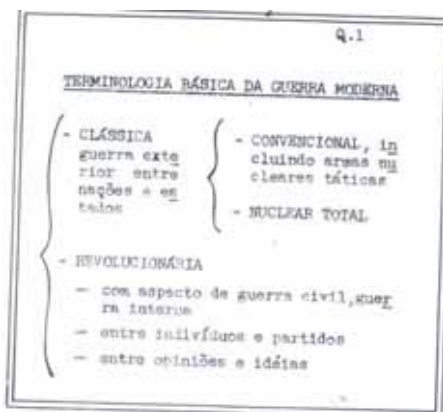
<sup>191</sup> QUADRAT, Samantha Viz. *A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)*. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752012000100002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752012000100002&script=sci_abstract&tlng=pt). Acessado em 10 de outubro de 2013. Publicado no volume nº 28, nº 47, da revista *Varia História*, da Universidade Federal de Minas.

<sup>192</sup> Após uma vasta pesquisa na sede do Arquivo Nacional em Brasília-DF foi possível encontrar em uma caixa denominada *Escola Nacional de Informações* uma pasta intitulada de “Sínteses para aula (fichas-resumo) anteriores a 1978”, uma série de manuscritos que continham preceitos importantes que permeariam as aulas do curso responsável pela formação de analistas de informações em nível nacional.

<sup>193</sup> *Aspectos da Guerra Contemporânea: Guerra Revolucionária (C-20-69)*, de 1969.

expectativas da ocorrência de um conflito nuclear, era notável que as formas de guerra convencional já pertenciam ao passado, mas a guerra revolucionária, ligada ao comunismo, caracterizada pela revolta e insatisfação no campo e nas cidades, era algo latente e compreendida como muito próxima à realidade brasileira.

Com isso, o material proposto pelo Estado-Maior das Forças Armadas e formulado pela Escola Superior de Guerra, em 1959, esteve muito próximo conceitualmente do ofertado em 1969 pela mesma instituição, bem como o material ofertado aos alunos do Curso “A” da Escola Nacional de Informações, em 1972, o que permite observar que as ideias transmitidas estavam permeadas pelo ideário anticomunista formativo, ligado à atuação das Forças Armadas há, pelo menos, 13 anos. A partir das figuras abaixo, é possível observar inúmeras semelhanças sobre os conceitos passados a ambos os cursos:



Fonte: *Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária*. P. 2. Estado-Maior das Forças Armadas e Escola Superior de Guerra, 1959; C-85-59. Disponível no Arquivo Ana Lagôa.

Em sucessivas conferências internacionais mostrou que, em função das progressivas técnicas classificatórias e de novas concepções políticas, a guerra vem apresentando características próprias nos dois últimos séculos, e mesmo após a Segunda Guerra Mundial, nos últimos 30 anos. A guerra deixou de ser um ato de força exclusivo dos Estados Unidos, que influenciava muito sobre a vida das nações mais afastadas do cenário "teatro de operações", para assumir um caráter complexo, predominantemente político, com profundas repercussões socio-econômicas na vida de uma nacionalidade.

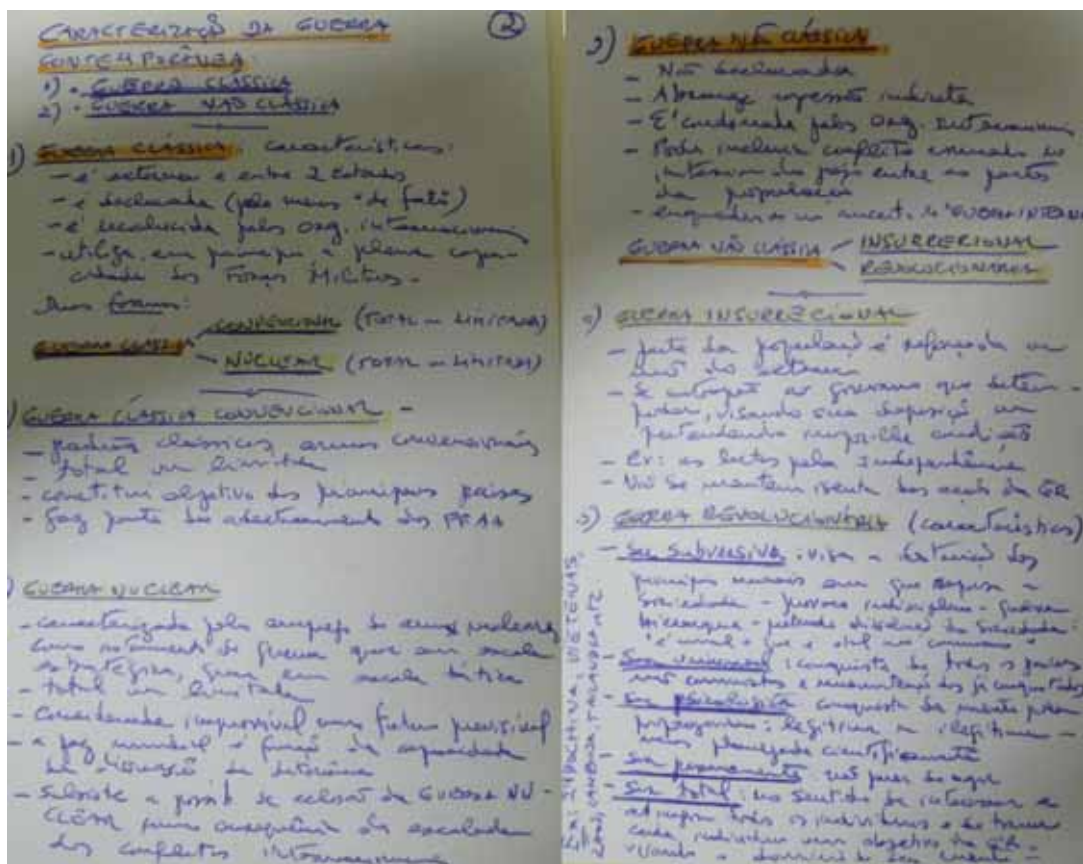
Ficou evidente, no estudo das generalidades dos aspectos contemporâneos da guerra, que a Guerra Revolucionária é um processo permeado de subversão, considerado por sua estrutura socialista, infiltrada nos principais setores de estrutura administrativa e social das países democráticos, visando à sua desagregação e substituição por uma sociedade comunista.

O estudo comparativo entre a guerra clássica e a Revolucionária é facilitado por este quadro:

QUADRO COMPARATIVO	
GUERRA CLÁSSICA	GUERRA REVOLUCIONÁRIA
1- Destina-se a solucionar litígios entre nações e Estados de nações.	1- Destina-se à conquista e manutenção do poder em favor do Comunismo Internacional.
2- Procura derrotar as forças armadas contrárias e ocupar as fortificações para se dar a vitória.	2- Procura conquistar a mente da população para, após a subversão, estabelecer o poder.

1- Imprega as Forças Armadas da nação ou o emprego com o apoio de todas as atividades nacionais.	1- Emprega grupos organizados e atuantes dos agitadores que, em última análise, subvertem a nação-alvo.
2- Utiliza como instrumento de ação o armamento convencional ou nuclear dos equipamentos, auxiliado pelas Operações Psicológicas.	2- Utiliza como principal instrumento de ação a agressão psicológica, armada com ações violentas conforme fins visadas.
3- É, tradicionalmente, declarada, regulada pelo Direito Internacional.	3- Sua ação sub-reptícia e incógnita não é prevista pelo Direito e pela moral. "Status" não declarado.
4- É ocasional e de duração limitada, claramente demarcada na vida dos povos.	4- É permanente. Difundida pelo comunismo sobre a vigília.
5- Move-se por interesses nacionais das nações, sensíveis e necessita de participação de todas as esferas da P.N.	5- Move-se por interesses ideológicos, republicana e não o Poder Nacional ou o Partido do Comunismo Internacional.
6- Especialmente, fica restrita à nação ou grupo ou choque.	6- Abrange a totalidade das nações mesmo as já subjugadas.
7- É considerada por todos como natural, procurando, quando possível, ser evitada, ou já rápida.	7- É considerada indesejável e desagradável para a sobrevivência do Comunismo Internacional.

Fonte: Aspectos da Guerra Contemporânea – A Guerra Revolucionária. P. 2 e 3. Estado-Maior das Forças Armadas e Escola Superior de Guerra, 1969. C-20-69. Disponível no Arquivo Ana Lagôa.



Fonte: Sínteses de aula do curso "A" da EsNI. Disponível no: Arquivo Nacional – DF.

A parte inferior da segunda folha da síntese reproduzida acima foi concatenada na íntegra do material do EMFA de 1969, o que permite observar a apropriação de diversos conceitos para a formação dos agentes e a permanência da ideologia ao longo das décadas no interior das Forças Armadas.

São características do movimento comunista internacional:

- Ser subversivo - Dizia VYSHINSKY da tribuna das Nações Unidas, em 1945:

"Nós não venceremos o Ocidente por meio de bomba atômica. Venceremos com qualquer coisa que o Ocidente não compreende - as nossas cabeças, as nossas idéias, a nossa doutrina."

E, para subverter as idéias, a conduta, as aspirações dos povos visados, sua arma principal é a propaganda, cientificamente planejada e servida por todos os meios de comunicação de massa de que a tecnologia dispõe.

- Ser global - Tem por alvo todos os países em que os comunistas não estão no poder. Uns toma a forma visível ou declarada, noutros age apenas nas sombras, consoante as facilidades que lhe forem dadas. Nos países onde já detêm o poder os comunistas continuam atuantes, para manter a todo o custo a ideologia e o estado totalitário.

- Ser permanente - Os interregnos da atividade subversiva são aparentes. Os supostos períodos de calma representam, na verdade, para as táticas para uma economia de meios e/ou reformulação de planos.

- Ser total - A subversão comunista se exerce em todos os planos da vida humana e com todos os meios disponíveis. Atinge o físico, o moral, o intelectual e o espiritual. Vale-se da simulação, da corrupção, do medo, da cobiça, da traição - nada lhe é vedado.

- Ser indispensável - Sem o império absoluto do comunismo em todo o mundo, periclitam, no entender deles próprios, a sua sobrevivência.

Fonte: *Aspectos da Guerra Contemporânea – A Guerra Revolucionária*. P. 11. Estado-Maior das Forças Armadas e Escola Superior de Guerra, 1969. C-20-69. Disponível no Arquivo Ana Lagôa.

O material da Escola Superior de Guerra destaca, inúmeras vezes, o plano de fundo conflituoso pós Segunda Guerra Mundial. Define que, inserido no contexto da Guerra Revolucionária, estão inúmeros movimentos subversivos com o objetivo de contornar as premissas da existência pacífica. A alteração de concepção da Guerra

Clássica, em que o objeto real a ser combatido não é mais um exército inimigo ou uma Nação, mas sim uma ideia, conforme demonstra o material da ESG, pode ser observado em outros locais também, como palestras do Primeiro Curso Interamericano de Guerra Contrarrevolucionária. Nesta palestra o tenente-coronel Danilo da Cunha E. Mello declara que “a guerra revolucionária está desencadeada, praticamente, em todos os países do mundo, ela existe e vive no subterrâneo, pois se caracteriza na luta entre os dois mundos ideológicos – ocidental e oriental”<sup>194</sup>.

O material obtido no Arquivo Nacional corrobora com a impressão dos militares, já difundida desde a década de 1950. É possível destacar os conflitos dominantes atuais (subversivos ou nuclear), que se relacionam com a política ou com o espaço geográfico. E a partir disto, a forma é delimitada podendo analisar a natureza e/ou vulto dos meios empregados e a forma das operações. Não apenas são estas questões abordadas a respeito da Guerra Contemporânea, mas também a que enumera sua forma clássica, entre convencional e nuclear e sua forma não clássica - a insurrecional e revolucionária. São explicadas as principais características e objetivos destes tipos de conflitos. Importante observar que a quantidade de conteúdo e explicações sobre as formas internas de conflito são arduamente enumeradas. Existem muitas explicações sobre movimentos revolucionários, processos subversivos e uso da violência, bem como a enumeração de diversos tipos de guerras internas como guerras civis, de resistência, de independência, insurrecionais e revolucionárias. Seguem exemplos do que foi denominado de Guerras não clássica e do tipo de abordagem tratadas com os futuros analistas.

Após apresentar um quadro-resumo que abrange as principais relações entre as finalidades da Guerra Revolucionária, suas finalidades, formação cultural e os processos que ela utiliza, o autor da síntese do Curso “A” estabelece diferenças entre democratas e comunistas a partir da comparação de teóricos como Schuman, Clausewitz, Ludendorf e Rotheffelds em perspectiva a “Lenine” e Mao-Tsé-Tung. O material aborda as teorias de cada pensador e as compara de acordo com o viés político predominante – se sua opção estava ligada à esquerda, direita, extrema-direita, democracia, como pode ser observado no quadro abaixo:

---

<sup>194</sup>Essa versão foi dirigida à Aeronáutica, mas as palestras foram reunidas e publicadas pelo Mensário de Cultura Militar do EME em número especial em outubro de 1962. IN MELLO, Danilo da Cunha E. *Técnicas destrutivas e construtivas*. P. 69.

1  
 CATEGORIA: Guerra Contemporânea  
 Conteúdo: Relação entre Guerra e Paz  
 Características: Guerra e Paz  
 Objetivos: Análise da Guerra e Paz

PENSADORES	PENSAMENTO	CONCLUSÃO
BLAUSEWITZ ROTHEFELDS BEAUFRÉ SPICKMAN SCHUMAN	<u>HUMANISTA-DEMOCRATA</u> A guerra é uma alternativa menos desejável, adotada para alcançar os objetivos da política	<u>DEMOCRATAS:</u> a paz deve ser a situação predominante no âmbito interno e nas relações entre os países
LUDENDORF	<u>RADICAL EXTREMA-DIREITA</u> A política deve ser a guerra. Existe certa qualificação que entra de forma decisiva na política e a guerra é consequência	<u>COMUNISTAS:</u> a paz é uma condição futura que prevalecerá nos países por eles conquistados
LENINE	<u>MARXISTA-LENINISTA</u> A guerra deve ser tratada como um todo e é uma guerra indivisível, global, permanente, objetiva e impetuosa de caráter universal e totalitário	
MAO-TSE-TUNG	<u>MARXISTA</u> A guerra é total. Segundo Mao, a guerra não é de si total, deve ocorrer em um país e a conquista do Hanoi como objetivo da Guerra Revolucionária	

O Estado-Maior das Forças Armadas, na apostila já nomeada, também ressalta a importância de se aprofundar em tais estudos e pensadores com a finalidade de precaução e até mesmo de “revide”. Demonstra, igualmente, que tais ideias culminam em “guerra interna, cruenta e arrasadora, como etapa final da conquista do poder”<sup>195</sup>. Esta mesma definição também participa da base legal do Estado brasileiro presente na Lei de Segurança Nacional de 31 de março de 1967. Com isso, é possível observar que ensinamentos como estes, de cunho orientado ideologicamente, extrapolavam o campo teórico e de ensino das Forças Armadas e do Sistema Nacional de Informações, pois estavam incorporados na própria dinâmica legal do Estado.

É importante observar, também, o papel “autodefinido” de democratas, cujo objetivo é a busca de uma sociedade em que a condição de paz deva ser dominante tanto em âmbito interno quanto externo. Já os comunistas são definidos como pessoas em que a paz seja “uma condição futura, que prevalecerá nas áreas por eles conquistadas”.

Como todo material produzido por países adeptos da Doutrina de Segurança Nacional em momentos de Guerra Fria, não poderia deixar de ser mencionados o terrorismo e a Guerra Revolucionária Comunista, cujas finalidades são enumeradas em parceria com o movimento revolucionário. O material mostra como os supostos “inimigos da Nação” utilizariam reivindicações populares para provocar uma evolução

<sup>195</sup>C-20-69, Estado-Maior das Forças Armadas, 1969. p. 8.

violenta desta, podendo culminar, até mesmo, em ações armadas. A seguir descreve duas categorias de ações violentas que são as táticas de rua e ocupações e sete tipos de ações armadas, respectivamente: incursões, emboscadas, assassinatos, sequestros, assaltos, resgate de presos e propaganda armada.

A obsessão anticomunista persiste quando é apresentado aos futuros analistas um estudo sistemático das Guerrilhas, cujos objetivos seriam a desmoralização das forças militares e políticas do Brasil e a constante busca de obtenção de apoio da população. Ademais, é afirmado que também as guerrilhas tinham como objetivo a criação e o apoio a um Exército Regular Revolucionário – EER. Uma guerrilha bem estruturada também tem seu próprio serviço de informações e este tem uma importância vital para a própria sobrevivência do movimento guerrilheiro pois uma de suas principais necessidades consistem na coleta de informações sobre os quatro campos do poder e sobre a situação de outros sistemas de informações. Alega o material que os guerrilheiros utilizam como suas principais fontes de informações as provenientes dos “componentes subterrâneos” e oriundas da própria força guerrilheira. Por fim, apresenta a importância já exaustivamente citada do apoio logístico para o movimento guerrilheiro e as ações rurais e urbanas que variam de acordo com as condições do meio e condições ideológicas. Outras variantes são apenas citadas como a formação de quadros, reorganização militar e o papel dos “líderes velhos”.

Após a abordagem do movimento comunista internacional, o instrutor faz um quadro comparativo entre o modelo asiático e o modelo cubano, cujas principais lideranças ele apresenta respectivamente como Mao Tsé-Tung e Che Guevara. O quadro enumera as principais características e diferenças que envolvem a questão de liderança, atuação, ações de massa e periodicidade da guerra. Ainda apresenta a evolução do domínio das áreas rurais e urbanas e a organização da guerrilha, considerando as principais diferenças sino-cubanas. Enquanto o modelo chinês conta com forças locais, milícias regionais e forças regulares e principais, o modelo cubano depende de uma hierarquia ao estilo militar em que existem os postos de comandante chefe, comandante regional, comandante de coluna, capitão, tenente e soldado. A seguir consta o quadro referencial do instrutor:



DIFERENÇAS DO MODELO ASIÁTICO E CUBANO		MODELO ASIÁTICO	MODELO CUBANO
		CARACTERÍSTICAS	PC DIRIGE O MOVIMENTO ATUAÇÃO RURAL COORDENAÇÃO RURAL/URBANA AÇÕES DE MASSA (PREP. POLÍTICA) GUERRA PROLONGADA
EVOLUÇÃO DO DOMÍNIO DAS ÁREAS RURAIS (MÓV. DOS FOCOS CUBANOS)	ATIVISTAS E PC VÃO PARA ÁREAS PROFUNDAS FIM AGIT-PROP INFIETRAM. NA ÁREA INÍCIO DE PEQUENAS AÇÕES INTENSIFICAÇÃO DA AGITAÇÃO RECRUTAMENTO EXPANSÃO DAS OPERAÇÕES TÁTICAS CONDUÇÃO DE "ELEIÇÕES" CRIAÇÃO DO E.R.A. (EX. REG. REV.) DECOMPLEMENTOS	VANGUARDA REVOLUCIONÁRIA E INSTALAÇÃO ESTÁGIO DE FIANÇA (DEFENSIVA ESTRATÉGICA) ESTÁGIO DE DEFESA (EJECUÇÃO DE ESTRATÉGIAS) ESTÁGIO DE OFENSIVA	
ORGANIZAÇÃO GOVERNATIVA	FORÇAS REGIONAIS MILÍCIAS LOCAIS: - DE GUERRILHA (NA ÁREA DE INFLUÊNCIA) - DE AUTO-DEFESA (NA ÁREA DE INFLUÊNCIA) - DE AUTO-DEFESA CLANDESTINA (NA ÁREA DE INTERCÂMBIO) FORÇAS REGULARES OU PRINCIPAIS	O CHT-CREDE NOMEIA OS DIFERENTES CHT REGIONAIS QUE JÁ SE FORMAM NA COLUNA O CHT-REGIONAL NOMEIA OS CHT DE GUERRILHA - DE AUTO-DEFESA - DE DEFESA ADAPTAÇÃO DO CHT DA COLUNA EXISTEM OS POSTOS DE CAP + TÊN. SENDO ESTE O ÚLTIMO - POSTO-ADAPTAÇÃO - SÓBIO	
	O RECRUTAÇÃO INICIAL NA FUZIL - JAMAIS PERMITIRIAMOS O PC MANEJAR	GUERRILHA: NÃO SE TRATA DE UMA GUERRA DE FOCO O PARTIDO TEM O FOCO PROLETÁRIO	

Após a explanação sobre o movimento comunista internacional, o material se foca no Movimento Comunista Brasileiro. Apresenta o histórico da atuação do Partido Comunista entre os anos de 1953 e 1961, correspondendo, respectivamente, à morte de Stalin e a renúncia de Jânio Quadros. Afirma que, neste momento, as conjunturas se mostravam favoráveis ao avanço comunista e, por isso, durante o governo de Café Filho e JK, inúmeras lideranças comunistas assumiram postos-chave no Estado. As consequências dessas ações são inúmeras, tais como confusões a membros de outras coalizões e opções ideológicas, fundação das Ligas Camponesas, infiltração nas Forças Armadas e o apoio à posse de João Goulart no momento da renúncia de Jânio Quadros. Posteriormente é apresentada a atuação do movimento entre os anos de 1961 e 1964, correspondentes à posse de João Goulart e ao início da “Revolução” de 1964. Explana, ainda, a atuação em conjunto do MCB e de inúmeros órgãos governamentais, em que se afirmou que a infiltração foi acentuada quando os comunistas se “assenhoraram de justas aspirações” que já rondavam a sociedade brasileira como a Reforma Agrária e Urbana, a defesa de riquezas minerais, a alfabetização em massa, entre outros. Processos de luta interna, formação de dissidências e busca de apoio externo também são apresentados como informações importantes para o combate ao Movimento.

A participação do Movimento Comunista Brasileiro não é estudada apenas em âmbito interno, mas perante o contexto internacional, citando a participação no XX Congresso dos PCUS em 1956 e o reflexo da Cuba comunista no partido, a partir de 1961.

Com uma temática diferente das anteriores, que se caracterizam pela difusão de conceitos ideologizantes e de conteúdos anticomunistas, é abordado nas sínteses o processo de espionagem e contraespionagem. Isso sugere que o Curso “A” foi dividido em, pelo menos, dois tópicos distintos, cujo primeiro momento retrata a história do comunismo e os métodos de guerra não clássica, e o segundo se mostra mais ligado às operações e à formação de chefias que, de fato, é apresentado como o objetivo principal deste curso.

A abordagem que se concentra no processo de espionagem, instrui sobre a hierarquia de controle (encarregados da área, encarregados do caso, chefe do posto), de busca (agentes principais, agentes e informantes) e apoio (Utilidade Operacional e Ligação) de forma a compor os componentes da operação. Posteriormente é abordado o tipo de operação – seja ela legal ou ilegal – apresentando seus riscos e vantagens em conjunto com o papel das relações diplomáticas neste setor. Os sistemas Operativos também são explanados, para que se entenda a diferença entre um sistema linear – composto por um agente sob o controle de um agente principal -, uma rede ou um agente isolado – este não conta com o controle de um agente principal.

Os estágios de operações são arduamente explicados e divididos em nove partes sendo, respectivamente: I) Escolha do Alvo; II) Escolha do tipo de operação e do sistema operativo; III) Assinalação do agente e suas potencialidades; IV) Investigação; V) Recrutamento do agente; VI) Instrução do agente; VII) Experimentação; VIII) Busca clandestina; IX) Comunicação, abordando seus meios e artifícios.

O próximo tópico se concentra nas atividades de contrainformação, como a contraespionagem, cujas principais missões apresentadas são dificultar, identificar, neutralizar e bloquear as ações das organizações diversas em nome da Segurança Nacional. Os princípios básicos apresentados pelo material consistem nos organizacionais (integração e centralização) e operacionais (infiltração), e as principais

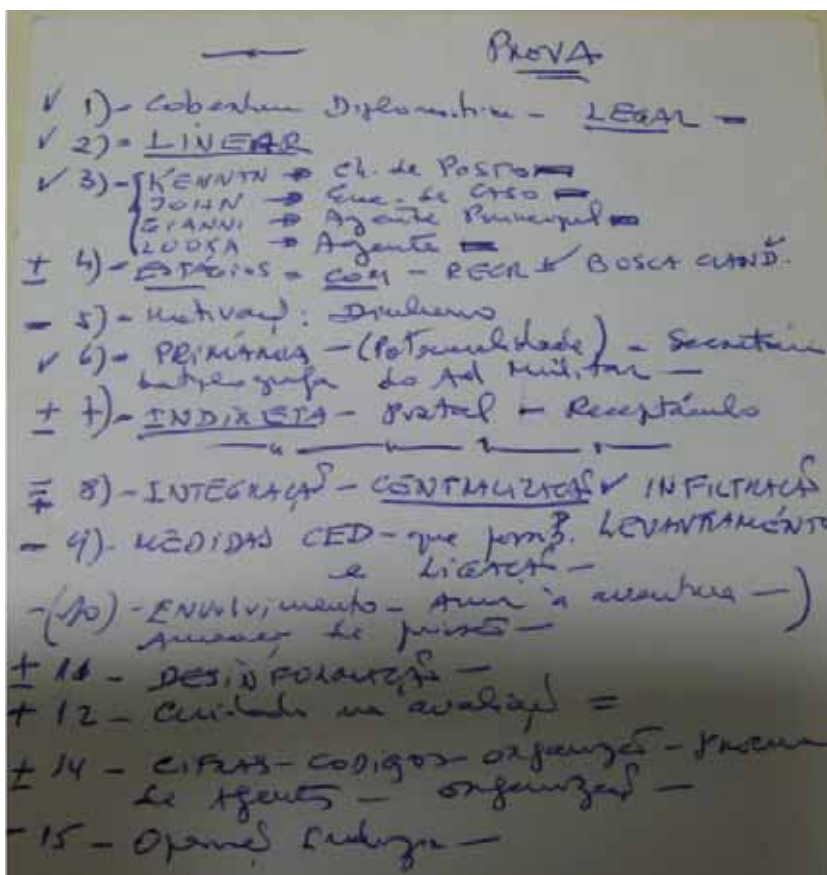
medidas tomadas pela contraespionagem podem ser defensivas ou ofensivas, variando de acordo com as conjunturas.

O conceito de desinformação finaliza o material, que defende sua importância tendo em vista a manipulação planejada de dados reais ou fictícios para confundir as organizações com informações diversas. Também apresentam os principais meios que consistem no uso de criptografias falsas e agentes duplos.

O instrutor, por fim, apresenta uma revisão breve para a prova, através de resumos que basicamente reproduzem os principais tópicos abordados em sala de aula. A prova apresenta basicamente questões de múltipla escolha com minoria de questões dissertativas, em que se decora uma variedade de termos e informações, consistindo em avaliações que não prezam tanto pelo raciocínio e sim por decorar conceitos. Portanto, é possível observar que havia um alto nível de cobrança, porém, realizada de forma equivocada. A maioria das provas contemplava questões de múltipla escolha ou continha textos para o preenchimento de lacunas. Apenas algumas poucas questões eram dissertativas. Havia apenas dois conceitos para os testes: “S” de suficiente e “I” de insuficiente. Os alunos recebiam as notas individualmente, em um envelope lacrado e grampeado e, anexado à nota, vinha um ranking da classificação do aluno em relação ao restante da turma. Os estagiários podiam tirar no máximo três “I”, em um total de 12 ou 13 notas, o que motivava os alunos a estudarem até de madrugada a fim de decorarem textos imensos. Caso o desempenho se mostrasse insatisfatório a qualquer momento, estavam encerradas as chances de trabalho no SNI e a continuidade dos estudos da EsNI<sup>196</sup>.

---

<sup>196</sup> FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit, 2008.



O material analisado do Curso “A” apresenta como foco principal a compreensão da Guerra Contemporânea e o combate ao comunismo. A partir de um viés mais específico, oferece aos futuros chefes uma perspectiva do que consistirão seus principais alvos e métodos de combate: adeptos do Movimento Comunista e o uso da espionagem e contraespionagem. Diferentemente do curso “B”, conforme será visto adiante, cujo foco é processamento de informes e questões teóricas da carreira de informações.

#### *Apostilas do Curso modalidade “B” da Escola Nacional de Informações, 1972*

Uma das preocupações que rondavam os agentes de informações era o estabelecimento de conceitos e de uma linguagem comum, que fossem adotados por todos os membros da comunidade de informações. Os cursos ministrados na EsNI defendiam a urgência de um governo, dotado de seriedade, ter um sistema de

informações forte, interdependente que esteja atento às urgências nacionais. Devido a isto, deveriam ser ensinadas diversas técnicas, teorias e metodologias. Não apenas isso, a área de informações também sentia uma imensa necessidade autoafirmação. Estes podem ser considerados alguns dos fatores que favoreceram a criação de uma escola e que influenciaram a montagem dos cursos da Escola Nacional de Informações.

No material introdutório ao Curso modalidade “B” da EsNI, atividades de informações eram descritas como louváveis, dando destaque, sempre, à necessidade de um serviço de informações como algo intrínseco à própria história da humanidade. Não por acaso, marca o primeiro ponto deste curso a descrição da atividade de coleta e processamento de informes desde a pré-história, perpassando pela história moderna, cuja história da inteligência está ligada ao período das monarquias inglesas, principalmente com Elizabeth I<sup>197</sup>, na Inglaterra, e Luiz XIII, na França<sup>198</sup>, até chegar à história contemporânea.

No período contemporâneo, a atividade de informações adquiriu uma organização mais aperfeiçoada e profissionalizada, sendo assim dotada de uma estrutura e metodologia própria. O Manual descreve inúmeros nomes da época de Napoleão Bonaparte que foram pioneiros na utilização de informações, tais como Joseph Fouché<sup>199</sup> e Karl Schulmeister<sup>200</sup>. A história da atividade de inteligência estaciona nas Guerras Mundiais para demonstrar que, até 1914, a Inglaterra era o único país possuidor de uma estrutura responsável pela coleta, análise e processamento de informações<sup>201</sup>. Já no período que abrange a Segunda Guerra Mundial, os serviços de informações aumentam e são otimizados, sendo utilizados de forma paralela e complementarmente às operações militares. O material considera que o próprio ataque à base norte-americana de Pearl Harbor pelos japoneses é resultado da falta de uma agência de informações eficaz que fosse capaz de colher e interpretar a informação a tempo. Ainda,

---

<sup>197</sup>Segundo o Manual, na Inglaterra, surgiu o primeiro serviço de informações organizado, cujo idealizador principal é Sir Francis Walsingham, ministro do Exterior e Chefe da Espionagem da Rainha Elizabeth I.

<sup>198</sup>É ressaltado que Luiz XIII, em sua luta contra os protestantes, utilizou-se da formulação de um serviço de informações organizados para alcançar seus objetivos.

<sup>199</sup>Ministro de Napoleão à época da Revolução Francesa, é também considerado como o fundador da moderna polícia política. Fontes?

<sup>200</sup>Conhecido como um duplo agente na França na época da Revolução Francesa.

<sup>201</sup>O famoso serviço secreto britânico foi criado em 1909 e usada a mesma sigla atual, MI-6, que é a abreviação de *Military Intelligence, section 6*, voltada a assuntos externos. Mas esta informação, como consta no material daEsNI, deve ser problematizada. Há evidências, neste trecho, do desconhecimento da história da atividade de informações.

o Manual aponta sucessos e fracassos das informações, pela maneira como foram ou não utilizadas. A ESG já praticava este tipo de análise de serviços de informações estrangeiros em seus cursos. Eram abordados, de forma exaustiva, países como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e União Soviética a fim de elucidar suas cadeias de comando, estrutura, metodologia e de que forma seria capaz de influenciar a montagem do próprio órgão brasileiro.

De forma a pincelar o futuro conhecimento produzido pelas sínteses, o Manual aborda brevemente – principalmente se comparado ao curso visto anteriormente - o surgimento de outras formas irregulares de conflito com o fim da Segunda Guerra Mundial que são a “Guerra Psicológica” e a “Guerra Revolucionária”. Essa alteração no contexto mundial ofereceu às informações grande parte de seu papel atual, o que a fez a atividade se tornar vital à sobrevivência e segurança de quaisquer Estados. Não obstante, os diversos aspectos da Guerra Revolucionária já eram alvos de estudo anteriormente à própria criação da EsNI. O material produzido em 1959 e 1969, pelo Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra<sup>202</sup> já abordava a conceituação, principais características e desenvolvimento das ações da Guerra Revolucionária, bem como as diversas causas dos movimentos subversivos na atualidade.

Por fim, ao encerrar o tópico que justifica a existência do serviço de informações como algo intrínseco e necessário à jornada humana e à própria existência do Estado, o Manual afirma sobre as condições no Brasil:

Em um país como o BRASIL, de vasta extensão territorial, onde as regiões sul, centro, nordeste e norte apresentam entre si, condições geo-políticas, econômicas e culturais tão diferentes, é indispensável que o Governo fique informado com oportunidade sobre os fatos que ocorrem, particularmente, quanto às suas causas e consequências<sup>203</sup>.

Esta afirmação carrega inúmeras conotações: demonstra a mentalidade oriunda da Doutrina de Segurança Nacional que acreditava ser o Brasil país estratégico geopoliticamente, diante dos conflitos entre comunistas e capitalistas. Ainda aponta as fragilidades as quais devem sempre receber atenção por parte dos governantes – pois elas não são esquecidas pelos potenciais subversivos: as condições culturais e econômicas e, por fim, corrobora as funções intrínsecas de um serviço de informações:

---

<sup>202</sup>Aspectos da Guerra Contemporânea: Guerra Revolucionária (C-20-69), de 1969.

<sup>203</sup>Introdução ao Curso “B”. Reservado/EsNI, 1972. P. 6.

informar devidamente o Governo, no momento oportuno, sobre os fatos oportunos e suas causas e consequências.

Com a longa análise que justifica sua existência, a Escola se propõe a fornecer as noções básicas preliminares da atividade de informações ao explicar as diferenças entre Informe e Informação, que são lexicalmente próximas à maioria das pessoas. Segundo ressalta o material, o informe é a matéria-prima da Informação, ou seja, o processamento do relato contido no Informe dá origem a Informação, cujo objetivo é o fornecimento de dados básicos à decisão e planejamento do utilizador. Não por acaso, digno de nota é a definição que o manual fornece do termo Informações: “É o produto acabado que representa a expressão pura e simples da verdade, resultante de um processo de elaboração mental”<sup>204</sup>.

Tais afirmações devem ser devidamente problematizadas, pois é nítida a observação de que os agentes eram ensinados a produzir suas informações de forma que fossem consideradas algo de absoluta veracidade, em que estariam afastadas suas paixões e ímpetos doutrinários. As informações, assim, seriam consideradas de uma pureza que justificaria a credibilidade cega dos órgãos governamentais que posteriormente a receberiam. Desta maneira, as informações foram sendo repassadas e aceitas pelo Governo Federal durante a época do regime militar.

O Curso de Informações da ESG, de 1959, também recupera estas definições e conceitos, que foram sendo reproduzidos ao longo do tempo pela comunidade de informações. Acreditavam que o processo de obtenção de informações eram divididos em dois momentos distintos mas complementares: a coleta de informes e ao processamento de dados e, com sua elaboração, dando origem a informação. O conteúdo da afirmação presente no Manual é muito próxima à que foi citada acima:

INFORMAÇÃO é o conhecimento, mas só tem valor integral quando auxilia a decidir, quer seja procurada para fim quer seja obtida, sem que – por circunstância qualquer – tenha havido esforço para obtê-la. Desse modo, a INFORMAÇÃO é sempre ligada ao conhecimento necessário de uma decisão.<sup>205</sup>

---

<sup>204</sup> Idem, P. 07.

<sup>205</sup> CURSO DE INFORMAÇÕES. *Conceituação básica da informação* (1ª parte) e *Técnica de produção da informação* (2ª parte). Rio de Janeiro, ESG, 1959. P. 04.

Os princípios das Informações que deveriam ser seguidos pelo Sistema Nacional de Informações também se destacam neste material. Considerados como os alicerces necessários que orientam a produção de informações, contribuem para a maior qualidade e eficiência do material produzido. Entre os princípios consta o Princípio da Objetividade, relacionado à utilidade da informação produzida, o Princípio da Oportunidade, ou seja, a adequação da informação ao prazo necessário, o Princípio da Segurança, Princípio da Clareza, Princípio da Simplicidade, Princípio do Controle, que adverte para a organização dos diferentes escalões de Informações e para a centralização das atividades nos mais altos escalões. Há também o Princípio da Amplitude, que preza pela produção de informações completas, com conhecimentos amplos e exatos e, por fim, o Princípio da Imparcialidade. Este último princípio estabelece que as informações devem conter os conhecimentos essenciais e imprescindíveis referentes aos atos e fatos que a originaram, *isentas de posição pessoal do analista e de outras influências* que possam prejudicar a exatidão. Obviamente isso vai ao encontro da afirmação anterior que define que a informação representava a verdade pura. Mas até que ponto é possível a isenção total tal como declarada quando o próprio material se relaciona e até mesmo incita a ideologia da segurança nacional?

É evidente que, como pode ser notado nas informações trabalhadas nos capítulos anteriores, a Escola Nacional de Informações não esteve imune ou ideologicamente afastada do contexto de Guerra Fria, considerando-se, sempre, a presença da Doutrina de Segurança Nacional como uma constante no material fornecido desde a década de 1950. O próprio SNI representou, segundo as palavras de Samantha Viz Quadrat<sup>206</sup>, um órgão de controle ideológico e não de operações – embora posteriormente ficasse claro que acabou se envolvendo nesta área. Sendo assim, era possível que a EsNI que, por excelência, tinha como principal objetivo a criação do contingente humano capaz de integrar o quadro profissional do SNI, tivesse em seu próprio ensinamento uma bagagem ideológica agregada que deveria estar em consonância e também influenciar a prática do SNI e do SISNI como um todo.

---

<sup>206</sup>QUADRAT, Samantha Viz. *Op. cit.*, 2000. P. 80



A seguir o material apresenta os métodos de classificação de sigilo das informações produzidas, bem como suas fases de produção, definidas como o planejamento, a reunião dos informes, o processamento e a difusão.

Isto também não é algo inédito ou exclusivo da EsNI. A classificação segue, ainda hoje com a ABIN, modelo semelhante aos moldes definidos em 1959 pela ESG<sup>207</sup>. O padrão dos cabeçalhos de documentos ditado pela ESG constavam os seguintes itens: Assunto, Origem, Classificação, Difusão, Difusão Anterior, Anexos e Referências. Este esquema possibilita o acompanhamento do documento, possibilitando saber por quais locais tais dados passaram e qual o grau de confiabilidade atribuída à fonte a à informação.

A classificação de sigilo dos documentos foi amplamente aceita por todos os órgãos de informações ao longo das décadas do regime militar e muito utilizada na averiguação de denúncias. Isso pode ser percebido nos documentos produzidos por órgãos membros do SISNI, que se encontram disponibilizados em diversos acervos como o Arquivo Público Estadual de São Paulo e Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro.

Por fim, nas considerações finais, fase comum a todos os materiais, o primeiro material adverte que os utilizadores das informações produzidas não são obrigados a aceitá-las. Ainda adverte que “os utilizadores são inteiramente responsáveis por suas decisões, não cabendo, portanto, aos produtores, pedir contas aos utilizadores das ações decorrentes do produto de seu trabalho”<sup>208</sup>.

Estruturalmente, é possível observar um padrão na montagem do material, que pode ser considerado, algumas vezes, como um alerta ao aspirante a analista. Inicialmente ocorre a abordagem do tema, suas definições e importância. Posteriormente, debruça-se sobre aspectos mais detalhados da temática abordada e, por fim, apresenta as conclusões, que consiste em um resumo repetitivo do que foi visto.

---

<sup>207</sup>CURSO DE INFORMAÇÕES. *Conceituação básica da informação* (1ª parte) e *Técnica de produção da informação* (2ª parte). Rio de Janeiro, ESG, 1959. P. 08 a 10.

<sup>208</sup>Introdução ao Curso “B”. Reservado/EsNI, 1972. P. 13.

Será analisado o conteúdo de outro tópico do curso “B”, a apostila NA-B-07-12. A principal temática que a apostila convida seus alunos a analisar aborda a produção das Informações Internas. Justificando sua importância ao relacioná-las ao Poder e Potencial da Nação<sup>209</sup>, o material as define como informações que dizem respeito às “possibilidades e vulnerabilidades” do País, de forma a orientar as ações concernentes aos Objetivos Nacionais. Não somente de definições e justificativas a apostila é composta, ela também ressalta as modalidades de Informações Internas que são as “Básicas” – que versam sobre fatos já consolidados e conhecidos -, e as “Correntes”, que são atualizadas de acordo com o contexto. Também são definidas em Informações Estratégicas e Informações Operacionais de acordo com suas finalidades.

Todo o conteúdo citado não é exaustivamente explicado na apostila, sendo dadas apenas algumas “pinceladas” sobre o assunto. No que concerne às informações internas, o material está focado em fornecer os princípios básicos para sua produção. Por fim, esta etapa é concluída com as considerações finais, que repetem, em parte, a própria introdução da temática como pode ser observado abaixo<sup>210</sup>:

#### 1. CONCEITUAÇÃO

A Nação necessita conhecer o valor, as possibilidades e as limitações do seu Poder e do seu Potencial. Tais conhecimentos são necessários àqueles, a quem estão afetos o tratamento dos assuntos da Política Nacional, e devem abranger os quatro Campos ou Expressões do Poder Nacional ( Político, Econômico, Intersocial e Militar ).

Da reunião de conhecimentos sobre os diversos Campos e que se referem ao Poder e Potencial Nacional, com a finalidade de atender aos planejadores e executores da Política Nacional, resultam as Informações Internas.

Informações Internas são, portanto, as que dizem respeito quer ao Poder quer ao Potencial Nacional, bem como às possibilidades e vulnerabilidades do País, com o propósito de favorecer e orientar a conquista e a preservação dos Objetivos Nacionais.

#### 5. CONCLUSÃO

As Informações Internas dizem respeito ao Poder e ao Potencial Nacional, bem como às possibilidades e vulnerabilidades desse Poder para a conquista e preservação dos Objetivos Nacionais. Elas permitem a avaliação do Poder Nacional.

São produzidas mediante um planejamento que está substanciado em um Plano de Informações.

Complementarmente à categoria de informações internas, são apresentadas, no próximo tópico - NA-B-07-13 - o manual das Informações Externas. A análise desta modalidade permite a compreensão das principais vantagens e fraquezas dos países estrangeiros de forma a conciliar e evitar confrontos com a política nacional brasileira. A novidade que esta apostila insere diz respeito às fontes, algo que não foi ao menos citada na anterior. O material defende como válido para a composição das fontes

<sup>209</sup> Tais conceitos foram abordados no primeiro capítulo da dissertação.

<sup>210</sup> NA-B-07-12. Reservado/ EsNI, 1972. P. 1 e 7.

jornais, transmissões de rádios, viajantes, fotografias, filmes, entre outros. Demonstra ainda que, muitas vezes, conversas com pessoas comuns conseguem adicionar mais informações do que as provindas de um espião ou um Adido Militar. Entretanto, isso ainda não se sobrepõe à importância das informações coletadas através de pesquisas efetuadas na linha de frente. Isto indica que os autores do manual consideraram que as informações sobre países estrangeiros podem ser obtidas tanto em âmbito interno quanto externo. O Manual apresenta as seguintes perspectivas<sup>211</sup>:

- Operações clandestinas, fontes secretas e agentes secretos..... 20%
- Imprensa, rádio, turistas, documentos publicados e outras fontes nacionais ..... 25%
- Relatórios de rotina, Departamento de Estado e outros órgãos do Governo no Exterior..... 25%
- Adidos Militares credenciados junto aos governos estrangeiros e de atividades militares de rotina..30%

Entretanto, o material não fornece explicações sobre a incoerência entre suas informações. Ainda, o quadro exposto apenas finaliza a questão avaliando que, em tempos de paz, são numerosas e proveitosas as informações obtidas ostensivamente, mas que não devem ser desconsideradas as fontes sigilosas.

São ressaltados, ainda, os órgãos de busca e os meios de difusão, sendo que o SNI<sup>212</sup> é enumerado em primeiro lugar na lista, sendo responsável pela compilação e divulgação das informações, através de sua Agência Central. É possível que isso seja oriundo do fato de que a maioria dos órgãos de informações deveria, em tese, se interessar mais por informações externas do que por internas. Anteriormente à dinâmica da Guerra Fria, o interesse do setor de informações estava focado nas informações de área externa. Entretanto, após este período é sabido que o enfoque de tais órgãos prevaleceu sobre questões de ordem interna mais especificamente ligados à segurança nacional.

<sup>211</sup> NA-07-13. Reservado/ EsNI, 1972. P. 5.

<sup>212</sup> NA-B-07-13. 1972. Reservado/ EsNI. 1972. P. 7.

A próxima apostila, NA-B-07-14, tem aproximadamente o dobro do conteúdo das anteriores e diz respeito às Informações de Segurança Interna. O material afirma que o problema da Segurança Interna é o mais antigo da história humana, pois consiste na proteção, pela autoridade, à comunidade e seus recursos, contra as forças destrutivas de origem interna. Segundo o material, as ações subversivas sempre existiram, mas nunca estiveram tão fortes e resistentes como naquele momento. Isto é devido ao conflito ideológico que teve origem com a Guerra Fria, “no qual se evidencia a ameaça comunista de dominação do mundo”<sup>213</sup>.

As ações subversivas e perturbadoras da ordem sempre existiram. Nunca, no entanto, assumiram as proporções de nossos dias, em razão, principalmente, do conflito ideológico de âmbito mundial ora em curso, no qual se evidencia a ameaça comunista de dominação do mundo. A esse propósito são bem conhecidos os frequentes exemplos em que as deficiências, a negligência e mesmo o descaso de certos governos, no sentido de superar determinadas pressões internas, algumas delas estimuladas, orientadas e apoiadas do exterior, tem culminado em comoções intestinas graves e, muitas vezes, em sucessos da "Quinta-Coluna", como é o caso de tantos países que, progressivamente, vêm se tornando satélites de Estados totalitários.

Assim, o principal norte da Segurança Interna é a proteção do regime constituído, da autoridade, dos valores da sociedade e do bem estar social contra a ameaça comunista. Algo evidentemente orientado ideologicamente, que enxerga que a preservação da autoridade e do pretense regime “constitucional” representaria algo a ser resguardado enquanto o comunismo viria “deturpar a paz” e “injetar ilusões” no povo brasileiro. Tal mentalidade é tão forte que mesmo após vários anos do fim da ditadura militar, o coronel Carlos Alberto Ustra, por exemplo, chama militantes de terroristas<sup>214</sup>, declaração que vai ao encontro de vários depoimentos colhidos por Maria Celina d’Araujo. Evidentemente, tais afirmações entram em choque com a reiterada afirmação de neutralidade das informações e do analista vigorosamente defendida no material

<sup>213</sup>NA-B-07-14. 1972. Reservado/ EsNI. 1972. P. 1.

<sup>214</sup>Disponível em: <http://jornalggn.com.br/tag/blogs/carlos-alberto-brilhante-ustra>. Acessado em 20.01.2014.

introdutório e na apostila sobre Segurança Interna – focada no combate aos focos subversivos no interior de cada país. Se há um norte ideológico por trás da elaboração das informações, evidentemente não é possível extrair do analista toda sua paixão e crença já embutidas em sua mentalidade ao longo de vários anos, desde antes do regime militar, o que o influencia a produzir informes deturpados e orientados a uma única finalidade: combate ao comunismo.

A própria dedicação ao tópico de Segurança Interna já representa uma tendência em que, acreditava-se, o perigo a que o Brasil estava exposto vinha de dentro das fronteiras brasileiras. O grande medo que permeava a mentalidade dos agentes não consistia na invasão de tropas soviéticas em território nacional, mas no motim interno, na guerra revolucionária, que seria fomentada por fora, mas executada pelo próprio povo.

Ao analisar as questões de Guerra e Paz, o material também apresenta a quebra da concepção de guerra clássica, devida às ações soviéticas, que, segundo é defendido pela ideologia da segurança nacional, incitam o ocidente a um estado permanente de tensão e beligerância ideológica. Embora tratado de forma bem mais superficial do que no curso “B”, o material alerta, ainda, que o país deve evitar uma luta fratricida fomentada pela URSS, que irá financiar material e ideologicamente, sob o pretexto de “proteção”, a fim de que se consiga a destruição da ordem política e social vigente para a implantação do comunismo. As pressões internas e externas também são enumeradas para que o agente compreenda noções como superação pacífica e Hipótese de Guerra.

Por fim, a apostila introduz a mescla entre conceitos franceses<sup>215</sup> e norte-americanos como o de Inimigo Interno e Segurança Nacional. A definição de Inimigo Interno está relacionada ao comprometimento da Lei, da Ordem e dos poderes constituídos, pois sua ação tem como finalidade revolucionária a implantação da ideologia totalitária comunista. Este tipo de ameaça comunista retrata o processo de internalização do combate, e como tal, os aspectos de suas ações são de caráter psicológico e político, interagindo com o terrorismo e com a violência. Com base no

---

<sup>215</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *Op. Cit.*

trecho a seguir, é possível observar mais uma dimensão dos ensinamentos ministrados<sup>216</sup>:

Cabe às Informações o encargo de alertar os órgãos de segurança sobre o valor da propaganda adversa, seus indícios de aceitação, as técnicas que estão e serão postas em prática os objetivos visados pelos agitadores, os sofismas que estão sendo utilizados, assim como os planos prováveis de desenvolvimento da atividade assinalada.

O papel das informações é essencial para o esclarecimento do Governo quanto à realidade das situações, a verdade dos fatos e as características e intensidades das manifestações e efeito das pressões. Um sistema de organização permanente de Informações, adequadamente estruturadas e dotadas de pessoal especializado, constitui um dos instrumentos essenciais para o planejamento e execução da Segurança Interna, no quadro da Segurança Nacional.

Este trecho esclarece a relação entre Informações e repressão, conforme abordado no capítulo anterior, estabelece uma parceria dos órgãos de informações com o setor ligado às Forças Militares, que são responsáveis por ação repressiva oportuna diante das atividades subversivas. Da mesma forma, ele ressalta a importância do setor de informações para o governo, pois é responsável por compilar a “verdade” dos fatos. Por fim, o material ensina como proceder na produção de Informações sobre Segurança Interna, considerando suas modalidades e os órgãos produtores – SNI/AC, EMFA, Ministérios Militares e Ministérios Civis.

As considerações finais da apostila ressaltam as ações dos analistas e agentes perante as condições adversas vigentes no momento. O Inimigo Interno se sobressai até mesmo no lado psicológico dos agentes. Portanto, o material já adverte seus pretensos profissionais<sup>217</sup>:

---

<sup>216</sup> NA-B-07-14. Reservado/ EsNI. 1972. P. 8.

<sup>217</sup> Idem, p. 15.

Os trabalhos relacionados com a Segurança Interna desenvolvem-se dentro de uma estrutura apropriada, possuem características especiais e absorvem a maior parte do tempo de seus elementos componentes. Quem trabalha nesse setor perde a paz de espírito; passa a ler jornais e a ouvir programas de rádio e TV de maneira diferente, e, nas reuniões sociais, viagens e encontros casuais, está sempre atento e vigilante para as indiscrições que possam fornecer uma pista ou um dado que complete o mosaico que procura montar. Está constantemente preocupado com sua segurança pessoal, mede suas palavras, controla suas atividades e procura a racionalização de seus pensamentos, para não sofrer os impactos de paixões, afeições e sentimentos.

Todo esse panorama de temor anticomunista já é abordado em 1961 pelo Estado Maior das Forças Armadas. O material FA-E-01/61 conceitua inúmeros termos que são citados nos materiais da EsNI – mais presentes no curso “A”, mas também considerados neste curso - como Guerra Revolucionária, Guerra Insurrecional, subversão (Guerra Subversiva), ação psicológica, Guerra Psicológica e Guerra Fria. O conteúdo basicamente está focada nas inúmeras formas de combate ao temido avanço soviético e busca compreender as formas de ataque do rival, principalmente de cunho social. O material cita, incansavelmente, o país europeu<sup>218</sup>:

— «GUERRA SUBVERSIVA — de âmbito local e de cunho tático, opõe-se, por meios insidiosos e clandestinos, à opinião pública dos países a neutralizar e a conquistar, procurando afastá-la, se possível voluntariamente, de seus chefes e de seu governo e levá-la a aceitar, desejar ou sujeitar-se a teses ou atos favoráveis à U.R.S.S.»

— «Para atingir êsse objetivo (transferência psicológica), ela (a subversão) se esforça, num primeiro tempo, no sentido de abalar as bases fundamentais de uma comunidade e, em seguida, de criar aspirações por uma forma de comunidade totalmente diferente».

<sup>218</sup>FA-E-01/61. Sem classificação de sigilo/Estado Maior das Forças Armadas. 1961. P. 7.

É nítido que todo o material oferecido aos alunos estava focado nas práticas de guerras subversivas que, conforme define o EMFA, tinha caráter interno e eram auxiliadas e reforçadas por elementos externos cujo objetivo principal é retirar da autoridade política instituída o poder de controlar o país. Isso justifica a grande paranoia contra a URSS, que se caracterizaria como este agente externo, estimulador de conflitos, que destruiria a união e todo o “destino manifesto” brasileiro. Portanto, os futuros analistas e agentes eram estimulados constantemente ao combate aos considerados “subversivos” e à luta incansável pela preservação do regime autoritário vigente.

A importância da segurança das comunicações<sup>219</sup>, é abordada em seis páginas, sendo advertido, logo de início, que todos os métodos utilizados nas Informações são passíveis e vulneráveis à interceptação. Nesta apostila são apresentadas a definição das comunicações, seus objetivos e seus mecanismos, o que inclui a utilização de cifras e códigos, também ressalta a necessidade de comunicações e os tipos possíveis de comunicações. Os tipos são definidos de acordo com sua natureza – oficial ou clandestina - e os meios utilizados que são o contato pessoal, mensageiro, correio, rádio-elétrico, eletrônicos, receptáculos, artifícios ou através do contato ótico.

Outro material mais volumoso está relacionado aos Planos de Busca, cuja importância é justificada pela necessidade de uma orientação ao analista, que logo deverá estar apto a realização de operações para a coleta de informações. Descrito em doze páginas, o conteúdo aborda alguns modelos e sugestões com tópicos concernentes aos problemas de segurança interna e externa. O material está focado no comunismo e destaca possíveis interrelações do Brasil com a China, URSS, Cuba e com o Movimento Comunista Internacional – MCI. Ao sugerir análises sobre a situação do eleitorado perante a democracia, a existência de lideranças ostensivas ou não ostensivas dentro de focos comunistas no Brasil, e até mesmo sobre os antagonismos político-partidários do governo brasileiro, o material deixa evidente que não há neutralidade na produção das informações. As informações tem um objetivo: o alcance e a preservação dos Objetivos Nacionais, mas evidencia que estes estão ameaçados em grandíssima maioria pelo

---

<sup>219</sup> NA-C-09-205.



comunismo, não oferecendo destaque e tampouco citando outras formas de ameaças. De acordo com o material, o grande objetivo o plano de busca é

Coordenar todas as atividades dos órgãos do Sistema Nacional de Informações, com a finalidade de atender, com informações oportunas e adequadas, particularmente no aspecto da Segurança Nacional, às necessidades para o estabelecimento e execução da Política Governamental.

Realizado em todos os escalões do Sistema Nacional de Informações, o Planejamento decorre de um Estudo de Situação cuja amplitude varia segundo o nível do escalão, a missão recebida.<sup>220</sup>

O material é composto de Planejamento, Plano de Informações destinado à atenção da produção de informações necessárias, as Bases para busca, suas fontes, os órgãos responsáveis e, por fim, fornece mais alguns exemplos. Os exemplos oferecidos aos alunos, geralmente, abrangem o Movimento Comunista Internacional, o que corrobora o projeto altamente ideologizante e doutrinário em que a EsNI esteve engajada desde seus primeiros dias<sup>221</sup>.

#### 6. EXEMPLO DE UM PLANO DE BUSCA

P R		S E C R E T O						
SNI							PERÍODO de ... a .....	
ARJ								
= PLANO DE BUSCA DE INFORMES =								
IN - 001 - O Partido Comunista no BRASIL e suas Alas Dissidentes: líderes e militantes; agentes de influência; programas; congressos e resoluções; atuação; locais de reunião e bases de apoio.								
DESDOBRAMENTO	ÓRGÃOS DE BUSCA					PERÍODI CIDADE.	O B S	
	A	B	C	D	E			
001/1-O PC no BRASIL e suas Alas Dissidentes (P C do B, Ala vermelha, PC BR, ALN)	x		x		x	15 Mai e 15 Nov	Atendendo ao principio da oportunidade, e de acordo com a situação a "PERIODICIDADE" estabelecida por será ser des prezada.	
001/2-Líderes do P C e das Dissidências, nos diferentes níveis.		x	x	x				
001/3-.....								
S E C R E T O								

<sup>220</sup>NA-BC-07-21, 1972. Reservado/ EsNI. P. 1.

<sup>221</sup>Os exemplos apresentados referem-se ao Manual citado acima e respectivamente às páginas 8, 6 e 7.

b. Exemplo B

Suponhamos que um OBJETIVO NACIONAL DE INFORMAÇÕES ( ONI ) para atender aos planejadores e executores da Política Nacional - fosse:

O MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL

Dado que o ONI é muito amplo, há que se estabelecer uma série de Informações Necessárias ( IN ) que permitam responder ao ONI formulado. Para tanto, é aconselhável que o analista realize um trabalho preliminar, por forma a considerar as IN bem ajustadas ao caso.

Exemplo desse trabalho preliminar:

- Estrutura do Partido Comunista no BRASIL e de suas Alas Dissidentes.
- Líderes e militantes; agentes de influência; programas; congressos e resoluções; atuação; locais de reunião e bases de apoio.
- Pressão comunista e estimativas sobre suas possibilidades e vulnerabilidades.
- Infiltração comunista nos Sindicatos, nos Diretórios Acadêmicos, no meio estudantil, no clero, na zona rural e na imprensa. Amplitude da infiltração; identificação de líderes,

militantes e Agentes de influência; métodos e processos de atuação; objetivos.

- Relações entre organizações comunistas e grupos políticos, sociais, econômicos, militares, culturais e religiosos.
- .....

Uma vez esboçado êste quadro, o analista formularia, então, as Informações Necessárias (IN). Exemplo:

- 001 - O Partido Comunista no BRASIL e suas Alas Dissidentes:  
líderes e militantes; agentes de influência; programas;  
congressos e resoluções; atuação; locais de reunião e  
bases de apoio.
- 002 - .....

Por outro lado, o Plano de Busca, anexo ao Plano de Informações que fôsse organizado à base dessas IN, deveria fixar os DESDOBRAMENTOS respectivos.

Exemplo de DESDOBRAMENTOS deduzidos da IN - 001

Avançando no material do curso “B” fornecido pelo Arquivo Nacional, percebe-se que ocorre uma sistematização do Processamento de Informes com a apostila NA-BC-07-203. Suas vinte e uma páginas fornecem as respectivas fases para o Processamento de Informes, incluindo o Registro, que corresponde ao arquivamento e registro dos documentos para quaisquer consultas posteriores.

As várias fases do processamento também são apresentadas como a) Avaliação, que consiste no exame do informe para que se identifique seu valor para a produção de Informações. Esta avaliação é pautada em um sistema letra-números onde são analisadas a idoneidade da fonte (A-F), considerando a autenticidade, a confiança, lealdade ou interesses e a competência da fonte, e a veracidade do informe (1-6). Busca-se, desta forma, a confirmação, coerência e compatibilidade, mostrando a necessidade de atenção a esses três requisitos. Neste momento do processo, o material alerta para a grande importância atribuída à maturidade e malícia do analista.

IDONEIDADE DA FONTE	VERACIDADE DO INFORME
A - Absolutamente idônea	1 - Confirmado por outros informes
B - Idônea	2 - Provavelmente verdadeiro
C - Razoavelmente idônea	3 - Possivelmente verdadeiro
D - Nem sempre idônea	4 - Duvidoso
E - Inidônea	5 - Provavelmente falso
F - Não pode ser julgada	6 - Não pode ser julgado

A avaliação deve ser classificada, portanto, de acordo com o quadro representado acima<sup>222</sup>. Conquanto, o material alerta que não se deve estar focado inteiramente às classificações, e oferece o exemplo de que, algumas vezes, um informe classificado como F-6 oferece informações que, posteriormente, acabam por se mostrar verdadeiras.

Como citado anteriormente, este sistema de processamento e qualificação de fontes de informações tem sua origem registrada na Escola Superior de Guerra. Samantha Viz Quadrat, ao citar Edson Carlos, chama a atenção para o modelo, que pode

<sup>222</sup>NA-BC-07-203. 1972. Reservado/EsNI. P. 4

ser encontrado na íntegra com a apostila da EsNI, que será reproduzida abaixo. Raízes como esta retratam como a EsNI tem suas origens imbricadas na própria formação conceitual oferecida pela ESG e como esta herança ultrapassa os modelos metodológicos e envolve a prática da atividade de informações.

Ainda na ESG era ensinado um procedimento para qualificar uma fonte e a informação processada, conhecido como o sistema letra-número, que gradua a idoneidade da fonte com uma letra de A a F e a veracidade da informação com um número de 1 a 6. Dessa maneira, a fonte poderia receber a seguinte classificação: "A-Fonte absolutamente idônea; B-Fonte usualmente idônea; C-Fonte razoavelmente idônea; D-Fonte sempre idônea; E-Fonte inidônea; F-Não pôde ser julgada a idoneidade da fonte". Segundo o general Adyr Fiúza de Castro, o grosso das fontes seria de nível C. O outro critério dizia respeito à probabilidade do informe: "1-Informe confirmado por outras fontes; 2-Informe provavelmente verdadeiro; 3-Informe possivelmente verdadeiro; 4-Informe duvidoso; 5-Informe provável; 6-A veracidade do informe não pode ser julgada".<sup>223</sup>

Após isso, para complementar a análise, o material sugere a b) Decomposição do informe para que as inúmeras informações contidas sejam analisadas, comparadas e selecionadas. Posteriormente, passa-se ao estágio da c) Integração, quando são reunidos inúmeros dados verídicos em um todo coerente. Com o material pré-formado, chega a fase da d) Interpretação, por onde será elaborada a conclusão e a compreensão do significado do produto obtido com as informações. O último processo do informe, e considerado um dos mais importante, são os estágios do e) Processo Mental, em que o analista relaciona dados para alcançar soluções adequadas. São suas fases, respectivamente, a preparação ou acumulação, a incubação ou combinação, a inspiração ou intuição científica e, por fim, a verificação.

Com o fim do estudo das fases da produção e processamento de informes, o material pretende mostrar não somente o aspecto acadêmico da profissão, mas também adentrar em um aspecto prático, em que o futuro analista irá apreender melhor as artimanhas de seu futuro ofício.

A temática do último manual apresentado ao Curso "B" reside na fase de maior importância na produção de informações: a difusão. Embora não consuma tanto tempo e nem seja tão complexa quanto às outras fases, sua grande importância reside na

---

<sup>223</sup> CARLOS, Edson Maia. *Os serviços de inteligência: origem, organização e métodos de atuação*. P. 22. IN: QUADRAT, Samantha Viz. *A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)*. P. 09. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752012000100002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752012000100002&script=sci_abstract&tlng=pt). Acessado em 10 de outubro de 2013.

oportunidade de sua divulgação para que chegue aos planejadores e administradores as devidas informações para a tomada de decisões oportunas e eficientes. Desta forma, caso ocorra uma falha nesta fase, e as decisões tomadas forem inadequadas, todo o esforço desenvolvido na produção das informações será anulado.

A Escola Superior de Guerra também se preocupou com as etapas relativas à disseminação ou difusão das informações, que era considerado um fator primordial da atividade de informações. No caso da ESG o objetivo principal era evitar esforços inúteis de busca de informações iguais por órgãos diferentes. Samantha Viz Quadrat chama a atenção, entretanto, para uma observação importante em relação à prática dos órgãos de informações.

Contudo, mesmo que os documentos hoje liberados para consulta comprovem tal preocupação com a difusão, é importante destacar que apesar da intensa troca de informações havia uma grande disputa entre os diversos órgãos que integravam a chamada "comunidade de informações". Com isso, muitas vezes informações consideradas mais importantes não eram repassadas nem mesmo para o SNI, instituição principal da cadeia de comando durante a existência do Sistema Nacional de Informações (SISNI) e que a rigor deveria receber o material<sup>224</sup>.

A Escola Nacional de Informações tinha uma abordagem diferente da ESG. Mostrava aos agentes que o foco do processo de difusão deveria estar voltado ao "cliente" do SNI, o presidente da República, ou seja, o norte da difusão, para a Escola Nacional de Informações, era a autoridade final. Já a política de difusão da ESG, que permeou os primeiros momentos do SISNI, como pode ser percebido pelas conclusões de Quadrat, tinha uma difusão mais restrita por não reprimir a tendência de competitividade entre os órgãos do sistema, que muitas vezes se boicotavam no repasse da informação.

O material da EsNI indica que, para a difusão, devem ser considerados o grau de sigilo do documento, a necessidade de saber, a oportunidade e a adequabilidade. Desta forma, a regra básica estabelecida para a difusão do material sigiloso – característica comum a todos os documentos de informações – consiste na divulgação somente para os que tenham a necessidade de informações.

---

<sup>224</sup> Idem, p. 8.

O material, por fim, chama a atenção para a forma de difusão, os meios disponíveis, a segurança, a urgência, a pertinência, a localização do produtor e do utilizador e a habilidade deste em manusear o Informe e a Informação difundida. Ressalta ainda, que o analista deve estar atento aos três tipos principais de difusão que são o contato pessoal, a mensagem e os documentos de informação.

O material do curso “B” é finalizado com uma ficha para estudo e trabalhos em domicílio, que compila o conteúdo ministrado ao longo do curso. As questões têm um formato de preenchimento de termos básicos, desta forma, ao analisar o conceito descrito, ele deve inserir o termo correto. Os moldes não se diferem muito do que foi apresentado no curso “A”, o que chama a atenção, novamente, para as características superficiais que o material estava carregado: não havia a necessidade de grande reflexão, contanto que se apreendesse a principal lição: cuidado com o comunismo. A prática da “decoreba” nos cursos da EsNI é bem representada no seguinte exemplo<sup>225</sup>:

- 5) O conjunto de medidas realizadas por todos os setores governamentais ligados às questões de Segurança Nacional, com a finalidade de proteger suas atividades específicas, constitui o que chamamos de .SEGURANÇA ORGÂNICA. . . . .
- 6) A Segurança do Pessoal é obtida pela estrita observância dos princípios e regras de sigilo e de conduta por parte de todos os elementos integrantes da organização. Inclui rigorosa seleção e distribuição de responsabilidades.  
Assim, a Segurança de Autoridades . NÃO ESTÁ . incluída na classe de Segurança do Pessoal. (está - não está)

É possível observar que o material para a formação dos analistas de informação era relativamente superficial, com abordagens de conteúdos básicos e indispensáveis, mas sem se debruçar sobre questões mais ligadas à prática da atividade. Embora a formação e processamento de informações possam ser considerados uma abordagem

<sup>225</sup>TI-G-09-101. 1972. Reservado/EsNI. P. 2.

mais prática, não consta no material acessado nenhum exercício dedicado à execução de modelos ou peças que, de fato, oferecesse subsídios à atividade prática do analista.

### ***Informações a respeito do Curso “C” da Escola Nacional de Informações***

A ausência de material deste curso nos Arquivos visitados dá origem a profundas reflexões. O curso responsável pela preparação dos agentes de campo do SNI, que ensinava técnicas diversas de abordagens não conta com nenhum registro oficial ou conhecido dentro do Arquivo Estadual de São Paulo ou do Arquivo Nacional em Brasília. Ainda assim, o jornalista Lucas Figueiredo teve acesso a alguns materiais empregados neste curso e a análise deste material estará restrito às fontes apresentadas pelo jornalista, para tentar atenuar a lacuna desta pesquisa.

A primeira aula citada era denominada *Emprego de meios fotográficos*<sup>226</sup> e continha 75 páginas. Seu conteúdo contemplava poucas informações sobre a tentativa de Leonardo Da Vinci construir a câmara fotográfica desde o Renascimento. Outros tópicos, mais específicos, mas nem por isso atrelados, propriamente dito, à atividade de informações, abordam a luz, flash, obturador, lentes, diafragma e filmes das máquinas fotográficas. O material é notadamente superficial no tocante ao seu objetivo final: a formação de agentes de campo do SNI.

O material aborda a importância dos “closes” de uma fotografia, das poses e da importância de serem tiradas ao ar livre. Os conteúdos indicados se mostram extremamente superficiais e que em nada complementam a atividade profissional do agente. A ausência é reveladora pois possibilita compreender que o objetivo não era elucidar e tampouco oferecer registros da ação dos agentes. As instruções pormenorizadas da utilidade dessas informações relacionada com o ambiente profissional dos agentes de informações ficava a cargo do instrutor. O material apenas oferecia lembretes técnicos do uso das ferramentas de trabalho.

A ausência de um roteiro sistematizado do uso prático das informações apresentadas não oculta os temas abordados. Uma das temáticas trabalhadas eram aulas

---

<sup>226</sup> Apostila NA -10-73 – *Emprego de meios fotográficos*, 1973. EsNI/SNI. IN: FIGUEIREDO, Lucas. Op. Cit, 2008. P. 228.

de defesa pessoal e combate em que se ensinava aulas de jiu-jítsu, inúmeros golpes de defesa tais como: “gravata por trás”, “gravata pela frente”, “gravata com socos”, “esganamento”, “bengalada de perto”, “facada na barriga”, “facada no peito”, “soco na barriga” e “revólver na barriga”. A defesa obviamente acabava virando um ataque, com golpes do tipo “pezada no estômago” e “pezada nas partes baixas”.

Por fim, o último material apresentado pelo jornalista corresponde a aulas que abordam técnicas de entrevista e interrogatório. No intitulado *Interrogatório de suspeitos (2) – Técnicas e processos* são ensinados diversas formas em que o agente deveria reconhecer o uso de mentiras nos interrogatórios e também se aproveitar de fraquezas pessoais apresentadas pelos interrogados:

Se o sujeito era homossexual, insinuava-se a possibilidade de armar um escândalo; se era apegado à mãe, dava-se um retrato dela para o interrogado a fim de minar-lhe as resistências; se dormia muito, era impedido de deitar-se; se era agitado, devia ser deixado horas a fio sozinho e sem nenhuma atividade, e assim por diante<sup>227</sup>.

As inúmeras fontes apresentadas neste capítulo esclarecem que a formação contemplada pela EsNI tinha um caráter nitidamente orientado ideologicamente. Propagadora de um ensino sistemático, esquemático, superficial e sem aprofundamento, a EsNI deixava clara sua orientação doutrinária: a apreciação pela ideologia da segurança nacional e sua inspiração na DSN cujo alvo principal e essencial era o comunismo em todas suas ramificações. Isto modelou as ações dos agentes e foi capaz de oferecer subsídios a atos de violência praticados em prol desta preservação da ordem estabelecida e da pretensa proteção ao povo brasileiro dos riscos provenientes do perigo vermelho.

---

<sup>227</sup> Idem. P. 229 e 230.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal proposta deste trabalho foi compreender a dimensão estrutural e organizacional da Escola Nacional de Informações – EsNI, e avaliar o embasamento teórico e doutrinário presente na formação dos agentes de informações, tal como os preceitos elaborados pela Escola Superior de Guerra - a Doutrina de Segurança Nacional e os conceitos de Guerra Insurrecional e Revolucionária, oriundas da doutrina francesa. Ademais, foi o objetivo da pesquisa identificar a presença e a intensidade da incorporação da DSN na formação dos agentes através das fontes oriundas da Escola que esclareceram o caráter de continuidade na formação militar como um todo, e especificamente, da área de informações.

Foi possível observar a evolução dos serviços governamentais de informações no Brasil, que perpassou, desde de sua fundação oficial no Estado brasileiro, com o Conselho de Segurança Nacional, no governo Vargas, e com o Serviço Federal de Informações e Contrainformações.

Foi apresentada uma breve introdução a respeito do cenário mundial da década de 1940 e, especificamente, nos contatos estabelecidos entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. A partir daquele momento, foi possível notar o papel das agências de informações na conjuntura mundial e a acentuação da carência brasileira de um órgão de informações mais estruturado, especializado e profissionalizado. Para atender aos objetivos de desenvolvimento almejados pelo Brasil, foi criada uma “instituição sólida” de informações, que substituiu o SFICI. Sendo assim, em junho de 1964, foi promulgada a lei que criou o Serviço Nacional de Informações e, posteriormente, uma legislação responsável pelo detalhamento das incumbências deste órgão.

Com o avanço do regime militar, e o Congresso cada vez mais silenciado e portador de uma postura secundária. A figura centralizante do presidente da República abriu precedentes para que o SNI apresentasse uma postura mais autônoma, devido ao fato de o órgão estar cada vez mais vinculado à postura autoritária do governo e se mostrar cada vez mais importante para a manutenção do regime militar. Paralelamente a isto, as necessidades de informações do regime militar se intensificaram, pois não se

tratava de reunir dados indispensáveis ao principal cliente do serviço – o presidente da República –, mas de interagir com a polícia política, isto é, com o sistema de segurança que naquele momento se buscava aperfeiçoar. Assim sendo, até 1967 o objetivo principal do Serviço Nacional de Informações era a coleta, análise e organização de informações. O SNI passou a se dedicar, portanto, ao estudo da política, economia e sociedade no país, deixando de ser um órgão exclusivamente voltado para a busca e análise de informações, chegando a influenciar, mesmo que de forma indireta, o sistema de repressão do governo.

Com a morte de Costa e Silva e a ascensão de Médici à presidência da República, foi sentida a necessidade do desenvolvimento e profissionalização dos agentes de informações. O governo, para tanto, previu a construção de uma escola responsável pelo aperfeiçoamento da atividade de informações. Para atender a tais necessidades foi criada a Escola Nacional de Informações, posta em funcionamento em 1972. Neste momento, foi possível compreender as instalações e a composição física e humana da EsNI, através de sua administração, corpo discente e docente, bem como de seus cursos

Por fim, foi observada a sustentação conceitual e ideológica assentada na Doutrina de Segurança Nacional nos cursos e nos manuais da Escola Nacional de Informações, tendo como base a análise dos documentos obtidos no Arquivo Ana Lagoa, provindos da Escola Superior de Guerra, do Estado-Maior do Exército e do Estado-Maior das Forças Armadas. Foi possível antever inúmeros rumos ideológicos apontados que posteriormente permearam o material da Escola Nacional de Informações. Tais características podem ser observadas em materiais como a apostila *Operações de Contraguerrilha*, entre outras, que oferecem informações detalhadas sobre as mudanças ocorridas com a concepção de Guerra Clássica, além do repasse de instruções para o combate efetivo, ostensivo ou não, aos focos guerrilheiros que já se formavam no Brasil desde a década de 1950. Já as apostilas e sínteses de aula da EsNI, encontradas no Arquivo Nacional do Distrito Federal, enquadram-se nos preceitos passados nos materiais analisados anteriormente, confirmando sua adesão à ideologia da segurança nacional, que aqui é denominada de Doutrina de Segurança Nacional, e aponta os caminhos a serem percorridos para a eliminação do fantasma comunista.

A partir deste caminho, ao analisar não somente as sínteses de aulas, mas também as apostilas oficiais oferecidas ao “Curso B” do ano de 1972 - primeiro ano de funcionamento da EsNI - é possível observar como foi se delineando a influência da Doutrina de Segurança Nacional. As apostilas apresentam algo mais concreto do que apenas as sínteses escritas pelos instrutores da EsNI por tratar-se de um documento largamente divulgado na Escola de forma oficializada. As apostilas do “Curso B” esclarecem muito sobre a própria atuação do Serviço Nacional de Informações uma vez que oferecem informações sobre a produção e o planejamento de vários tipos de informes e informações, sobre as estratégias e os órgãos de busca, além da abordagem de fontes. Como também se mostra indispensável para a segurança das informações, as apostilas tratam igualmente sobre a difusão e a segurança da transmissão de mensagens e informações entre os agentes.

É perceptível o embasamento ideológico sustentando pela DSN neste material. Entre outros pontos, as apostilas referem-se às formas de combate específicas aos processos subversivos – associados sempre ao comunismo – e ao denominado “inimigo interno”, além de corroborar a imensa necessidade de uma instituição voltada à coleta e análise de informações em benefício à segurança nacional. Assim sendo, a questão da segurança nacional adquiriu, de fato, um caráter ideológico, que contemplava a participação dita “estratégica” do Brasil perante o ocidente. O Brasil se colocou na obrigação de atender às necessidades capitalistas, que eram personificadas pelas urgências norte-americanas. Para tanto, a ideologia da segurança nacional foi um dos meios que possibilitou a instalação e a consolidação do novo regime no país. Sendo assim, a crença e, é possível dizer, a luta, por este sistema de valores, intrinsecamente autoritários, embasou a instalação, fortalecimento e continuidade da área de informações e, especificamente, do regime militar no Brasil. O desenvolvimento da ideologia da segurança nacional, por certo, favoreceu a própria criação e crescimento dos órgãos de informações, que eram entendidos como estruturas necessárias para o combate dos inimigos internos do regime e para a aplicação da legislação que estava entrando em vigência, como os Atos Institucionais e a Lei de Segurança Nacional.

Foi observado, na presente pesquisa, que a formação dos agentes de informações, simultânea ao período da Guerra Fria e ao desenvolvimento da Doutrina de Segurança Nacional, esteve baseada em algumas premissas centrais adequadas à

ideologia da segurança nacional. Assim sendo, os agentes e alunos oriundos das Forças Armadas eram portadores de uma visão militarizada da área de informações. Tal linguagem militarizada pode ser considerada, no limite, como uma justificativa da linha de abordagem da EsNI contra a subversão, com traços de violência e atentado aos direitos humanos.

Esta visão militarizada, muitas vezes, foi complementada pelos cursos que militares brasileiros faziam em outros países, tendo como exemplo maior os cursos oferecidos pela Escola das Américas. Sendo assim, ao exportar suas instruções ao sistema de informações brasileiros, os militares anexaram suas crenças e suas ideologias nas atividades de informações que, mescladas à repressão, foram se metamorfoseando para atividades de segurança.

Exemplos desde mescla, como pôde ser observado, são as técnicas de interrogatórios ensinadas pelo Curso modalidade “C” da EsNI. É possível apreender, através da análise das referidas técnicas, que os próprios meios utilizados para se obter uma informação podem ser configurados como tortura. Há subsídios, portanto, para que se afirme que a EsNI ensinava, de certa forma, a tortura e o uso da violência contra quaisquer indivíduos ou grupos que se opusessem aos ideais defendidos pelo Estado brasileiro. Não obstante os inúmeros meios para a formação destes agentes, os atores fardados estavam despreparados para lidar com a população civil que, devido às bases doutrinárias da DSN, foi entendida como inimiga de guerra que deveria ser combatida a todo custo, transformando o Brasil em um campo de batalhas ideológicas contra a subversão. Os elementos analisados, portanto, confirmaram a hipótese de que houve, na formação dos agentes de informações, a presença de um substrato ideológico ligado à DSN. Ademais, a própria composição curricular da escola esbarrou, concomitantemente, no viés autoritário presente no regime militar, ao ensinar diversas técnicas que caracterizavam tortura.

Essa visão deturpada da área de informações e da sociedade brasileira, que foi, inclusive, corroborada não somente pela formação militar fora do Brasil, mas também a formação interna, oferecida pela ESG e posteriormente pela EsNI, fez com que, muitas vezes, a rede de informações fosse alimentada com inúmeros filtros. Sendo assim, o aparato ideológico ensinado abria possibilidade para que as informações que chegavam

à autoridade final – o presidente da República – tivessem passado já pela filtragem executada pelos agentes. Portanto, as informações obtidas com as prisões, técnicas de interrogatórios e elaboração de relatórios atendiam a uma determinada posição ideológica, que trabalhava a favor do governo militar e da Doutrina da Segurança Nacional.

Considera-se, desta forma, que há limites para as afirmações que defendem que a EsNI era uma escola voltada para a formação no ramo de informações, somente. Mais do que isto, o ensino conduzido pela Escola era parte de um sistema que ia além da análise e produção de informações. Sendo assim, ao menos no que se refere à EsNI, há pontos cruciais de ligação com o aparato repressivo, o que se evidencia pela combinação entre o substrato ideológico da escola e sua estrutura curricular que, algumas vezes, indicou, até mesmo, métodos de embate físico e formas de tortura para a obtenção de informações. Assim sendo, é possível observar que a responsabilidade pela formação do quadro profissional da atividade de informações – através da EsNI, indicou o caráter autoritário e tendencioso que as atividades do SNI iriam assumir.

Assim considerado, é possível apontar para indícios que permitem afirmar que a EsNI teve uma participação, mesmo que indireta, no aparelho repressivo da ditadura militar com base em uma ideologia que, até hoje, demora a se desmantelar. Mesmo que a EsNI não projetasse a participação de seus alunos nas atividades de torturas, diga-se, de “corpo presente”, a doutrina que foi passada através de seus bancos escolares forneceu suporte às ações repressivas ocorridas no período militar. Isto favoreceu a fusão de um sistema de informações com o sistema de repressão.

Partindo-se deste ponto, é forçoso auscultar e tratar das seguintes questões: Quais são as heranças que podem ser observadas durante o aniversário de 50 anos do golpe militar? Acredito que as permanências são muitas. Foi possível observar, durante a realização desta pesquisa, que os Arquivos Militares e da própria Agência Brasileira de Inteligência, continuam restritos, mesmo com a Lei de Acesso à Informação, e não permitem a liberação de fontes oriundas da EsNI, por exemplo. Uma atitude assim não está de acordo com a democracia que, afirma-se, está em vigência no Brasil. A própria ABIN tenta desfragmentar a imagem de um órgão de inteligência tal como o SNI, mesmo após 15 anos de sua criação. Procura prezar pela transparência de suas ações, o

que tem um alcance muito restrito, pois a maioria dos brasileiros – talvez traumatizados demais – evita se envolver e muitas vezes ignora os aspectos básicos de tais atividades.

Deve-se, portanto, questionar o limite da atividade de inteligência, para que, desta forma, não se transforme em um objeto de coação e espionagem da sociedade civil, como pode ser visto no último escândalo referente à esta atividade, o caso Snowden. As atividades devem ser controladas pela sociedade, seus agentes devem ser contratados através de concursos públicos, o que, aparentemente, anda sendo questionado pelo legislativo. Um projeto de lei em tramitação – PEC 331/2013 – quer acrescentar uma emenda à Constituição Federal para oferecer um tratamento “adequado” à atividade de inteligência no Brasil, de forma a “colaborar” com o controle que se exige em um Estado Democrático de Direito. Tal emenda propõe que os cargos das carreiras da ABIN possam ser preenchidos por provimento derivado, que consiste no deslocamento de cargos de um para outro órgão da Administração. Tal proposta é justificada como solução para o problema de recrutamento em concurso público tendo em vista a atividade de inteligência se constituir como algo de grande sensibilidade ao país. Isto mostra como as raízes ideológicas que permearam todo o aparato militar durante o regime de 1964, inclusive a EsNI – que tornou-se responsável, também, por sua reprodução – ainda permeiam a mentalidade de muitos servidores que ainda fazem parte, de alguma forma, da atividade de inteligência no Brasil.

Por certo, o presente trabalho procurou oferecer uma contribuição aos historiadores, cientistas sociais e políticos através da análise do material da Escola Nacional de Informações, que ofereceu subsídios que indicaram possíveis ligações com a atividade de repressão no Brasil. A expectativa é de que seja sugestivo para estudos porvindouros, uma vez que todo material pertencente à Escola Nacional de Informações estava sob sigilo até sua liberação com a Lei do Acesso a Informação e, portanto, pouquíssimos estudiosos tiveram acesso, estudaram, analisaram e divulgaram tais informações. Assim sendo, reitero a necessidade de estudo e dedicação à área de informações, para que seja possível alcançar o verdadeiro desenvolvimento da atividade de inteligência no Brasil atrelado ao Estado Democrático de Direito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Priscila. *Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile*. In: FICO Carlos et al. (org.). *Ditadura e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ANTUNES, Priscila. *SNI e ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Projeto 'Brasil: Nunca Mais'. O regime militar*, Tomo I.

ARRUDA, Antônio de. *A Escola Superior de Guerra: História de sua doutrina*, 2ª edição, São Paulo: GRD; Brasília, INL, 1983.

BAFFA, Ayrton. *Nos porões do SNI - o retrato do monstro de cabeça oca*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.

BICUDO, Hélio. *Violência: o Brasil cruel e sem maquiagem*. São Paulo: Moderna, 1998.

\_\_\_\_\_. *Segurança nacional ou submissão*. Paz e Terra, 1984.

BORIS, Fausto. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BRANCO, Carlos Castello. *Os militares no poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

CEPIK, Marco A. C. *Espionagem e democracia*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional - o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONTREIRAS, Hélio. *Militares: confissões. Histórias secretas do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura*. Brasil: Record, 1998.

\_\_\_\_\_. *Memória viva do regime militar*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

EMILIO, Luis Antônio Bitencourt. *O poder legislativo e os serviços secretos no Brasil, 1964-1990*. Dissertação de Mestrado. Brasília: UnB, 1992.

FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a 'Teoria do autoritarismo'*. São Paulo, Hucitec, 1979.

FICO, Carlos. *Como eles agem. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e policia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula, 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GASPARI, Élio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GONÇALVES, Joanisval Brito. *SED QUIS CUSTODIET IPSO CUSTODES? O Controle da atividade de inteligência em regimes democráticos: os casos de Brasil e Canadá*. Tese de doutorado apresentada para a Universidade de Brasília – UnB, 2008.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

GURGEL, José Alfredo Amaral. *Segurança e democracia: uma reflexão política sobre a doutrina da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.



HUGGINS, Marta. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

LAGÔA, Ana. *SNI, como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1983.

Manual Básico da ESG, 1975.

MARTINS FILHO, João. *O palácio e a caserna. Dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Paulo: UFSCAR, 1995.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *A distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papirus, 1995.

\_\_\_\_\_. *A militarização da burocracia: participação militar na administração federal e das comunicações da educação (1963-1990)*.

MUNDIM, Luis Felipe César. *Juarez Távola e Golbery do Couto e Silva: ESG e a organização do Estado Brasileiro (1930-1960)*. Dissertação de Mestrado. UFG, 2007.

MUNDIM, Luis. *Raízes de um pensamento autoritário: possibilidades metodológicas em um estudo de Golbery do Couto e Silva*. Anais do XXIII Simpósio da ANPUH.

MURAKAMI, Ana Maria Brandão. *A Revolução de 1930 e seus antecedentes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, 1987

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PESSOA, Rui. *Espionagem e os meios jurídicos de segurança nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.

QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História Social na UFRJ, 2000.

REZENDE, Maria José de. *Ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade- 1964-1984*. Tese de doutorado. Departamento de ciências sociais da USP, 1996.

SILVA, Golbery do Couto. *Planejamento Estratégico*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955.

SILVA, Marcia P. *A defesa legal do arbítrio: os governos militares e a cultura da legalidade*. Tese de doutorado em História, UFMG, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

## **PORTAIS**

<http://www.abin.gob.br>

<http://www.camara.gov.br>

[http://www.cb.sc.gov.br/a\\_corregedoria/biblioteca/apostila\\_inteligencia.pdf](http://www.cb.sc.gov.br/a_corregedoria/biblioteca/apostila_inteligencia.pdf)

<http://www.cedec.org.br>

<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br>

<http://www.nacionalidades.ufc.br>

<http://www.inct-ineu.org.br>

<http://www.torturanuncamais-rj.org.br>

**FONTES JURÍDICAS CONSULTADAS**

Decreto nº 7 de 03 de agosto de 1934

Decreto nº 23.873 de 15 de fevereiro de 1934.

Decreto-lei 9.775-A, de 1946

Decreto nº 27.583 de 14 de dezembro de 1949

Decreto nº 27.930, de 27 de março de 1950

Decreto nº 42.687, de 1957

Decreto nº 44.489-A, de 15 de setembro de 1958

Decreto nº 45.040 de 19 de dezembro de 1958

Decreto nº 46.508-A, de 20 de julho de 1959

Lei nº 4.341 de 13 de junho de 1964

Decreto nº 55.194 de 10 de dezembro de 1964

Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967

Decreto nº 60.664, 2 de maio de 1967

Decreto nº 60.940 de 04 de julho de 1967